

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL - PPGE

**O Cadastro Técnico Multifinalitário
como modelador da estrutura educacional**

Maria Olívia Coimbra De Luca

Florianópolis, março de 2008.

O Cadastro Técnico Multifinalitário como modelador da estrutura educacional

MARIA OLÍVIA COIMBRA DE LUCA

Dissertação julgada adequada para a obtenção do Título de MESTRE em Engenharia Civil e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - PPGEC da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Prof. Glicério Triches - Coordenador do PPGEC

Prof. Dr.-Carlos Loch - Orientador

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr. Roque Brinckmann - CSE/UFSC

Dr. Celso João Carminati - UDESC/SC

Roberto de Oliveira, PhD. - ECV/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL - PPGEC

o Cadastro Técnico Multifinalitário
como modelador da estrutura educacional

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial exigido pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - PPGEC, para a obtenção do Título de MESTRE em Engenharia Civil.

Maria Olívia Coimbra De Luca

Florianópolis, março de 2008

Dedico este trabalho aos alunos da rede pública de São José/SC com a expectativa de ver se cumprir seus direitos básicos de uma educação de qualidade que lhes possa trazer uma melhor qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

Lutar contra as adversidades da vida, a carga horária de trabalho e as responsabilidades das atividades profissionais, a coordenação de um colégio e a direção da família não é papel fácil. Continuar estudando e realizar o sonho de unir a educação ao cadastro técnico pareceu muitas vezes algo inatingível. Era uma mistura de querer sem poder, de nunca se sentir suficiente para quebrar barreiras pesadas. Mas a vida me deu três presentes incomparáveis: o companheirismo de minha mãe, meu marido e filhos, a confiança e entusiasmo de meu eterno mestre, Dr Carlos Loch, e a proteção da minha irmã Sandra Regina Coimbra. A vocês eu devo a coragem de concluir esse trabalho. Sem a atuação de cada um no momento preciso, teria sido impossível. Muito obrigada, vocês foram perfeitos.

RESUMO

Este trabalho versa sobre a aplicação do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) como instrumento para a modelagem da estrutura educacional. O CTM é um conjunto de informações de conhecimentos qualitativos e quantitativos da ocupação, tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto social, de uma determinada superfície terrestre georeferenciada. Propicia uma análise completa dos dados levantados e permite, também, aos poderes públicos, um controle mais adequado sobre os equipamentos urbanos, os serviços e o gerenciamento municipal como um todo. Este estudo teve por objetivo analisar o *Ensino Fundamental, das 5^{as} as 8^{as} séries e Ensino Médio*, de São José/SC. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa, documental e de campo, que toma por base o CTM. Verificou-se a localização atual das escolas do município que estão cadastradas na Secretaria Estadual de Educação, assim como a situação física e social em que estão inseridas. Na seqüência, foram analisados os problemas da repetência, evasão, exclusão social, indisciplina e ainda um dos maiores empecilhos para a aprendizagem, a violência nos meios escolares.

Palavras-chave: Cadastro técnico multifinalitário, educação, São José/SC

ABSTRACT

This work is about applying Technical Multipurpose Cadaster as an instrument for modeling the educational structure. TMC is a set of data on qualitative and quantitative occupation knowledge, both on legal and social aspects, of a determined georeferenced terrestrial area. It provides a complete analysis of the acquired data and also allows governments to have a more adequate control over urban equipment, service and city management as a whole. This study aimed at analyzing Elementary (5th to 8th grades) and High School in São José/SC. Therefore, it is a quali-quantitative, documental and field research based on TMC. The current location of the schools registered in the State Education Secretary, as well as the physical and social situation in which they are inserted. Afterwards, student-failing issues, evasion, social exclusion, indiscipline and, still, one of the major drawbacks in learning, violence within school boundaries were analyzed.

Keywords: Technical Multipurpose Cadaster, education, São José/SC

RELAÇÃO DE FIGURAS

FIGURA 1 - QUANTIDADE DE ADOLESCENTES NO BRASIL EM 2002 - UNICEF	22
FIGURA 2 - PERCENTUAL DE ADOLESCENTES DE 12 A 17 ANOS FORA DA ESCOLA 2000:	23
FIGURA 3 - MATRÍCULAS EM 2004	24
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO DA % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE SÓ ESTUDAM	25
FIGURA 5 - % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE SÓ ESTUDAM EM 2005 POR UF	26
FIGURA 6 - EVOLUÇÃO DA % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE TRABALHAM E ESTUDAM	27
FIGURA 7 - % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE TRABALHAM E ESTUDAM EM 2005 POR UF	27
FIGURA 8 - EVOLUÇÃO DA % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM	28
FIGURA 9 - % DE JOVENS DE 15 A 18 ANOS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM EM 2005 POR UF	29
FIGURA 10 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2004 A 2007 EM NÚMEROS	31
FIGURA 11 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2004 A 2007 POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	31
FIGURA 12 - CENTROS DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ	94
FIGURA 13 - PRIORIDADES DO TEMA EDUCAÇÃO – RESULTADO DE EVENTOS COMUNITÁRIOS	95
FIGURA 14 - SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO JOSÉ	96
FIGURA 15 - PRIORIDADES DO TEMA SEGURANÇA – RESULTADO DE EVENTOS COMUNITÁRIOS	97
FIGURA 16 - BAIRROS KOBRA SOL, CAMPINAS E ROÇADO	98
FIGURA 17 - BAIRROS REAL PARQUE E ÍPIRANGA	99
FIGURA 18 - BAIRRO ÍPIRANGA	100
FIGURA 19 - BAIRROS BELA VISTA E BARREIROS	101
FIGURA 20 - BAIRROS FORQUILHINHAS E PICADAS DO SUL	102
FIGURA 21 - BAIRROS CAMPINAS E KOBRA SOL	103
FIGURA 22 - BAIRROS CAMPINAS E KOBRA SOL	104
FIGURA 23 - BAIRROS FORQUILHINHAS, PICADAS DO SUL, ROÇADO E PRAIA COMPRIDA	105
FIGURA 24 - CENTRO HISTÓRICO DE SÃO JOSÉ	106

RELAÇÃO DE QUADROS

QUADRO 1 - MATRÍCULAS EM 2004:	24
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2004 A 2007	31
QUADRO 3 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2004 A 2007 POR MODALIDADE DE EDUCAÇÃO	32
QUADRO 4 - EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE 2004 A 2007 POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	32
QUADRO 5 - MATRÍCULAS INICIAIS EM 2006 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	82
QUADRO 6 - MATRÍCULAS INICIAIS EM 2005 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	82
QUADRO 7 - MATRÍCULAS INICIAIS EM 2004 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	82
QUADRO 8 - NOTAS NO VESTIBULAR DE MEDICINA UFSC 2008	85
QUADRO 9 - RELAÇÃO DE ESCOLAS POR BAIRROS	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	. JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	OBJETIVOS	14
1.2.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>14</i>
1.2.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>14</i>
2	O CADASTRO TÉCNICO APLICADO A EDUCAÇÃO	16
3	A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	19
3.1	SITUAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA	22
3.2	ALGUMAS LEIS E PLANOS GOVERNAMENTAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA	33
3.2.1	<i>A Lei nº. 9394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....</i>	<i>33</i>
3.2.2	<i>A Lei nº. 10172: O Plano Nacional de Educação.....</i>	<i>34</i>
3.2.3	<i>A Lei nº. 8069/90 – O Estatuto da Criança e do Adolescente</i>	<i>35</i>
3.2.4	<i>PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação:</i>	<i>36</i>
3.3	O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	38
4	OS LIMITES ENTRE A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR	40
4.1	INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA : VISÃO PSICOPEDAGÓGICA	40
4.2	INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA : VISÃO JURÍDICA	42
4.3	INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA: VISÃO MULTIDISCIPLINAR	45
5	A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	47
5.1	PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA	50
5.2	O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO COMO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS.....	52
6	O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: IDENTIDADE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO.....	54
6.1	ESCOLARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ	55
6.1.1	<i>Dependência Administrativa: Federal.....</i>	<i>56</i>
6.1.2	<i>Dependência administrativa: Estadual</i>	<i>56</i>
6.1.3	<i>Dependência administrativa: Municipal</i>	<i>68</i>
6.1.4	<i>Dependência administrativa: Particular</i>	<i>73</i>
6.2	A ESCOLARIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ EM NÚMEROS	81
6.3	A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM SÃO JOSÉ: INTERLOCUTORES	85
6.3.1	<i>Conselho Tutelar de São José:</i>	<i>85</i>
6.3.2	<i>Representante da Junta da Polícia Comunitária e integrante do “CONSEG” (Conselho de Segurança Comunitário) de Forquilha:</i>	<i>85</i>
6.3.3	<i>Entrevistada: M.A.V. - Diretora da E.E.B. Cecília Lopes Rosa - Forquilha – SJ – SC:</i>	<i>86</i>
6.3.4	<i>Entrevistado: Policial Civil A.: Atua na Polícia Comunitária e na Delegacia Civil de Forquilha – SJ/SC. 87</i>	
6.4	O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E O PROCESSO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ	90
6.4.1	<i>Fotos de bairros do município.....</i>	<i>98</i>
	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

O confronto da realidade desalentadora do ensino público comparado ao ensino privado faz perceber a necessidade dos mais diferentes profissionais darem sua contribuição no sentido de se minimizarem as diferenças de formação, que permitam que se diminuam ou mesmo se anulem as desigualdades sociais acentuadas pelas desigualdades escolares.

Fato é que a breve análise do campo educacional brasileiro já dá mostras dos problemas do sistema educacional do país e a necessidade de se encontrarem alternativas aos graves problemas do ensino público prestado: reprovação escolar, alunos com conhecimentos básicos insuficientes para a aprendizagem das variadas disciplinas; estudantes desmotivados, que trazem a concepção de que dominar as disciplinas exatas lhes é impossível; indisciplina; episódios de violência escolar; necessidade premente dos alunos manterem sua subsistência e por vezes de seus familiares, o que frequentemente lhes faz interromper a escolarização ou acumular faltas; professores desencantados com a profissão dentre outros problemas, impossíveis de relacionar no momento.

Foi pelo desejo de contribuir, ao campo educacional, que se decidiu por pensar a área da educação do ponto de vista da engenharia civil, nomeadamente do Cadastro Técnico Multifinalitário. Durante esse percurso percebeu-se que esse trabalho expressa a possibilidade de interlocução de duas áreas que para um leigo, não são capazes de interagir.

A formação em Engenharia Civil habilita o pesquisador a verificar todas as possibilidades de um problema, observando o objeto para além de sua aparência, percebendo as nuances e mudanças ocorridas em determinado período e estudar alternativas para as tomadas de decisões que permitam resoluções acertadas, sempre baseadas em um estudo e análise de probabilidades. Este trabalho se propõe a aplicar parte do saber produzido na engenharia civil, aos problemas crônicos do sistema público de ensino brasileiro.

Parte-se da certeza de que o desenvolvimento de um País, que resulta numa vida mais digna para seus filhos, nasce da educação que também se efetiva nos estabelecimentos de ensino. Um povo sem conhecimento, sem programas e políticas educacionais eficientes é, sem sombra de dúvida, um povo indigente. Uma nação em que as elites econômicas freqüentam universidades públicas por terem sido preparadas para a longevidade escolar e em que as classes trabalhadoras, que obtém um improvável sucesso escolar, compõem o contingente de vagas nas instituições particulares de ensino superior, não pode ser levada a sério. Daí se pergunta: por

onde caminha o processo educacional brasileiro? Que cidadãos está-se formando? Como serão os adultos do futuro?

A educação em amplo aspecto tem que ser uma preocupação de todos os seguimentos de nossa sociedade. De nada adianta o desenvolvimento tecnológico crescente a que todos nós assistimos se poucos têm verdadeiramente acesso aos bens culturais produzidos. Cabe ao Estado a responsabilidade pela elaboração de políticas públicas e a implementação de ações a melhoria na qualidade da educação; cabe às universidades a produção do saber que favoreça os processos de ensino-aprendizagem; cabe a sociedade: médicos, juristas, biólogos, engenheiros, secretárias, jardineiros, donas de casa, etc., a vigilância e a participação na gestão do processo educacional para conseguirmos alcançar um patamar mais edificante no que se refere a educação como direito universal.

O cadastro técnico, campo da engenharia civil, que a primeira vista parece estar distante das preocupações inerentes aos processos educacionais contemporâneos, tem muito a contribuir para que os procedimentos relativos ao ensino e a aprendizagem possam se dar de forma mais satisfatória. Segundo Loch (1997) constitui um instrumento ágil e completo para planejamento, organização e fiscalização, portanto, pode e deve, por sua natureza, auxiliar a compreensão global e local do processo educacional dessa região.

O Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é um conjunto de informações de conhecimentos qualitativos e quantitativos da ocupação, tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto social, de uma determinada superfície terrestre georeferenciada. Propicia uma análise completa dos dados levantados e permite, também, aos poderes públicos, um controle mais adequado sobre os equipamentos urbanos, os serviços e o gerenciamento municipal como um todo.

Os dados do Cadastro são associados a uma base cartográfica digital. Sendo assim, através das informações coletadas, analisadas e catalogadas em um banco de dados podem-se conhecer alguns problemas dos processos educacionais de uma determinada região, o que permite planejamentos municipais, estaduais e/ou federais com uma visão espacial.

O CTM auxilia a criação ou atualização do Plano Diretor de um município. O Plano Diretor é uma lei municipal que guia o desenvolvimento de uma cidade, nos aspectos físicos, territoriais e ambientais. É ele que orienta ações para crescimento de um local como para onde pode ou não crescer, áreas a serem preservadas, equipamentos urbanos a serem ampliados como praças, creches, postos de saúde e escolas. Em 2001 foi promulgado o “Estatuto da Cidade” - uma lei que regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal de 1988, artigos

182 e 183, e que estabelece uma série de princípios e diretrizes a serem seguidos por todos os planos diretores. O estatuto estabelece a gestão democrática, exigindo que o Plano Diretor seja participativo. É o principal instrumento para a definição das estratégias de resgate da função social da cidade, tendo como objetivo apontar as principais questões relativas à política urbana, e assegurar a qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento econômico. Como ratifica Murta (2003):

É importante que se considere, no entanto, que nenhum plano pode ganhar a confiança das pessoas e adquirir poder de mobilização popular sem que seja legitimado pela comunidade. Estando a viabilidade de um espaço intimamente ligada aos valores afetivo-culturais de seus usuários, não se pode decidir pela qualidade de vida de uma população sem que ela tenha feito a opção por qual qualidade de vida deseja alcançar. Desta convicção vem a opção de se trabalhar com Planos Diretores Participativos. Para que um plano seja participativo, uma determinada metodologia deve ser adotada desde sua criação até a implantação e, principalmente, na sua gestão. Simplesmente apresentar o plano já pronto para que a população aprove, como vem acontecendo em vários municípios, não corresponde ao significado de participação.

Este processo facilitará os critérios para priorização das ações de orçamento participativo, o que, conseqüentemente, provocará maior justiça social e, então, tratamento igualitário para todos os cidadãos. Em resumo, com um Plano Diretor Participativo confeccionado e devidamente atualizado através de um Cadastro Técnico, se disponibilizará à sociedade uma integração de ações públicas e informações dos resultados de programas governamentais.

Com a certeza de que o desenvolvimento de um país depende da educação de seu povo e de que o Cadastro Técnico Multifinalitário é um instrumento eficaz para se pensar e planejar políticas educacionais, esse estudo tem por objetivo *analisar o Ensino Fundamental, das 5^{as} as 8^{as} séries e Ensino Médio, de São José/SC*. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, de base documental e de campo, com base no cadastro técnico multifinalitário. O primeiro procedimento foi verificar a localização atual das escolas do município que estão cadastradas na Secretaria Estadual de Educação e averiguar a situação física e social em que estão inseridas. Pôde-se assim, observar se o mapa de equipamentos de ensino, que está na revisão do Plano Diretor de São José confeccionado em 2004, ainda continha as informações atuais. Foi verificada a *leitura da cidade* que consta do mesmo material, onde se puderam constatar as necessidades da população em relação ao sistema educacional e à segurança, essa última, uma das maiores insatisfações de todos os encontros com moradores, mencionada no Plano Diretor de São José.

Na seqüência, os problemas da repetência, evasão, exclusão social, indisciplina e ainda um dos maiores empecilhos para a aprendizagem, a violência nos meios escolares, foram o alvo

do questionamento deste trabalho. No período de recolha de dados, várias manchetes chamaram a atenção: “*professora presta queixa contra aluna*”¹, em que uma professora foi registrar queixa contra sua aluna de 14 anos que se recusou a sair de sala após um ato indisciplinar a atingiu-a com uma caneta. Outra reportagem foi: ‘*Escola em zona de conflitos entre gangues*’², neste caso, ocorreu a rivalidade entre duas gangues de adolescentes (entre 14 e 17 anos) num centro educacional de São José, que atende aproximadamente 650 alunos. Outros incidentes anteriores e comentados pela mídia ocorreram, como o assassinato de um professor por um aluno que ficou com ciúmes da namorada. É possível perceber, portanto, que a questão da violência nos meios escolares toma proporções insuportáveis a cada dia. Esse é um problema de âmbito mundial e de utilidade pública pois sua manifestação se expande em proporções semelhantes as doenças infecciosas. A questão da violência escolar esteve tão presente na coleta de dados deste estudo que acabou por se tornar uma das ênfases deste trabalho, como se poderá verificar adiante.

De posse de todo o material coletado por meio de pesquisa documental e de campo, foi-se cruzando as informações coletadas e organizando o texto que se segue:

- a- A primeira parte deste trabalho consta de um estudo sobre os conceitos que fundamentam esta pesquisa em questão: o cadastro técnico multifinalitário, os processos educacionais, a educação brasileira, a indisciplina e a violência escolar;
- b- Na segunda parte relata-se a história da Secretaria Estadual de Educação e alguns projetos desenvolvidos por esta secretaria;
- c- Em seguida faz-se uma breve descrição do município de São José, considerando por base o Plano Diretor do município, elaborado em 2004: a localização e o funcionamento das escolas, tabelas estatísticas relativas à área educacional, analisam-se o desempenho no vestibular dos alunos do ensino público e privado, considerando-se as mudanças ocorridas no processo seletivo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para 2008;
- d- A seguir descrevem-se e analisam-se as entrevistas realizadas com educadores de escolas de ensino estadual, localizadas em São José e outros profissionais da segurança pública e do Conselho Tutelar do Município.

Desta forma espera-se reunir dados e reflexões que possam contribuir para se repensarem alternativas à solução dos problemas apontados, ilustrando ao mesmo tempo a contribuição do

¹ Jornal Diário Catarinense de 24 de Agosto de 2007 p. 27.

² Jornal Diário Catarinense de 31 de Agosto de 2007 p. 32.

Cadastro Técnico Multifinalitário para o planejamento de políticas públicas dirigidas a garantia dos direitos inalienáveis do ser humano.

1.1 . Justificativa

O Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM), sendo um conjunto de informações de conhecimentos qualitativos e quantitativos da ocupação, tanto no aspecto jurídico quanto no aspecto social de uma determinada superfície terrestre georeferenciada, propicia uma análise de dados levantados, permitindo aos poderes públicos um controle mais adequado sobre os equipamentos urbanos, os serviços e o gerenciamento municipal como um todo. Através de informações coletadas, analisadas e catalogadas em um banco de dados pode-se conhecer a real situação dos processos educacionais de uma determinada região o que proporciona planejamentos municipais, estaduais e/ou federais com uma visão espacial. Com o CTM, disponibiliza-se aos governantes e à sociedade uma integração de ações públicas e informações dos resultados de programas governamentais. Este processo facilitará os critérios para priorização das ações de orçamento participativo, o que, conseqüentemente, provocará maior justiça social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer e analisar o processo educacional brasileiro, especialmente a educação básica e pública do município de São José/SC, através das ferramentas do Cadastro Técnico Multifinalitário.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1 – Conhecer de forma sucinta a história do processo educacional brasileiro;
- 2 – Verificar o número de matrículas do Ensino Fundamental e Médio brasileiro nos últimos anos, confrontando com o crescimento populacional do país ;
- 3 – Avaliar as leis e planos educacionais e governamentais brasileiros;
- 4 – Distinguir indisciplina de violência escolar;

- 5 – Identificar o município de São José/SC;
- 6 – Localizar as unidades escolares de São José/SC;
- 7 – Examinar o número de matrículas na rede escolar, averiguando as evasões escolares;
- 8 – Investigar e situar os problemas de violência presentes nas escolas;
- 9 – Checar as regiões com carência de escolas.

2 O CADASTRO TÉCNICO APLICADO A EDUCAÇÃO

Segundo Loch (1997, p.1) a palavra cadastro tem sua origem mais próxima da palavra francesa *cadastre*, que significa:

- 1- *registro público dos bens imóveis de determinado território ou registro de bens privados de um determinado indivíduo;*
- 2- *conjunto das operações pelas quais se estabelece este registro;*
- 3- *Censo, recenseamento, sentido que também é dado por Pedro Nunes, em seu Dicionário de Tecnologia Jurídica para o registro público, mencionando a natureza, extensão e valor dos bens imobiliários de determinado território”.*

A palavra cadastro está relacionada então “(...) à idéia de registro, censo, descrição, repositório de informações, catálogo de bens, etc.” (id, p. 1).

Segundo Loch (2005, p. 75) “o CTM compreende desde as medições, que representam toda a parte cartográfica, até a avaliação socioeconômica da população; a legislação, que envolve verificar se as leis vigentes são coerentes com a realidade regional e local; e a parte econômica, em que se deve considerar a forma mais racional de ocupação do espaço, desde a ocupação do solo de áreas rurais até o zoneamento urbano”.

O Cadastro Técnico Multifinalitário é um conjunto de informações gráficas, descritivas e tabulares de uma porção da superfície terrestre, contendo informações georeferenciadas, possibilitando o conhecimento detalhado sobre todos os aspectos levantados.

A utilização de um Cadastro Técnico Multifinalitário teve início no final da Segunda Guerra Mundial, porém foi consolidada em 1992 com uma Resolução aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na cidade de Rio de Janeiro. Esta resolução deixou definida a necessidade do uso de informações territoriais confiáveis para a preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável. A Comissão 7 da Federação Internacional de Agrimensores – FIG, em 1994, decidiu desenvolver uma nova visão do cadastro, intitulada Cadastro 2014, na qual nos próximos 20 anos, o cadastro se transforme em um inventário público metodicamente ordenado com objetos territoriais legais tomando como base os seus limites. Em 1996, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos novamente prima por uma correta administração do território e a promoção da

segurança para acelerar os processos de desenvolvimento. Seminários, congressos, palestras, cursos de graduação e pós-graduação vêm enfatizando a importância e necessidade do CTM.

O Brasil a partir de 1930, especialmente na década de 1970, sofreu uma ocupação desordenada nas cidades em que grande parte da população através da imigração, êxodo rural, provocou um crescimento vegetativo nas cidades. Aproximadamente 80% dos moradores das zonas rurais se dirigiu aos centros urbanos, causando uma série de problemas que variam de propriedades desflorestadas à loteamentos urbanos sem áreas de lazer, áreas verdes ou infraestrutura necessária. Esse crescimento descontrolado, observado na grande maioria dos municípios brasileiros, marcados pela pobreza, desemprego e carências nas áreas da saúde e também da educação, tema deste estudo, resulta no aumento da criminalidade, o que torna imprescindível a atuação urgente de políticas públicas. No entanto, ainda que os problemas advindos da ocupação desordenada das terras sejam facilmente observáveis, é necessário que se adotem critérios técnicos para a identificação e proposição de soluções que dêem sustentação para o ordenamento e planejamento regional. Nesse contexto, o cadastro técnico toma importância inequívoca.

A utilização de mapeamento cadastral identifica os problemas de uma determinada região ou suas riquezas. No caso do Brasil, em se considerando suas dimensões continentais e suas características diversas e mesmo adversas, ao se confrontar as regiões norte e sul, o mapeamento cadastral é uma das únicas formas possíveis de se averiguar essas riquezas e problemas e propor, de forma planejada, alternativas para o desenvolvimento do país.

Um Cadastro Técnico Urbano ou Rural possui um olhar abrangente, ampliando e orientando não uma gestão, mas um conjunto de gestões próximas, com a parceria municipal, estadual e federal. A integração de bases de dados gerenciados e compartilhados por diferentes órgãos para gestão da cidade resulta em ganho para a atuação na área fiscal, ambiental, social e na prestação de serviços e os custos seriam divididos pelos utilizadores do Cadastro Técnico. Essa possibilidade evita que se produza um projeto cartográfico em duplicidade ou vários com o mesmo fim, que além de onerarem os cofres públicos, ainda são de baixa qualidade por não se possuir recursos necessários a produtos de qualidade. As prefeituras, por exemplo, podem e devem utilizar os recursos do CTM (produtos cartográficos e cadastrais) para o planejamento de finanças, obras, transportes, segurança pública, saúde, meio ambiente, saneamento e educação, definindo investimentos em infra-estrutura pública como alocação de escolas, verificando a proximidade de áreas de lazer, de favelas, assim como averiguando a taxa de criminalidade da

região, construindo, portanto escolas bem estruturadas, planejadas e preparadas para o perfil da clientela que receberá e o entorno na qual está inserida.

Para se realizar um trabalho de levantamento ou atualização de qualidade, é imprescindível que as autoridades de uma cidade, assim como seus habitantes estejam informados e conscientes de sua participação, dando-lhes condições de avaliar ou, no mínimo, verificar o que acontece nos diferentes bairros. Pois o cadastro além do seu sentido técnico, tem, sobretudo, seu valor social. Não basta, portanto, viabilizar financeiramente a introdução deste instrumento (Cadastro Técnico Urbano ou Rural), é preciso fazer com que a população alvo da implantação e atualização esteja ciente da importância do Cadastro Técnico para o local onde moram, trabalham, educam seus filhos, têm seu lazer, e constroem sua vida.

O papel do CTM , através do sistema informatizado de dados georeferenciados, amplia e capacita a análise e melhora a tomada de decisão das secretarias municipais. Com relação a Secretaria da Educação, avalia a alocação de novas unidades escolares, o funcionamento e segurança das já existentes, além de possibilitar a correspondência de dados de cada aluno da rede pública ou privada com a parcela onde mora através do endereço, o que permite um cadastro setorial sem custos adicionais.

3 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A ampliação do acesso à escola tem estreita relação com o nascimento do modo de produção capitalista. No entanto, nos primeiros anos de inauguração da nova ordem econômica a escola não estava dirigida a qualificar o contingente de trabalhadores para a produção fabril. As máquinas, de mecanismos simples, não exigiam a mão de obra qualificada e bastava a adoção de uma disciplina rígida de trabalho para a adequação dos trabalhadores às exaustivas horas de trabalho. O sentido social da escola surge apenas por volta de 1870, com o nascimento do ideário nacionalista; a educação escolar se revestiu nesse período da missão de ilustrar a humanidade. A crença no poder de redenção da escola só foi abalada após a primeira guerra mundial, quando alguns intelectuais passaram a investir contra a pedagogia tradicional e a propor uma escola a serviço da paz e da democracia.

No Brasil, as preocupações em torno da modernização da escola iniciaram a partir de 1920, quando intelectuais brasileiros, preocupados com os altos índices de analfabetismo do país e desejosos da unificação da nação brasileira marcada pela heterogeneidade de seu povo, lutaram pela escola pública e pela reforma de ensino. Esses intelectuais, influenciados por pesquisadores europeus e norte-americanos, redigiram um documento que ficou conhecido na história da educação brasileira como Manifesto dos Pioneiros da Educação.

O analfabetismo persiste como preocupação da elite intelectual do país e as tentativas de reversão desse estado de coisas tomam novo vigor em 1945, com a queda do Estado Novo e a redemocratização do país. Julgou-se necessária a redução do analfabetismo, a ampliação do acesso à escola e a reorganização do sistema de ensino. De fato, a democratização do acesso ao ensino se deu apenas após a Segunda Guerra Mundial, que fez surgir a escola de massas.

De 1945 a 1973 o mundo passa por um período de crescimento acentuado, caracterizado pela produção em massa e ganhos reais para parte da classe trabalhadora. Esse período, nomeado de *os trinta gloriosos anos* encerra-se nos primeiros anos da década de 1970, com o fim do sistema monetário de Bretton Woods, em 1971 e o primeiro choque petrolífero, em 1973. 1975 é um ano de recessão por toda a Europa, que dá por iniciado um período em que a educação passa a ser ajustada às necessidades da economia. Em 1989, funcionários do governo dos Estados Unidos da América, dos organismos internacionais e economistas latino-americanos, discutem um conjunto de reformas para a superação da crise econômica da América. O evento, conhecido por Consenso de Washington, traçou as reformas para a década de 1990, inclusive os ajustes nos sistemas educacionais. A partir de então, grandes eventos mundiais sobre educação foram

promovidos por agências internacionais com a finalidade prioritária de erradicar-se o analfabetismo. O primeiro desses grandes eventos foi a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, que ocorreu em março de 1990 e que resultou na Declaração Mundial de Educação para todos, um conjunto de princípios e compromissos assumidos por representantes de 155 governos, e no Plano de Ação para a Satisfação Básica das Necessidades de Aprendizagem. Os compromissos fundamentais assumidos na Conferência foram a universalização do acesso à educação, a promoção da equidade, a ampliação da educação básica e o fortalecimento de alianças.

No Brasil, o decênio de 1980 representou um momento impar de abertura política no país. O período entre a passagem da ditadura militar para a redemocratização do país foi marcado por intensos debates, canalizados pelo processo constituinte e pela elaboração da nova Constituição em 1988. Apesar das greves dos educadores no final da década de 1970 e início de 1980, da luta da categoria em favor da escola pública e da valorização da condição profissional do professor, persiste o analfabetismo no país. Na década de 1990, o país, como um dos signatários da Declaração Mundial de Educação para todos, com os maiores índices de analfabetismo do mundo, foi instado a desenvolver políticas educacionais de combate a esse estado de coisas. Os debates resultaram na redação do Plano Decenal da Educação para Todos, de 1993. Nesse mesmo ano, as agências promotoras da Conferência Mundial, observando que suas metas não seriam alcançadas até 2000, decidiram por reunir esforços em torno dos países mais populosos do mundo e com o maior número de analfabetos. O Brasil figurou como um dos nove países eleitos. Em 1994 foi então realizada a Conferência Nacional de Educação para todos, que resultou no Plano Decenal – um conjunto de metas a serem alcançadas até 2003:

1. Aumentar, em cerca de 50%, os níveis de aprendizagem nas matérias do núcleo comum;
2. Elevar a, no mínimo, 94%, a cobertura da população em idade escolar;
3. Assegurar a melhoria do fluxo escolar através da diminuição das reprovações, sobretudo na 1ª e 5ª séries, de modo que 80 % dos escolares concluíssem a escola fundamental com bom aproveitamento;
4. Oportunizar a educação infantil para cerca de 3,2 milhões de crianças do segmento social mais empobrecido;

5. Possibilitar a atenção integral a crianças e adolescentes através do PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), em áreas urbanas periféricas;
6. Proporcionar oportunidades de educação básica a jovens e adultos para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de subescolarizados;
7. Atingir o índice de 5,5% do PIB brasileiro em gasto público em educação;
8. Implantar novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica;
9. Revisar os cursos de licenciatura e da escola normal, assegurando maior padrão de qualidade;
10. Dotar as escolas de condições básicas de funcionamento;
11. Aumentar progressivamente a remuneração do magistério público, através do Plano de carreira, e,
12. Descentralizar progressivamente os programas de livro didático e de merenda escolar.

Em 1996, no Brasil, a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a lei no. 9.394/96, após um longo período de debates, é finalmente sancionada, e em 2001, o Plano Nacional de Educação, a Lei no. 10.172. O Novo Plano elege por objetivos (1) a elevação global do nível de escolaridade da população; (2) a melhoria da qualidade de ensino em todos os seus níveis; (3) a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência com sucesso na escola pública, e (4) a democratização da gestão da escola pública através da participação dos educadores na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local. Tem por prioridades (1) a garantia do ensino fundamental obrigatório de oito anos a crianças de 7 a 14 anos; (2) a garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso em idade própria ou que não a concluíram; (3) a ampliação do atendimento aos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e o ensino superior; (4) a valorização dos educadores através de incentivos a formação inicial e continuada, da garantia de condições adequadas de trabalho, e (5) o desenvolvimento de sistemas de informações e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive o profissional.

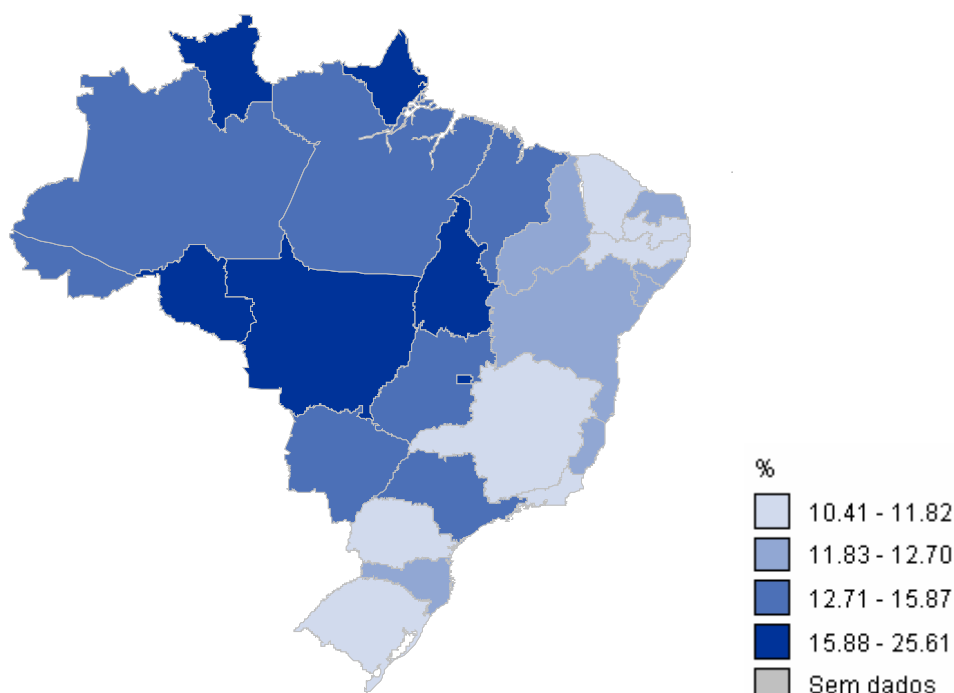
A despeito dos debates e das sucessivas reformas educacionais, persistiram os graves problemas da educação brasileira. Ferraro (2002), por exemplo, coloca em questão a tese de que no Brasil a universalização do acesso a escola estava garantida desde a década de 1980. Com base na análise das taxas de não frequência à escola conclui que o não acesso permanece como

um problema no Brasil na década de 1990. A observação dos resultados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ confirma a argumentação de Ferraro: embora os dados evidenciem uma melhoria na situação educacional do país nos últimos anos, apenas 1/3 da população brasileira estudava em 2000, ou seja, entre a população de quase 170 milhões de brasileiros, pouco mais de 53 milhões (31,4%) freqüentavam a escola.

3.1 Situação Educacional Brasileira

O UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância lançou em 2002 o relatório *Situação da Adolescência Brasileira* que demonstrava as condições de vida dos 21 milhões de brasileiros com idades entre 12 e 17 anos, com o objetivo de favorecer políticas públicas na área da adolescência. Entre as informações colhidas apresentava a quantidade de adolescentes que o Brasil possuía a nível federal na época da pesquisa⁴:

FIGURA 1 - Quantidade de adolescentes no Brasil em 2002 - UNICEF

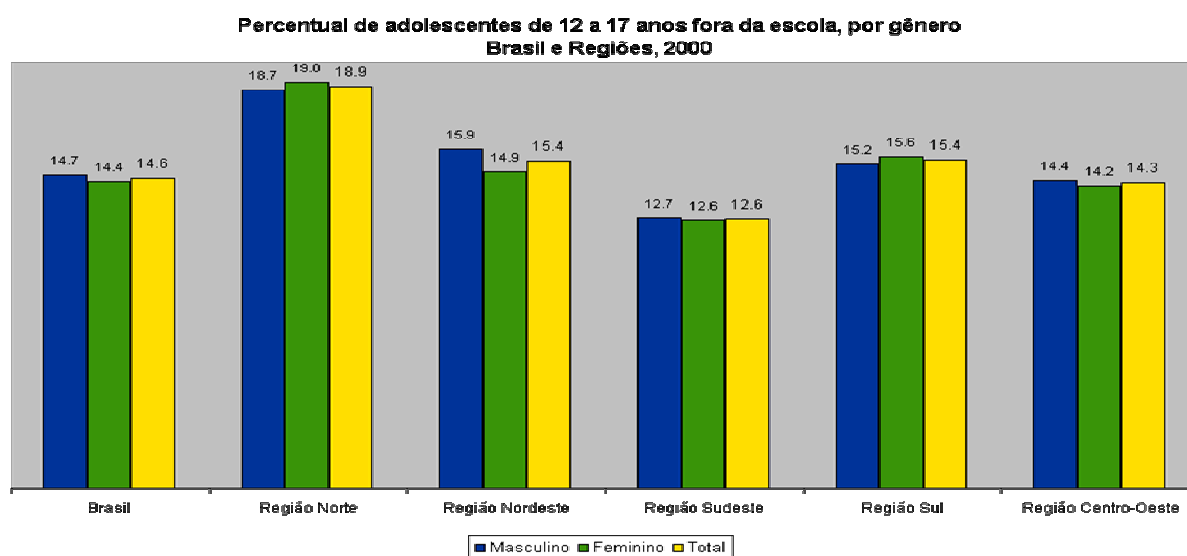


³ Fonte: IBGE – página: www.ibge.gov.br, consulta em 07/05/05,

⁴ Fonte: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10283.htm

Em Santa Catarina, como se pode observar, a população jovem é expressiva: 11,83 a 12,70 %. No entanto, muitos adolescentes se encontram fora da escola como se pode perceber pelo gráfico a seguir, também elaborado pela UNICEF no mesmo período.

FIGURA 2 - Percentual de adolescentes de 12 a 17 anos fora da escola 2000:



Como se pode perceber, exceto em comparação a região Norte, que mantinha o índice de 18,9%, o Sul, estava em uma segunda posição em relação aos percentuais de jovens fora da escola, se igualando ao nordeste do país, que apresentava um percentual de 15,4%.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística - PNAD/IBGE, realizada em 2001, indicou que do total da população na faixa etária entre 15 e 17 anos (idade para se cursar o Ensino Médio), apenas 37% encontravam-se matriculados no ensino regular, 10% ainda cursando o Ensino Fundamental e o restante da população desta faixa etária, que deveria estar cursando o Ensino Médio, sequer estava matriculado.

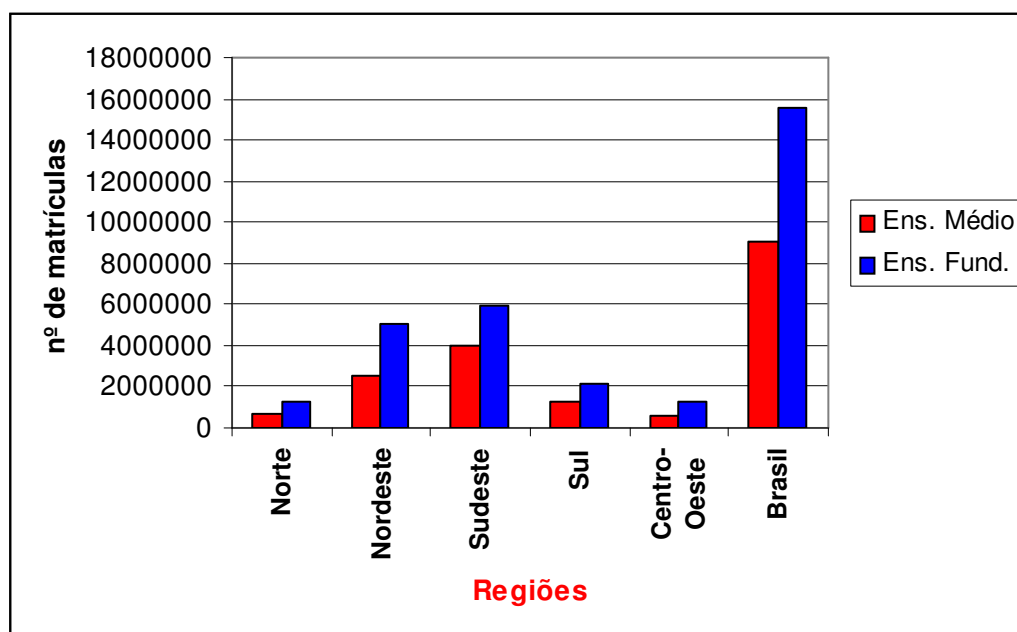
Já em 2004, o censo realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) obteve os seguintes resultados que devem ser considerados:

QUADRO 1 - Matrículas em 2004:

Regiões	Ensino Médio	Ensino Fundamental
Norte	706.843	1.219.878
Nordeste	2.515.854	5.049.879
Sudeste	3.970.810	5.917.899
Sul	1.250.037	2.108.461
Centro-Oeste	629.398	1.223.510
Brasil	9.072.942	15.519.627

Desses dados pode-se obter um gráfico comparativo entre o ensino fundamental (5ª a 8ª série) e o médio (1ª a 3ª série):

FIGURA 3 - Matrículas em 2004

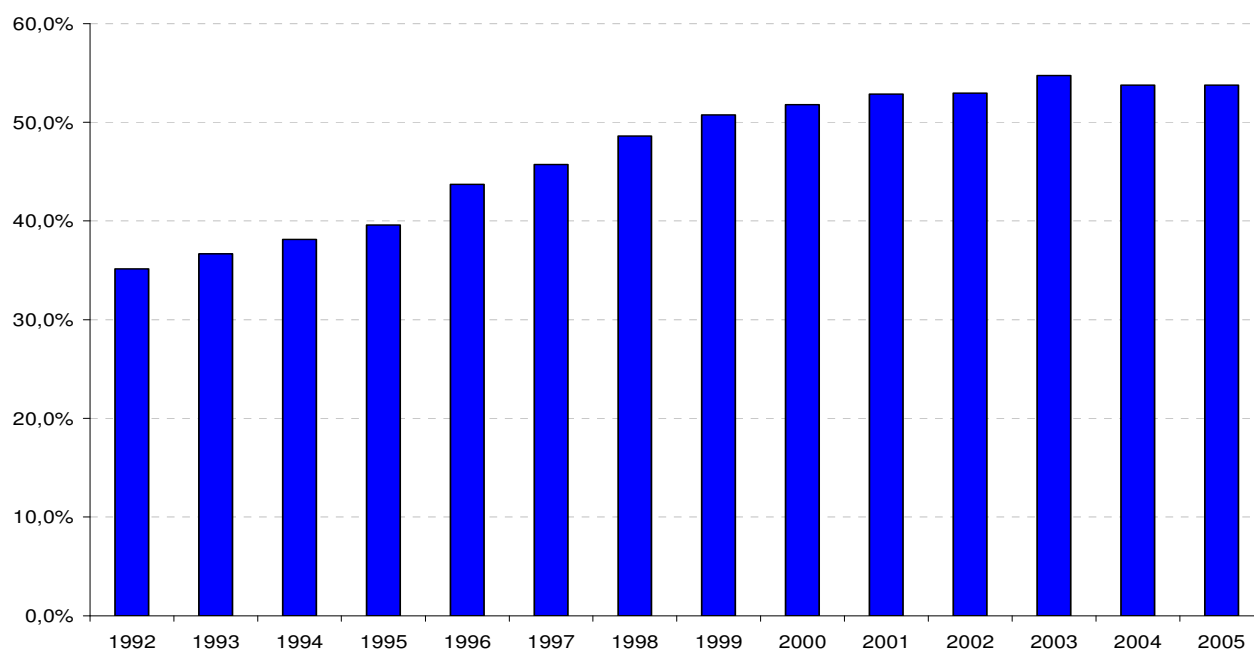


Como pode ser observado, apesar do ensino fundamental ser constituído por quatro anos letivos e o médio por três, aproximadamente 22% dos alunos não fez a transição de uma etapa de ensino para a outra, permanecendo apenas com a formação no fundamental. Segundo a Secretaria de Educação, apesar dos índices expostos anteriormente, nos últimos cinco anos, um maior número de jovens chega ao Ensino Médio, pois enquanto a população crescia a taxas de 1,3 % ao ano, as matrículas neste nível de ensino apresentavam um incremento de 57,3 % e o Ensino Fundamental de 11,5 %. Isso se deve a um percentual inferior de repetências no Ensino Fundamental nos últimos anos e uma obrigatoriedade da conclusão do Ensino Médio como exigência de contrato de trabalho.

No censo de 2006, o INEP analisa na sinopse estatística dos dados coletados que a rede estadual continuou a responder pela oferta de 85,2% das vagas no ensino médio. A diminuição de alunos matriculados nesse nível de ensino foi de 1,4%, o que significa, que cerca de 124,5 mil estudantes estavam fora da escola. A queda no número de matrículas foi desigual entre as regiões e os estados brasileiros, na região Sudeste (-4,5%) em todos os estados do território nacional: Minas Gerais (-3,8%), Espírito Santo (-3,8%), Rio de Janeiro (-3,8%) e São Paulo (-5,2%); Tocantins (-1,7%), Santa Catarina (-3,8%), Rio Grande do Sul (-2%) e no Distrito Federal (-2,3%). Os demais estados brasileiros apresentavam números de matrículas estáveis ou uma pequena ampliação.

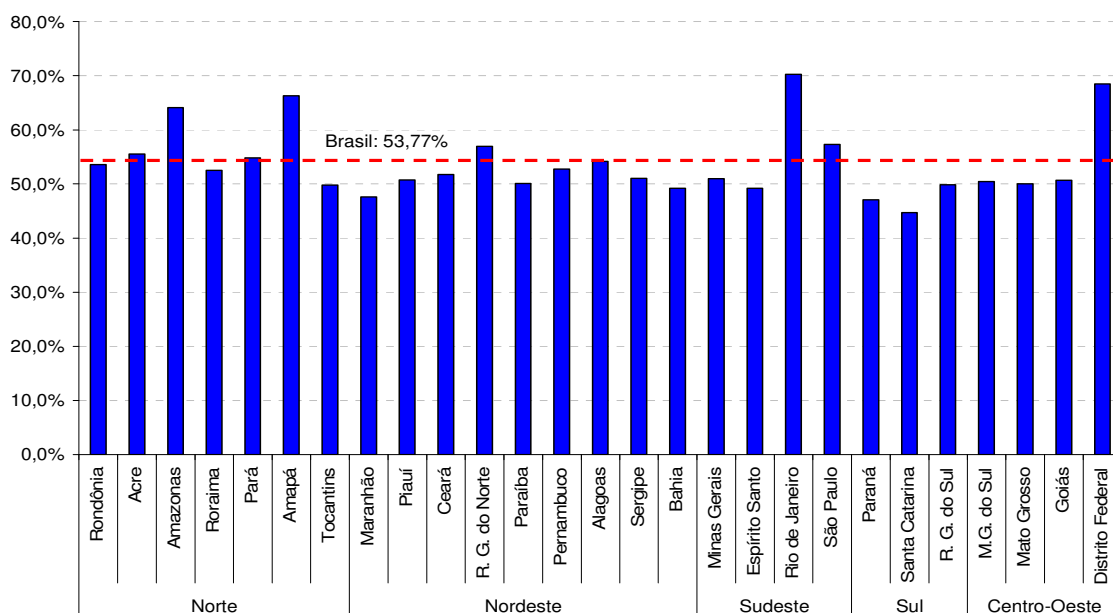
Em março de 2007, Naércio Menezes Filho apresentou no seminário PNAD-CGEE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) um material sob o título: *Os determinantes das matrículas do Ensino Fundamental e Médio*, constituído de uma série de gráficos representativos da situação escolar dos jovens brasileiros, cujos dados são os do PNAD. Os que melhor retratam o tema abordado por este trabalho são os relacionados a seguir, que são interessantes para as análises posteriores:

FIGURA 4 - Evolução da % de jovens de 15 a 18 anos que só estudam



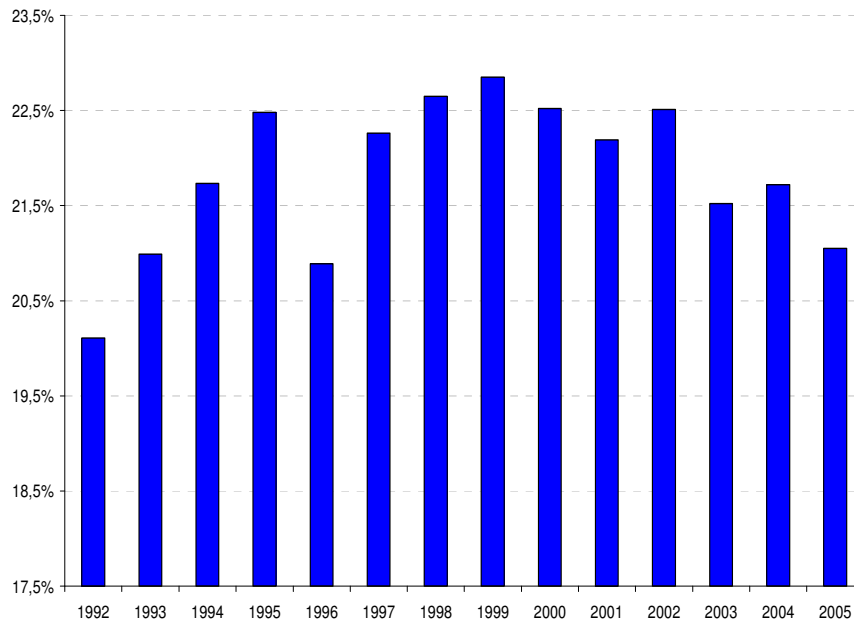
Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

FIGURA 5 - % de jovens de 15 a 18 anos que só estudam em 2005 por UF

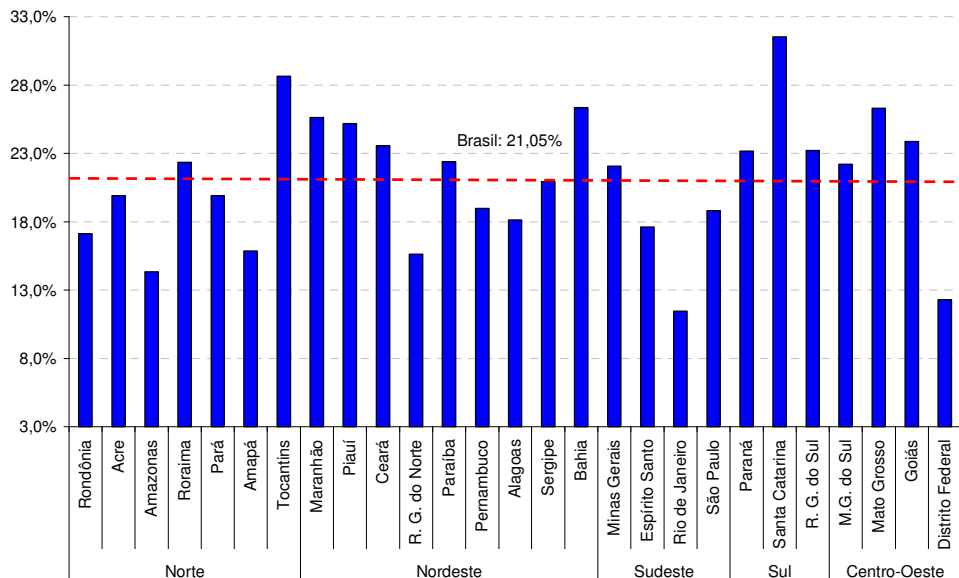


Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

Observa-se que a ascendência de alunos ao Ensino Médio vem em uma progressividade desde 1992 atingindo o ápice em 2003, porém em 2004 se percebe uma queda que tende a uma estabilidade representando valores um pouco acima dos 50% de jovens que apenas estudam. Oito estados ultrapassam a média brasileira de 53,77% são: Região Norte - Acre, Amazonas, Amapá e Roraima; Região Nordeste – Rio Grande do Norte; Região Sudeste – Rio de Janeiro e São Paulo; Região Centro-oeste – Distrito Federal. Os três estados da Região Sul ficaram abaixo dos 50%, sendo a situação de Santa Catarina a pior entre os estados brasileiros.

FIGURA 6 - Evolução da % de jovens de 15 a 18 nos que trabalham e estudam

Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

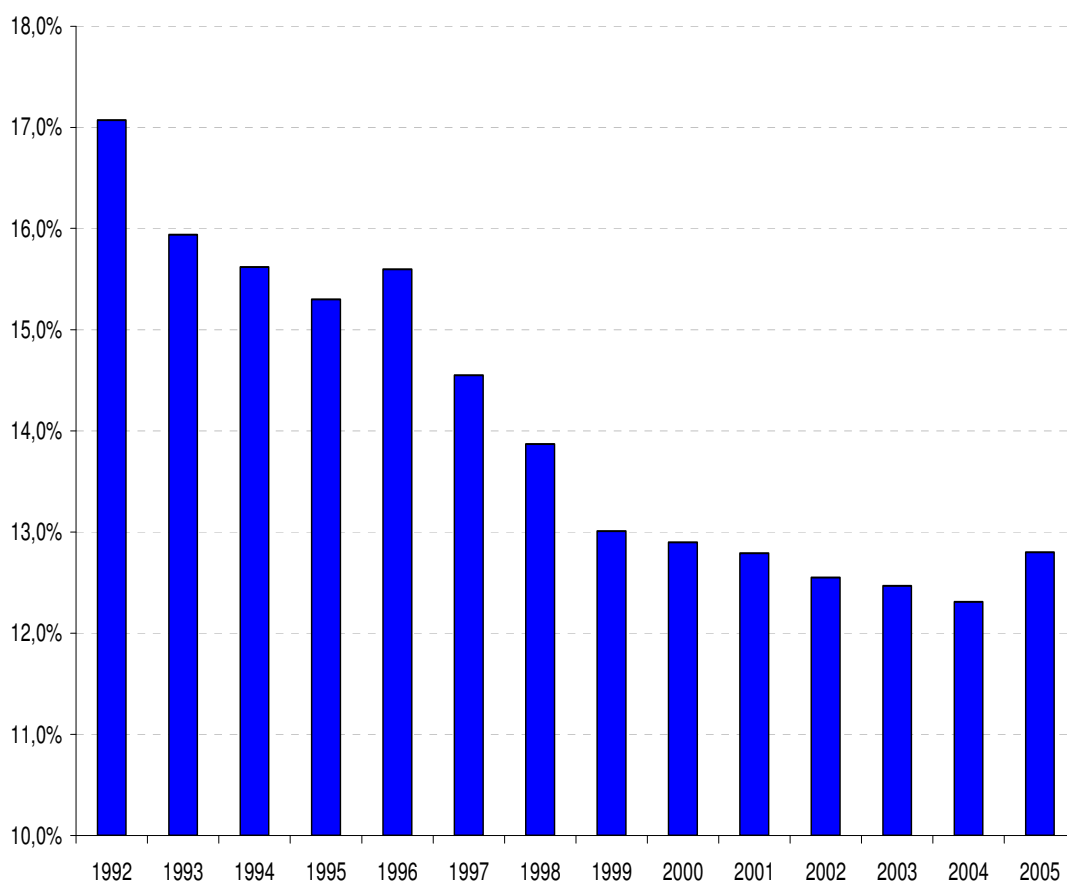
FIGURA 7 - % de jovens de 15 a 18 anos que trabalham e estudam em 2005 por UF

Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

A partir de 1992 ocorreu um aumento progressivo no número de alunos que trabalha e estuda, decaindo em 1996 e 1997. A partir de 1999 a quantidade de matrículas de estudantes que conciliam as duas funções começou a decair. Quatorze estados ultrapassam a média brasileira de

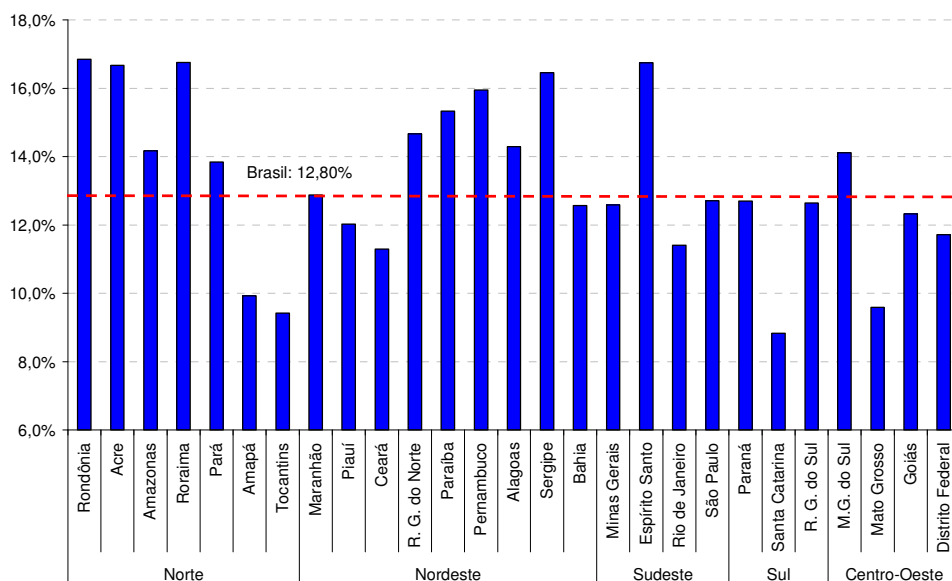
21,05% são: Região Norte – Roraima e Tocantins; Região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Bahia; Região Sudeste – apenas Minas Gerais; Região Sul – todos os seus estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Região Centro-oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Santa Catarina apresenta o maior índice dentre os estados brasileiros.

FIGURA 8 - Evolução da % de jovens de 15 a 18 anos que não trabalham nem estudam



Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

FIGURA 9 - % de jovens de 15 a 18 anos que não trabalham nem estudam em 2005 por UF



Fonte: PNAD. Seminário PNAD/CGEE de março de 2007

No penúltimo gráfico apresentado verifica-se uma quantidade percentual gradativamente menor de jovens sem atividades, exceto em 1996 com índice próximo a 15,6 % e 2005 com aproximadamente 12,8% de adolescentes sem estar estudando ou no mercado de trabalho. Do último gráfico em comparação com os anteriores verifica-se que enquanto no Rio de Janeiro a grande maioria dos jovens apenas estuda, em Santa Catarina, há um menor índice de jovens desocupados, ou seja, uma grande parcela além de estudar também trabalha.

A entrada de estudantes no mercado de trabalho é um efeito do panorama econômico do país. Em muitos casos o mercado de trabalho aberto e oferecido ao jovem, afasta o adolescente dos processos educacionais. Segundo Campestri (2002):

Este conjunto evolutivo, reflete efetivamente nas reformas educacionais centradas nas demandas de mercado que sobrecarregam o ser humano condicionando-o ao sistema capitalista onde, a concentração dos trabalhadores nas fábricas, o desenvolvimento urbano, a mudança radical no caráter do trabalho e a produção dividida em operação alienam o trabalhador, desqualificando-o e reduzindo-o a aceitar passivamente as imposições e limitações adjacentes ao sistema de trabalho, processando desta forma, um afastamento significativo das atividades escolares, onde o trabalho como condicionante para o progresso e estabilidade social, mascara as diretrizes educacionais, as propostas pedagógicas das instituições de ensino, afastando muitos cidadãos da apropriação do saber sistematizado em detrimento as transformações e necessidades do mercado de trabalho.”

No dia 10 de janeiro de 2008, o MEC publica no Diário Oficial da União os dados estatísticos recolhidos em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A assessoria de Imprensa do mesmo instituto lança, na mesma data, a manchete: “*MEC registra queda no número de matrículas na educação básica em 2007*”⁵, reportagem da Agência Brasil escrita pela jornalista Luana Lourenço. Segundo os dados, em 2007 o país possuía 53 milhões de estudantes na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, havendo uma redução de cerca de 3 milhões de matrículas. Comenta a reportagem que na avaliação da diretora de Estatística e Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Pestana, o número de matrículas diminuiu em função da mudança de perfil educacional que o país está passando, pois menos crianças estão nascendo o que causa a queda no ensino infantil e fundamental e pelo mesmo motivo uma tendência ao envelhecimento. Os resultados divulgados são os primeiros de uma nova metodologia adotada pelo governo para a contagem de alunos - o Educacenso, em que os alunos têm que ser identificados pelo nome completo, data de nascimento, filiação e série. Essa metodologia evita equívocos de preenchimento como duplicidade de alunos, pois em relatórios anteriores, alguns casos, o mesmo estudante era computado mais de seis vezes, dependendo do número de disciplinas em que estava.

Os últimos dados divulgados constam da página de notícias da Agência Brasil⁶, matéria do dia 10 de janeiro de 2008.

⁵ Fonte: http://www.inep.gov.br/impressao/noticias/censo/escolar/news08_01.htm acessado em 30 de janeiro de 2008

⁶ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/01/10/materia.2008-01-10.7971379035/view> acessado em 30/01/2008.

QUADRO 2 - Evolução das matrículas de 2004 a 2007

Evolução da matrícula, por dependência administrativa, ao longo dos últimos quatro anos:

	2004	2005	2006	2007
Total	56.851.090	56.471.804	55.942.047	52.969.456
Estadual	24.351.782	23.571.777	23.175.567	21.914.653
Municipal	24.949.623	25.286.425	25.243.156	24.516.221
Privada	7.371.305	7.431.103	7.346.203	6.358.746
Federal	178.380	182.499	177.121	179.836

Fonte: Educacenso 2007

A partir dos números acima se pode fazer uma análise comparativa com os resultados dos gráficos seguintes:

FIGURA 10 - Evolução das matrículas de 2004 a 2007 em números

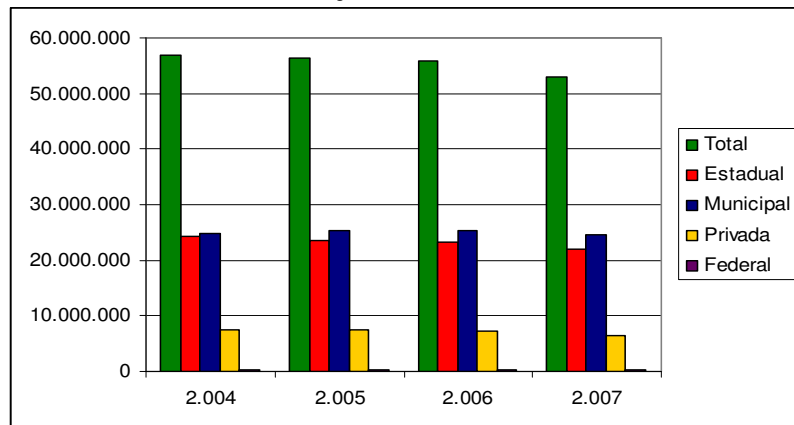
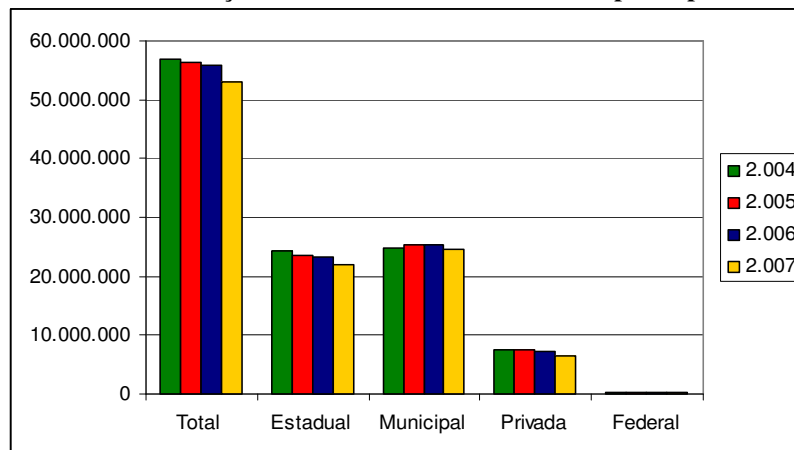


FIGURA 11 - Evolução das matrículas de 2004 a 2007 por dependência administrativa



Estes dados complementam o trabalho de Naércio Menezes Filho, comentado anteriormente, que trazia uma visão gráfica até 2005:

QUADRO 3 - Evolução das matrículas de 2004 a 2007 por modalidade de educação

Etapas/ Modalidades de Educação Básica	Matrículas nos anos					
	2004	2005	2006	2007	Diferença 2006-2007	Variação % 2006- 2007
Educação Infantil	6.903.763	7.205.039	7.016.095	6.494.616	-521.479	-7,43
Ensino Fundamental	34.012.434	33.534.700	33.282.663	32.086.188	-1.196.475	-3,59
Ensino Médio	9.169.357	9.031.302	8.906.820	8.360.664	-546.156	-6,13
EJA	5.718.061	5.615.426	5.616.291	4.980.827	-635.464	-11,31
Educação Especial	371.382	378.074	375.488	336.702	-38.786	-10,33
Educação Profissional	676.093	707.263	744.690	688.648	-56.042	-7,53
TOTAL	56.851.090	56.471.804	55.942.047	52.947.645	-2.994.402	-5,35

Fonte: Educacenso 2007

QUADRO 4 - Evolução das matrículas de 2004 a 2007 por dependência administrativa

Brasil / Regiões / Ufs	Matrículas na Educação Básica por unidade da federação e dependência administrativa				
	Total	Federal	estadual	Municipal	Privada
Brasil	52.969.456	179.836	21.914.653	24.516.221	6.358.746
Norte	5.160.043	16.987	2.177.384	2.669.313	296.359
Nordeste	16.681.398	53.981	5.124.910	9.855.001	1.647.506
Sudeste	20.550.441	70.568	9.283.483	8.109.617	3.086.773
Sul	6.901.898	24.827	3.413.568	2.623.483	840.020
Centro-Oeste	3.675.676	13.473	1.915.308	1.258.807	488.088

Fonte: Educacenso 2007

Em 2007 ocorreu outra mudança importante na gestão educacional, pois através da Lei

11.494, regulamentada em 20 de junho, o Fundeb (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica), criado com a aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº. 53, substituiu o Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que até 2007 financiava apenas o Ensino Fundamental. Cada estado recebe o seu Fundeb de acordo com o número de matrículas na educação básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em escolas públicas. Em 2008, as instituições privadas de educação infantil sem fins lucrativos, conveniadas com as prefeituras, poderão receber recursos provenientes do Fundeb. A implantação deste fundo será gradual por três anos iniciando em 2007. Ano passado, foram consideradas todas as matrículas existentes no ensino fundamental, mas apenas um terço das matrículas em creches, pré-escolas, programas de educação de jovens e adultos, e ensino médio. Já em 2008, será levado em consideração dois terços das matrículas, acabando esta implantação em 2009, com a totalidade de matrículas na educação básica.

3.2 Algumas Leis e planos governamentais e a educação brasileira

3.2.1 A Lei nº. 9394: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Promulgada em de 20 de dezembro de 1996 pelo Poder Público Federal, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Em seu Artigo 2º estabelece que a educação é um dever da família e do Estado, considerando os princípios de liberdade e ideais de solidariedade, tendo por finalidade o desenvolvimento do educando, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para o trabalho.

No Artigo 3º elucida que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

*X - valorização da experiência extra-escolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*⁷

Os itens II e IX do Artigo 4º estabelecem que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Os Municípios, segundo o Artigo 11º, incumbir-se-ão de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;*
 - II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;*
 - III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;*
 - IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;*
 - V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.*
- Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.*

3.2.2 A Lei nº. 10172: O Plano Nacional de Educação

Sancionada pelo Congresso Nacional em 2001, estabeleceu metas para a educação no Brasil com duração de dez anos que garantisse.

- a) a elevação global do nível de escolaridade da população,
- b) a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis,
- c) a redução das desigualdades sociais e regionais,
- d) a ampliação do atendimento na Educação Infantil, no Ensino Médio e no Superior.

Uma das mais importantes metas do Plano Nacional de Educação no que se refere ao Ensino Médio é a garantia do acesso a todos aqueles que concluem o Ensino Fundamental em idade regular.

⁷ Fonte: A Lei nº 9394/96 ; Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf

3.2.3 A Lei nº. 8069/90 – O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal promulgada em 13 de julho de 1990. Tem por objetivo a proteção integral de crianças (0 a 12 anos incompletos) e adolescentes (12 anos completos à 18 anos incompletos, e excepcionalmente 21 anos), ou seja, a efetivação dos direitos inalienáveis do ser humano: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (art. 4º). Para tanto destaca a necessidade da elaboração e consolidação de políticas sociais públicas, que possibilitem condições dignas de existência e desenvolvimento.

Quanto à efetivação do direito à educação, tema desse trabalho, o ECA estabelece em seu artigo 53 que deve ser assegurado à criança e ao adolescente:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;*
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;*
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;*
- V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.*

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, toda criança e adolescente tem direito a beneficiar-se do ensino fundamental e gratuito. Além disso, determina que o ensino básico é obrigatório e dever do Estado. Assegura também a progressiva extensão da obrigatoriedade escolar e a gratuidade do ensino médio, bem como a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Em situações de ato infracional⁸ cometido por adolescentes, o ECA determina que nenhum adolescente poderá ser privado de sua liberdade senão em flagrante do ato ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (art. 106). De forma alguma poderá ser algemado, colocado em situação vexatória ou encaminhado à autoridade competente por meio de camburão. Quando verificada a execução de ato infracional, a lei determina que sejam aplicadas medidas sócio-educativas adequadas à natureza do ato. As medidas, determinados no art. 112, são, respectivamente por nível de gravidade da infração, a advertência, a obrigação de

⁸ Ato infracional é toda ação praticada por criança ou adolescente que se assemelham as definidas em lei como crime ou contravenção. De acordo com o Estatuto da criança e do adolescente e com o Código Penal, os menores de 18 anos são penalmente inimputável, ou seja não podem ser condenados. Porém, adolescentes respondem pelos atos cometidos por meio da submissão às medidas sócio-educativas estabelecidas na lei nº. 8069-90.

reparar o dano, a prestação de serviço à comunidade, a liberdade assistida, a inserção em regime de semiliberdade e a internação em estabelecimento educacional. Em todos os casos, reza a lei que se deverá avaliar a capacidade do adolescente em cumprir a medida aplicada.

A Lei estabelece ainda as medidas aplicáveis à pais ou responsáveis por crianças e adolescentes infratores. As medidas são (art. 129):

- I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;*
- II – inclusão em programa oficial ou comunitária de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;*
- III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;*
- IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação;*
- V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar;*
- VI – obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;*
- VII – advertência;*
- VIII – perda da guarda;*
- IX – destituição de tutela;*
- X – suspensão ou destituição do pátrio poder”.*

Cabe esclarecer ainda que a promulgação do ECA previu a constituição de Conselhos Tutelares, ou seja, órgãos permanentes e autônomos, encarregados pela sociedade, que tem por objetivo zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, estabelecidos na lei. Esses conselhos, no mínimo um por município, devem ser compostos por pelo menos cinco membros da comunidade local, para mandato de três anos.

Ao Conselho Tutelar compete o atendimento de crianças e adolescentes e o atendimento e aconselhamento de pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas na lei. Para tanto pode: (1) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, (2) representar juntos à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações, (3)encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente e (4) encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.

3.2.4 PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação:

Foi criado para melhorar a qualidade do ensino básico no País. O plano envolve professores, pais, alunos e gestores em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência na escola. Ao todo serão trabalhadas 28 metas e ações. Ex-ministros da Educação, docentes e pesquisadores de diferentes áreas foram convidados a contribuir para sua construção. Usará como parâmetro de análise os dados Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Os municípios com desempenho abaixo do esperado receberão apoio técnico e recursos financeiros,

para que os estudantes apresentem performance semelhante aos dos países desenvolvidos até 2022. As metas do plano são:

- Estabelecer resultados concretos de aprendizagem;
- Alfabetizar crianças até 8 anos e aferir com exames específicos;
- Acompanhar cada aluno da rede individualmente, com registro de frequência e avaliações periódicas de desempenho;
- Combater a repetência com aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial;
- Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do estudante e sua superação;
- Matricular o aluno na escola mais próxima da sua residência;
- Ampliar as possibilidades de permanência de crianças e jovens nas escolas além da jornada regular;
- Valorizar a formação ética artística e a Educação Física;
- Garantir a inclusão educacional nas escolas públicas;
- Promover a Educação infantil;
- Manter programa de alfabetização de jovens e adultos;
- Instituir programa próprio ou em parceria para a formação inicial e continuada;
- Implantar plano de carreira, cargos e salários privilegiando o mérito, a formação e o desempenho;
- Valorizar o trabalhador eficiente, dedicado, assíduo, pontual, responsável e promover projetos e cursos de atualização e desenvolvimento profissional;
- Estabelecer o período probatório, efetivando a professora após a avaliação, de preferência externa ao sistema educacional;
- Envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político-pedagógico;
- Fixar regras de mérito e desempenho para a nomeação e exoneração de diretor de escola;
- Divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área de Educação;

- Acompanhar e avaliar, junto com a comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas da área e garantir a continuidade das ações;
- Zelar pela transparência da gestão pública, garantindo o funcionamento autônomo dos conselhos de controle social;
- Ter coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;
- Promover a gestão participativa da rede de ensino;
- Elaborar Plano de Educação e instalar Conselhos de Educação;
- Integrar os programas da área de Educação e instalar Conselhos de Educação;
- Fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos alunos, com as atribuições de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução de metas;
- Transformar a escola em espaço comunitário e manter e usar os equipamentos;
- Firmar parcerias externas visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações socioeducativas;
- Criar um comitê, com representante das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público⁹.

3.3 O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Cadastro Técnico Multifinalitário como instrumento para o conhecimento e análise de determinada região pode auxiliar para uma gestão educacional favorável a região, já que possibilita uma reflexão acertada através de seus mapas temáticos e dados que o compõem. Segundo Costa (2005) “*pode-se concluir que o Cadastro Técnico Multifinalitário contribui de*

⁹ <http://www.cenpec.org.br/> Acessado em dezembro de 2007

forma significativa para o diagnóstico das demandas sociais e econômicas, colaborando com a definição de estratégias de ação, necessárias à promoção e desenvolvimento econômico-social.”

Conhecer as limitações espaciais é fundamental para o entendimento das características territoriais e organizações sociais. A cidade é, de acordo com Rezende (1982, apud Costa) o resultado inacabado e em transformação de intervenções resultantes de diferentes sistemas de valores sociais e econômicos. As ações da gestão territorial, inclusive as voltadas ao sistema educacional, são abrangentes e exigem a integração de vários interesses.

O planejamento e desenvolvimento urbano foram reestruturados através da lei nº 10257/2001, aprovada pelo Congresso Federal, conhecida como *Estatuto das Cidades*, e estabelece as diretrizes para a reforma urbana. É um instrumento de cidadania, pois pressupõe uma gestão democrática, vindo a suprir uma carência normativa na área da política urbana. Esta lei delega aos municípios a tarefa de estabelecer a função social, oferecendo um conjunto de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos. O Estatuto da Cidade reafirma a diretriz da Constituição de 1988 que define como obrigatório os Planos Diretores para as cidades com população acima de 200000 habitantes. Conforme o IBAM¹⁰ (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) o “Plano Diretor é o instrumento que reúne as diretrizes para o desenvolvimento do Município e as estratégias de ocupação do território municipal, especialmente o urbano, com base na compreensão das funções econômicas, das características ambientais, sociais e territoriais do município, assim como de sua região de influência”. O Plano Diretor parte da leitura da cidade que relata aspectos urbanos, sociais (entre eles os educacionais), econômicos e ambientais definindo estratégias para intervenção e ação nas gestões para a cidade. O CTM é uma ferramenta ágil e completa que auxilia todo esse processo, pois um dado ou informação sobre determinada área tem pouco significado se não for relacionado com a superfície terrestre. Através da leitura da Cidade, realizada utilizando o CTM, e os levantamentos dos problemas com a participação da população na gestão democrática verifica-se locais carentes de escolas, com grande aglomerado urbano. Pode-se, então, planejar a melhor localização destas escolas considerando-se as características inerentes da região, os roteiros da linha rodoviária, por exemplo, o que favorece não só o transporte, mas o entorno do prédio, analisar aspectos de segurança pública, tão deficientes hoje em dia, visto ser um dos grandes problemas das áreas

¹⁰ Fonte: www.ibam.org.br Acessado em agosto de 2005.

escolares. O CTM é, pois, um importante instrumento para o desenvolvimento da educação brasileira.

4 OS LIMITES ENTRE A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR

4.1 *Indisciplina e Violência : visão psicopedagógica*

Segundo o Dicionário Brasileiro Globo, *disciplina* é um conjunto de prescrições ou regras dirigidas a manter a boa ordem numa organização (p. 225); sendo assim é considerada pelos educadores, uma ferramenta indispensável ao preparo de um ambiente propício a uma efetiva aprendizagem. No entanto, acabou por transformar-se na grande vilã do processo de ensino-aprendizagem. Nas escolas, tanto da rede pública quanto da privada, encontram-se alunos descomprometidos com a escolarização, desinteressados pelas aulas, dormindo ou o que é pior, agindo como se o professor não estivesse em sala de aula ministrando um conteúdo programático. Vasconcellos (2000, p. 13) descreve assim o cotidiano escolar no que se refere a indisciplina:

Onde se manifesta? No corredor, no pátio, nas imediações da escola, nas festas e eventos da escola e na sala de aula. Como se manifesta? Conversas paralelas, dispersão; professor entra em sala e é como se não tivesse entrado; dá lição e a maioria não faz; quando vem professora substitutiva, é dia de fazer bagunça; alunos não trazem o material; se negam a participar da aula; parece que nada interessa; saem no corredor na mudança de professor; fazem bagunça em sala quando não tem ninguém; irmãos entram no meio da aula para pedir material, lanche, dinheiro; riscam carteiras até estragar; depredam material escolar; colocam tachinhas na mesa do professor ou dos colegas; ficam comendo durante a aula; mascam chiclete; ficam de boné durante a aula; não vão de uniforme; pintam carteiras com líquido corretivo; escrevem nas paredes; destroem trabalhos de alunos de outros períodos fixados em murais; sentam de qualquer jeito na carteira; roubam material do colega; passam a perna no colega; brigam; entram sem pedir licença; querem ir toda hora no banheiro; respondem ironicamente; saem quando toca o sinal e o professor ainda está explicando; no meio da explicação, se levantam e falam com outro: “Ei, você viu tal coisa?”, etc. Isto “pegando leve”, se formos aprofundar, podemos entrar no campo da violência: arrombamentos, explosão de bombas, tráfico de drogas, furtos, danificação de veículos, invasão de estranhos, porte de armas, etc

O assunto, suas causas e conseqüências e o planejamento de um ambiente disciplinar nas escolas é tema de estudo de alguns pesquisadores.

A adolescência, segundo Bossa (1998, p. 251) “é uma fase terminal do crescimento biológico. Começa com mudanças biofisiológicas aos 11-12 anos para as meninas e aos 12-13 anos para os meninos, terminando com mudanças psicossociais aos 18-19 anos para as moças e aos 20-21 anos para os rapazes”. Durante a adolescência o corpo jovem passa por diversas mudanças; adolescente vai construindo uma nova forma de pensamento, e alternativas para se sentir mais forte. Se sente compreendido apenas pelo grupo que pertence e convive, portanto, está sempre em “bando”. Ele é capaz de dirigir suas emoções para idéias, para o abstrato, utilizando isso na interpretação dos acontecimentos diários. Vive um verdadeiro turbilhão entre a mudança física e a maneira de enxergar os acontecimentos. Busca formas alternativas de aliviar suas tensões, brigando, contestando, desafiando, afrontando, aprontando, viciando-se. Os profissionais da área consideram esse turbilhão adolescente normal para a saúde mental. Nesse estágio, qualquer esbarrão, cutucão ou até mesmo um simples olhar pode ser considerado motivo para briga. Segundo Tiba (2006, p. 31)

Enquanto estiver no plano verbal, geralmente os envolvidos ainda conseguem ouvir alguém que procure acalmá-los. Uma vez no plano físico, pouco adianta gritar com eles. É preciso, também, intrometer-se no corpo-a-corpo e dar um empurrão em cada um para separá-los. Corpo atende corpo, não atende voz. É importante salientar que mesmo a briga acontecendo fora do perímetro escolar, a jurisdição escolar abrange 500 m além das paredes escolares.

A definição de *normalidade*, no entanto, é um tanto controversa. É interpretada por uns como saúde, ausência de sintomas, por outros como combinação harmoniosa de diversos elementos do aparelho mental.

O adolescente passa pelo “luto” da infância perdida e essa elaboração de lutos só pode ser feita, segundo Bossa (1998), por estados depressivos. Busca na sociedade garantias suficientes de sobrevivência e se depara muitas vezes com quadros de violência, destruição e poder do que também passa a fazer uso. Instintivamente se defende de agressões reais ou fantasiadas. Realmente, para atitudes com determinação, empenho e força para se conseguir algo, são necessários um grão de agressividade e aí nessa fase, o adolescente está sendo devidamente preparado. A convivência familiar, nessa etapa é primordial para a normalidade mental. Atitudes altamente permissivas ou violentas podem formar jovens despreparados para lidar com os problemas que encontrarão.

A utilização de drogas, incluindo o tabagismo e o alcoolismo, assim como todas as perversões, são patologias vinculadas a processos de violência.

Segundo Bossa (id, p. 241), os indicadores de problemas no desenvolvimento são:

- 1 – Frieza e indiferença afetiva com o grupo familiar.
- 2 – presença de antecedentes infantis de agressividade impulsiva, mito, clepto ou piromania.
- 3 – Ingestão sistemática de drogas em escala, ou seja, adolescente começa fumando maconha, passa para ingestão de comprimidos tranqüilizantes ou estimulantes e chega à administração por via parental.
- 4 – Área de lazer circunscrita à prática de nítido sentido auto ou heterodestruutivo, sem nenhum propósito criativo.
- 5 – atividade homossexual predominante ou, quando heterossexual, limitada a perversões.
- 6 – Ausência de ansiedade evidenciável e nenhum grau de consciência da inadequação de sua conduta.

4.2 Indisciplina e Violência : visão jurídica

Os problemas no desenvolvimento de um indivíduo geram conflitos no lar, na sociedade e nas instituições de ensino. Porém como argumenta Vaz¹¹,(2004) a violência nas escolas é mais que um caso de polícia, é também um problema pedagógico, pois as instituições frequentemente não se adaptam ao local onde estão inseridas. Em geral, a violência acontece em locais onde a exclusão social se manifesta acentuadamente. Brigas, depredações, arrombamentos, ameaças e até prisões provocam o medo na sociedade. Pensa-se: o policiamento é a solução, os muros, as grades e com atitudes como essa, segundo o autor, se reforça o problema da violência. Comenta ainda que a escola com suas atribuições cria regras, utiliza currículos e sistemas de avaliações inadequados à região que atua, discriminando e afastando o aluno, aumentando, assim, o número de alunos evadidos, o que é uma forma de reforçar a situação de violência. A criança, ao ver reprovados os seus hábitos, seu jeito de falar, seu cotidiano, se sente inferior e resignado ao fracasso.

Para Vaz (id) diminui-se a violência através de processos democráticos na escola. Essa democracia do acesso à escola não é encarada como um aumento do número de vagas ou com ampliação das condições materiais e físicas do ambiente escolar, mas sim por mudanças das relações internas e da estrutura de funcionamento da instituição, valorizando e estimulando em seu interior a presença dos alunos marginalizados pela sociedade capitalista. Considera importante o entorno da escola integrando seu espaço não só para os alunos, mas oferecendo soluções para problemas e necessidades da região, sendo, portanto, mais respeitada e protegida

¹¹Fonte: VAZ, José Carlos. **A violência na Escola na escola: Como Enfrentá-la**. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>. Acessado em 06/08/2007

pela comunidade. O autor ilustra sua argüição por meio do relato de uma experiência ocorrida em São Paulo para solucionar problemas de violência no ambiente escolar, na gestão de 1989-1992. Foi criado pela Secretaria de Educação o “*Projeto Pela Vida, Não À Violência*”¹. Este projeto foi desenvolvido por equipes regionais, formadas por assistentes sociais, psicólogos, educadores e advogados. Possuía alguns procedimentos básicos como:

- a) Ouvir todos os segmentos envolvidos, em especial os alunos.
- b) Explicitar as contradições existentes.
- c) Trabalhar as contradições internas.
- d) Trabalhar as relações humanas.
- e) Organizar comissões para aprofundar as discussões sobre violência e sobre a segurança possível.
- f) Abrir as escolas para dentro e para fora.
- g) Fazer funcionar efetivamente as estruturas democráticas das escolas.

Foram realizadas discussões sobre violência, uso abusivo de drogas, direitos humanos, preconceito, e um debate sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, com pais, alunos, professores e funcionários da escola onde todos estariam atentos e engajados em solucionar problemas que levassem a processos violentos. Vários cursos foram realizados, fanfarras e atividades onde alunos, educadores e a comunidade pudessem participar, criando um vínculo harmonioso no ambiente escolar. Foi possível colocar obstáculos ao processo de violência que estavam sofrendo, integraram-se crianças e adolescentes afastados da escola pelos mecanismos de exclusão, pois puderam participar de atividades integradoras, retornando posteriormente à escola.

O Promotor de Justiça Digiácomo¹² considera importante a atuação da polícia preventiva junto às escolas. A criação de um Conselho Comunitário de Segurança acaba por constituir-se como mais um espaço onde a comunidade irá discutir e tentar resolver o problema da violência fora do ambiente escolar. Argumenta que na prática esse procedimento não é fácil “*em função da resistência apresentada por alguns dirigentes de escolas, que não estabelecem um canal de comunicação acessível aos educandos e não permitem o envolvimento de seus pais nos assuntos*

¹² Fonte: DIGIÁCOMO, Murilo José. **Violência nas Escolas: Sugestões para o Enfrentamento do Problema**. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br>, acessado em 06/08/2007.

relacionados à escola, sendo comum o chamamento destes apenas quando seus filhos apresentam graves problemas disciplinares, contribuindo assim para fazer das visitas à escola um "programa" altamente desagradável.” Por outro lado, muitos pais não se interessam em participar do processo educacional de seus filhos, o que representa grave violação ao pátrio poder e deve ser corrigida, se necessário, pelo Conselho Tutelar do município. Comenta, ainda, da necessidade de mudança de mentalidade de diretores e professores que devem visar muito além do puro e simples ensino dos conteúdos das matérias regulamentares, pois, como vimos, abrange a própria formação da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania. *“A partir de então, diretores, educadores, pais, alunos e pessoas outras da comunidade interessadas, reunidos num conselho escolar representativo e atuante, poderão discutir abertamente sobre o problema da violência infanto-juvenil dentro e fora da escola, enfrentando-a em suas origens, e não apenas criando mecanismos de defesa paliativos que pouco ou nenhum efeito positivo surtirão.”*

Quais os limites entre a indisciplina e o ato infracional? A indisciplina já foi definida anteriormente; o ato infracional é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 103, da seguinte forma : *“Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”*. Portanto, toda infração que está prevista no Código penal e é praticada por um adolescente ou criança é considerada como ato infracional. Dependendo do acontecimento, um ato pode ser infracional ou indisciplinar. Como exemplifica o Promotor de Justiça da Infância e da Juventude Ferreira¹³: *“Uma ofensa verbal dirigida ao professor, pode ser caracterizada como ato de indisciplina. No entanto, dependendo do tipo de ofensa e da forma como foi dirigida, pode ser caracteriza como ato infracional -ameaça, injúria ou difamação”*. Para cada incidente devem ser tomadas as providências correlatas. O ato infracional é de competência do Conselho Tutelar do município e do Juizado da Infância e Juventude; já o indisciplinar, é de alçada dos educadores, que devem se guiar pelo regimento interno da escola. Toda escola deve ter um regimento interno que contemple os direitos e deveres dos alunos, bem como as penalidades de acordo com o ato indisciplinar. Em casos extremos, os colégios decidem acabar com o problema, transferindo, expulsando ou convidando o aluno a se retirar da escola. Segundo Ferreira as escolas têm a obrigação de propiciar um tratamento adequado que vise o

¹³ Fonte: FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **Indisciplina e o ato Infracional**. Disponível em: Home-page: www.mp.sc.gov.br. Acessado em agosto de 2007.

desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. O aluno que é expulso ou "convidado a se retirar" acaba desenvolvendo um sentimento de rejeição e anormalidade, interferindo em sua capacidade de aprendizagem". O promotor comenta que as instituições escolares tem o direito e o dever de impor limites e criar obrigações, porém considera a expulsão uma medida autoritária, abusiva e ilegal já que toda criança e adolescente, tem o direito garantido pela Constituição de permanecer na escola. O pediatra José Ricardo de Mello Brandão¹⁴ na pesquisa intitulada "*Adolescentes infratores em São Paulo: retrato da exclusão social?*", relata que a maior parte dos meninos infratores tem um histórico de abandono ou expulsão do ambiente escolar.

Para Silva¹⁵ o processo de violência nasce do fato da sociedade brasileira ser organizada e determinada por um modelo capitalista que é extremamente excludente, pois se caracteriza por uma grande concentração de renda. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, em 1994, 50% da renda do país ficava concentrado em 10% da população, enquanto 20% da população mais pobre detinha 2,1% desta renda. Essa relação totalmente desigual gera privilégios para alguns e, conseqüentemente, a expropriação de direitos para muitos.

4.3 Indisciplina e Violência: visão multidisciplinar

De acordo com Fernandes (2001) a partir da década de 1930 as cidades brasileiras tiveram um crescimento populacional intensivo o que provocou mudanças fundamentais na ordem socioeconômica no país, bem como importantes conseqüências culturais e ambientais. Especialmente a partir da década de 1970, com o acelerado processo de urbanização e o despreparo das cidades para esta realidade, se fez necessária a aplicação de uma Política Urbana, pois a capacidade do país em prover aos seus moradores os bens de cidadania – habitação, trabalho, saúde, educação, segurança – é uma questão que ficou a ser resolvida. A incapacidade de frear o aumento descontrolado das periferias desprovidas de infra-estrutura, da falta de serviços e equipamentos urbanos, o surgimento de favelas também em pequenas cidades, o crescimento desordenado, a poluição das águas, do solo e do ar, auxiliou a incrementar o processo da violência e da criminalidade nas cidades.

¹⁴ Fonte: BRANDÃO, J.R. **Adolescentes infratores em São Paulo: retrato da exclusão social?** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo.

¹⁵ Fonte: SILVA, Aina Maria Monteiro. **Educação e Violência: qual o papel da escola?** Extraído da home page Direitos Humanos na Internet – www.dhnet.org.br/educar/redeedh, acessado em agosto de 2007.

Segundo Oliveira¹⁶ et all (2006) a sociedade atual vive tentando se proteger dos atos de violência e crimes, sendo impossível o aparato policial estar presente em todo espaço público e privado. Argumenta o autor: “para o combate a criminalidade e a violência é necessário que os órgãos responsáveis conheçam os fatores geradores da criminalidade, não basta a Polícia Militar possuir um numeroso efetivo de policiais tecnicamente atualizado e capacitado para atuar nas ruas, e a cada dia surge cada vez mais delinquentes e cidadãos em conflito com a Lei.” Os autores relacionam os problemas de segurança com a falta de planejamento urbano, pois em vielas mal traçadas, casas sem quintal e ausência de áreas de lazer e de convivência entre os moradores, a saúde mental da comunidade fica comprometida, assim como, a transmissão e consolidação de valores familiares e tradicionais por que os moradores não desfrutam de uma habitação que possa lhes satisfazer as necessidades básicas. Este aspecto, a falta de valores familiares e culturais, somado a um mal ambiente construído, traz como conseqüências, a facilidade de ações criminais nas comunidades mais populares. Comentam, ainda, que a carência do desenho urbano, facilita a ação do tráfico de drogas. Demonstram através da organização da comunidade Chico Mendes, no município de Florianópolis/SC, até então formada por ocupações clandestinas, ruas tortuosas, estreitas e becos sem saída, que a diminuição da violência também pode se dar por meio do planejamento urbano. O redesenho do local, a construção de casas populares planejadas e devidamente construídas, com o alargamento de vias, duplicação de acessos, permitiu que os índices de criminalidade tivessem uma queda de 85% no local, mesmo com os mesmos moradores anteriores ao projeto.

Para se ter um ambiente seguro, sem a presença da criminalidade, é necessária, portanto, a organização da comunidade: bairros planejados e estruturados, imóveis particulares, públicos, comerciais devidamente cadastrados, com informações atualizadas e acessíveis a diversos órgãos. Instituições policiais, de saúde pública, de saneamento básico, educacionais, entre outras, devidamente informadas sobre os moradores e o local no qual estão prestando algum tipo de serviço.

Instituições escolares preparadas, conhecedoras da realidade local em que atuam, podem desenvolver um Projeto Político Pedagógico adequado a clientela que atendem. O detalhamento da metodologia de ensino, das regras disciplinares, dos projetos educacionais e o incentivo a participação dos pais e da comunidade no cotidiano escolar, promovem uma aprendizagem sem

¹⁶ Fonte: OLIVEIRA, Roberto et all. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública.** Florianópolis, COBRAC 2006. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário · UFSC Florianópolis · 15 a 19 de Outubro 2006

exclusões, que efetivamente favorece os alunos da região, seus pais e sua comunidade. Somente assim as instituições escolares estarão desenvolvendo seus papéis educativos e disciplinares, contribuindo para a formação de cidadãos dignos, corretos e prontos a resolverem os problemas que inevitavelmente enfrentarão.

5 A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

A Secretaria de Estado da Educação é o órgão responsável pela administração e orientação do ensino público no Estado, compartilhando essa responsabilidade com o Conselho Estadual de Educação, na forma da legislação em vigor. À Secretaria compete a formulação, a coordenação, o controle e a execução de políticas educacionais e tecnológicas, o desenvolvimento de projetos e preparos educacionais, a expansão de reformas e manutenção das estruturas físicas, implementação de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado, articulação de políticas de gestão de pessoal, promovendo a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para garantir a unidade da Proposta Curricular no Estado de Santa Catarina. A oferta do Ensino Fundamental e Médio pela Rede Pública Estadual de Ensino orienta-se pela concepção de escola e sociedade materializada na Proposta Curricular, que teve sua primeira formulação em 1988. Segundo a Proposta Curricular

A educação escolar deve exercitar a democracia e a cidadania, enquanto direito social, através da apropriação e produção dos conhecimentos. Para tanto, faz-se necessária a busca de uma sociedade isenta de seletividade e discriminação, libertadora, crítica, reflexiva e dinâmica, onde homens e mulheres sejam sujeito de sua própria história. (Santa Catarina, 1998)

Desde sua constituição a Secretaria de Educação vem sofrendo modificações importantes na sua forma de gestão da educação pública, como se poderá observar pelo breve relato a seguir:

1834 – Através do Ato Adicional, de âmbito nacional, começou uma nova fase para o ensino público de Santa Catarina, quando se instalou em cada uma das Províncias uma Assembléia Provincial que, entre outras atribuições, tinha a de legislar sobre a instituição pública do ensino primário e secundário.

1836 - A Lei nº 35, de 14 de maio, estabelece o primeiro ato de Assembléia Provincial de Santa Catarina, outorgava ao Presidente da Província todo o poder de mando sobre os aspectos administrativos e pedagógicos das escolas públicas.

1848 - A Lei nº 268, de 1º de maio, apresentou uma estrutura hierárquica, onde o Presidente da Província era quem exercia, efetivamente, as funções de diretor geral do ensino, passando a ser auxiliado pelos Diretores Municipais e Diretores Paroquiais, responsáveis pela inspeção do ensino, porém ainda não estava institucionalizado um órgão ou uma repartição responsável pela administração e orientação do ensino.

1854 - A Lei nº 382, de 1º de julho, delegava, ao Diretor Geral das Escolas de Instrução Primária, a responsabilidade da orientação e administração do ensino público. Surgiu então a Diretoria Geral das Escolas de Instrução Primária.

1868 - A Lei nº 600, de 13 de abril converte a Diretoria Geral das Escolas de Instituições Primárias em Inspetoria da Instrução Pública.

1881 - Com o Ato Adicional de 21 de fevereiro, a Diretoria da Instrução Pública, tornou-se responsável pelo ensino público no Estado.

1901 - A Lei nº 518 de 4 de setembro criou a Secretaria Geral dos Negócios do Estado, posteriormente Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, cessando a subordinação da Instrução Pública, aos presidentes da Província e mais tarde aos governadores, visto que a expansão dos serviços educacionais se tornava difícil e trabalhosa ao chefe do Poder Executivo.

1935 - Em 5 de janeiro, através do Decreto nº 713, foi extinta a Diretoria da Instrução Pública e criado o Departamento de Educação.

1942 - Com o Decreto-lei nº 658, de 4 de julho, a palavra “educação” foi expressa na denominação da Secretaria. Com o crescente desenvolvimento dos serviços de educação e saúde, o Governo resolveu mudar a denominação da Secretaria do Interior e Justiça para Secretaria da Justiça, Educação e Saúde.

1949 - Através da Lei nº 308, de 24 de setembro passou a ser chamada de Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde.

1952 - Com a Lei 785 de 27 de outubro, criou-se a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social, desvinculando-a da Secretaria do Interior e Justiça.

1956 - Foi desmembrada, em 30 de abril, pela lei 1663, a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social com a criação da Secretaria de Educação e Cultura, adquirindo mais autonomia e liberdade para administrar e orientar o ensino público. Quatro diretorias passaram a constituir a estrutura da Secretaria: a de Administração, a de Estudos e Planejamento, a de Ensino e a de Cultura. Foram criadas as Delegacias de Ensino em várias regiões do Estado para administração, orientação e fiscalização do ensino. Os delegados ficaram subordinados diretamente ao Secretário de Estado.

1969 - Em decorrência do Plano Estadual de Educação, implantado pela Lei 4.394, de 20 de novembro, Santa Catarina foi o primeiro Estado a adotar uma nova filosofia e sistemática educacional: o “avanço progressivo”, consagrada na Lei 5692, de 11 de agosto de 1971 (Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus).

1970 - com a Lei nº 4.547, passou a denominar-se Secretaria da Educação, ficando os serviços de cultura afetos à Secretaria do Governo.

1975-1978 - Houveram preocupações no cumprimento de metas de expansão e melhoria do potencial humano envolvido no campo educacional, fixando atenção no atendimento a pessoa portadora de deficiência, através da Fundação Catarinense de Educação Especial e ao ensino de pré-escolar e de 1º e 2º graus, assim como a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC e o fortalecimento das Fundações Educacionais.

1978 – Aprovado pelo Decreto 5.039, de 7 de junho e em conformidade com o Regimento Interno, foi implantada a estrutura organizacional da Secretaria da Educação e Cultura.

1980-1983 - O Plano Estadual de Educação previa uma política educacional voltada para a democracia e reforçou as diretrizes de democratização da educação, que atenderam reivindicações do magistério.

1988 - A Lei nº 7.375, de 20 de julho, dispõe sobre a estrutura organizacional básica do poder Executivo, denominou como Órgão Central a Secretaria de Estado da Educação.

1987-1990 – Estudou-se uma Proposta Curricular de Santa Catarina, contando com a dinâmica de discussão de vários educadores de todo o Estado, sendo o documento publicado definitivamente em 1991.

1991 - Pela Lei 8.240, de 12 de abril, o Órgão Central passou a denominar-se Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto.

1995 - Em 17 de fevereiro, a Lei 9.831 definiu-o como Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SED. A cultura passou a integrar a Fundação Catarinense de Cultura.

1995-1998 - Concentrou esforços na Proposta Curricular de Santa Catarina, no Programa de Qualidade Total e no processo de nucleação de escolas de séries iniciais do Ensino Fundamental.

1999-2002 - Teve como referencial a Proposta Curricular de Santa Catarina, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a implementação da gestão democrática das escolas

públicas, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e a elevação dos níveis de aprendizagem.

2003-2004 - A Lei Complementar Nº 243/03, de 30/01/03, estabelece a nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo. A Secretaria passa a ser denominada Secretaria de Estado da Educação e Inovação.

2005 - A segunda reforma administrativa, Lei Complementar Nº 284/05, de 28 de fevereiro, estabelece o modelo de gestão para a Administração Pública e dispõe sobre a estrutura organizacional do poder executivo, objetivando a desburocratização, a descentralização e a desconcentração dos circuitos de decisão para uma eficiente, eficaz e efetiva gestão dos serviços públicos, associando sistematicamente os órgãos e entidades públicas a objetivos e resultados. Dar-se-á por intermédio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicas estaduais. Nessa Lei, a sua denominação altera-se para Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, ocupando-se da missão de “Garantir uma educação de qualidade para todos os catarinenses”¹⁷, primando pelo “Desenvolvimento de uma gestão descentralizada, com democracia participativa, trabalhando em equipe e sobrepondo o social ao individual, o público ao privado, o coletivo ao particular, o estratégico ao rotineiro e burocrático. Tem como desafio, mais do que administrar a realidade educacional, não se contentar com menos do que mudá-la, para dar um salto de qualidade na educação em Santa Catarina”⁵

2007 – Passa a ser chamada de Secretaria da Educação e vem desenvolvendo diversos projetos com a finalidade de promover a qualificação das instituições de ensino.

5.1 PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA

A Secretaria de Educação desenvolve a cada ano várias propostas de melhoria na qualidade das escolas e aprendizagem dos estudantes preparando-os como futuros cidadãos. Cursos de formação continuada dos professores, campeonatos esportivos, olimpíadas de matemática e física, concursos que envolvam a escrita priorizando a língua portuguesa, entre outros, são uma meta constante, porém alguns projetos de repercussão maior estão detalhados a seguir:

¹⁷ Fonte: http://www.sed.sc.gov.br/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=25&Itemid=68
Acessado em agosto de 2007

a- Programa Jovens Embaixadores: trata-se de um projeto de intercâmbio cultural e educacional, que tem por objetivo levar estudantes brasileiros de escolas públicas aos Estados Unidos e contribuir para a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro;

b- Programa de Educação Ambiental e Educacional (AMBIAL): o programa tem por objetivo desenvolver trabalho e atividades educativas na comunidade escolar, visando amenizar o problema da fome, sob seus aspectos de desnutrição, subnutrição e desperdício de alimentos, considerando ainda a sustentabilidade ambiental;

c- Projeto Escola Aberta: a meta do projeto é superar o modelo tradicional de escola, com seus espaços e equipamentos ociosos nos finais de semana. A proposta está em manter o livre acesso da comunidade à escola aos finais de semana para que possam ser promovidas atividades culturais, artísticas, esportivas, recreativas, de qualificação profissional;

d- Projeto Escola Jovem – Programa de melhoria e expansão do Ensino Médio: o Ministério da Educação e Cultura, órgão responsável pela definição das políticas educacionais para o país, adotou em 16 de fevereiro de 2000, através da Resolução nº 001, por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB, uma estratégia para a ampliação e melhoria do ensino médio que se intitulou *Escola Jovem*. Este projeto nasceu da preocupação com o reduzido número de matrículas do ensino médio e o alto grau de repetência e desistência durante o ano letivo. Tem como objetivo geral apoiar a reforma curricular e estrutural assim como expandir o atendimento no ensino médio pelas unidades federativas do País.

O programa, desenvolvido nas unidades de ensino médio com apoio da Secretaria da Educação, tem por objetivos:

- a) *atendimento, a partir de 2004, de todos os concluintes do ensino fundamental, com idade de 14 a 16 anos;*
- b) *melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens consolidando a identidade do ensino médio centrada nos sujeitos;*
- c) *ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira;*
- d) *valorização e formação de professores;*
- e) *melhoria da qualidade do ensino regular noturno e de educação de jovens e adultos;*
- f) *implantação do Plano de Educação para Ciência;*
- g) *modernização e democratização da gestão de sistemas e escolas de ensino médio;*

- h) *desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas;*
- i) *integração e articulação entre ensino médio e educação profissional.”¹⁸*

Com esta proposta, que já vem sendo desenvolvida em várias unidades administrativas da União, o Ministério da Educação e Cultura visa ampliar a oferta de vagas para o ensino médio.

As escolas a serem construídas não devem ser localizadas em áreas de risco, de proteção ambiental e nem de patrimônio cultural ou histórico. Serão cumpridas as normas vigentes para a construção e operação de escolas assim como a legislação ambiental federal, estadual e municipal. Devem ser observados os padrões mínimos de qualidade que assegurem o conforto térmico, iluminação e segurança de alunos e professores. A escola deverá ser abastecida de água potável, contar com instalações sanitárias e coleta de esgoto e resíduos sólidos que não prejudiquem o meio ambiente.

Os recursos financeiros destinados ao *Projeto Escola Jovem* são de US\$ 1 bilhão (um bilhão de dólares) e provém de empréstimos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de US\$ 500 milhões e de contrapartida nacional sendo US\$ 50 milhões do Tesouro Nacional e US\$ 450,00 milhões das Unidades da Federação.

Os desafios desta proposta implementam as novas orientações curriculares definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Além disso, definem um padrão de atendimento adequado a uma escola de jovens com infra-estrutura apropriada para essa faixa etária, aumentando a oferta diurna de ensino médio.

5.2 O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO COMO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Como se pode observar os projetos desenvolvidos pela Secretaria da Educação, com incentivos do Ministério da Educação e Cultura, estão subordinados a uma série de leis que regulamentam a escolarização no país e a proteção de crianças e jovens.

¹⁸ Fonte: Ministério da Educação e Cultura – MEC. Home-page : www.mec.gov.br (abril de 2005). Programa de melhoria e Expansão do Ensino Médio. Projeto Escola Jovem, 2001. p 9 e 10.

Para que os projetos e programas educacionais possam ser elaborados e devidamente executados, com a finalidade inicial, é necessário um diagnóstico da situação social do Município. Para tanto é importante se formar um banco de dados com informações demográficas, econômicas e sociais (saúde, meio ambiente, proximidade de favelas, periculosidade da região, áreas de risco, patrimônio cultural ou histórico, entre outros) e posicioná-los corretamente no espaço físico. Somente com as ferramentas do CTM, que envolvem os dados a uma visão cartográfica poderá se ter os subsídios descritos anteriormente.

6 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ: IDENTIDADE, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO.

O Município de São José está localizado no Estado de Santa Catarina, e constitui parte da Grande Florianópolis. Suas coordenadas geográficas são 27°36'52" de latitude sul e 48°38'19" de longitude oeste. Possui uma área territorial de 116 km²; seus limites são a leste as águas da baía sul da Ilha de Santa Catarina, a oeste com São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos, ao norte com Biguaçu e Florianópolis e ao sul com Palhoça.

Segundo o censo populacional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2000, São José, no referido ano, possuía 169.252 habitantes. A projeção do mesmo Instituto para 2005 foi de 201.000 habitantes. É o segundo maior município catarinense em densidade demográfica (número de habitantes por quilômetro quadrado) e o quinto em número populacional. O município é dividido em três distritos administrativos: Sede, Barreiros e Campinas. O maior em extensão territorial é o distrito sede e o mais populoso é o de Barreiros.

É um dos grandes pólos de desenvolvimento econômico de Santa Catarina. O crescimento sociodemográfico e econômico fez com que várias pessoas de origens culturais diferentes viessem residir no município, inicialmente morando em São José e trabalhando em Florianópolis. A partir de 2005, uma grande parcela de habitantes passou a trabalhar no próprio município, pois se transformou em pólo industrial, comercial e de prestação de serviços. Nesse período encontravam-se instaladas legalmente 1165 indústrias, 6269 casas comerciais, 4764 empresas prestadoras de serviços, 5253 autônomos, gerando cerca de 46.296 empregos formais.

Foi habitado inicialmente pelos índios conhecidos por *homens do sambaqui* e *guarani*, posteriormente, em 1750 foi colonizado pelos açorianos. Em 1829 chegaram as famílias alemãs, em função das condições climáticas que se assemelham à Europa. Os colonizadores trouxeram os negros, provenientes de diversas regiões da África, como mão-de-obra escrava. Portanto, esses três povos: açorianos, alemães e negros foram essenciais para a formação dos valores étnico-culturais de São José. Em 1892 se instalaram outros povos como os italianos, os árabes, os franceses e os espanhóis.

No censo do ano 2000, 55.446 pessoas freqüentavam creches ou escolas. Sendo que 14% deste número correspondiam à pré-escola, 56 % ao ensino fundamental (1º à 8ª série, no período)¹⁹, 17% ao ensino médio e 11% ao ensino superior. Com essa contingência (31,95%),

¹⁹ Foi instituído recentemente que o ensino fundamental é composto de nove anos de escolaridade básica. Em 2000, quando do censo, o ensino fundamental era composto por oito séries.

São José ocupa o terceiro lugar entre os municípios da Grande Florianópolis em pessoas atendidas pelo sistema educacional, perdendo para Santo Amaro da Imperatriz (38,6%) e Florianópolis (33,9%). Possuía um total de 82,8% dos seus habitantes educacionalmente instruídos.

6.1 *Escolarização no Município de São José*

O município de São José conta com cinquenta e três escolas que oferecem o ensino de 6º ano (5ª série) até a 3ª série do ensino médio. Destas escolas, uma é federal, dezoito são estaduais, dezesseis são municipais e dezoito são particulares. As escolas são cadastradas pelo INEP de acordo com a dependência administrativa, segundo um código específico. Para a utilização destes dados em um cadastro com características multifinalitárias é interessante que se utilize o CEP amplamente conhecido. A utilização de códigos próprios dificulta aplicação destes dados para outras unidades que não a Secretaria de Educação.

A seguir as escolas disponíveis no município.

6.1.1 Dependência Administrativa: Federal

Localização: Urbana

- a) ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA - UNIDADE DE ENSINO DISCENTE DE SÃO JOSÉ

Endereço: R JOSE LINO KRETZER

Número: 608

Bairro: PRAIA COMPRIDA

CEP: 88103310

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Federal

Fax: (48) 32476542

Telefone: (48)32473646

E-mail: volnei@etfsc-sj.rct-sc.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Ensino Médio; Educação Especial (Classes Especiais); Educação Profissional.



6.1.2 Dependência administrativa: Estadual

Localização: Urbana

- a) EEB ALDO CÂMARA DA SILVA

Endereço: R Alfredo José do Amorim

Bairro: NS DO ROSARIO

CEP: 88110660

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48) 3246 7905 Telefone: (48) 53246790 E-mail: aldocamara@sed.sc.gov.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Especial (Classes Especiais).

Em 2007:

* Possuia 402 alunos e 33 servidores

* Ed. Infantil = 25; 1ª a 4ª série = 212; 5ª a 8ª série = 165 sendo que 95 alunos foram transferidos em 2007. Trabalhavam com 28 professores.



b) EEB BELA VISTA

Endereço: AV BRASILIA

Bairro: BELA VISTA II

CEP: 88110050

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

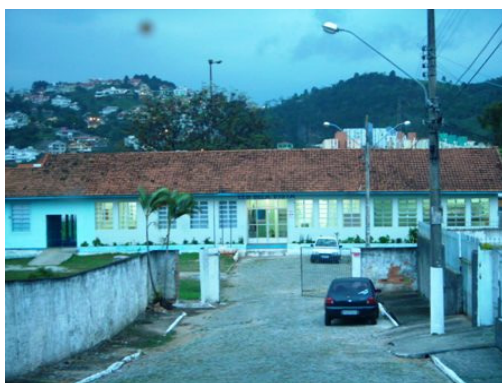
Telefone/fax : (48) 32462925 email = belavista@sed.sc.gov.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos).

Em 2007:

* Possuam 316 alunos e 30 servidores

* 5ª a 8ª série = 41; Ensino Médio = 275 sendo que 82 alunos foram transferidos e 73 são desistentes em 2007. Trabalham com 25 professores.



c) **EEB CECILIA ROSA LOPES**

Endereço: R ALAN KARDEC

Número: 284

Bairro: FORQUILHINHAS

CEP: 88106758

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)33573187

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.

Em 2007:

Possuía 922 alunos e 38 servidores.

5ª a 8ª série = 298 alunos sendo que 46 foram transferidos e 1 desistente. Total 251 alunos.

Ensino Médio = 762 sendo que 53 alunos foram transferidos e 38 são desistentes em 2007. Total 651 alunos.

Trabalham com 30 professores.



d) EEB FRANCISCO TOLENTINO

Endereço: R XAVIER CAMARA

Bairro: CENTRO

CEP: 88103020

Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48)32474690

Telefone: (48)32474690

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.

Em 2007:

Possuía 778 alunos e 52 servidores.

5ª a 8ª série = 455 alunos sendo que 91 foram transferidos e 10 desistente. Total 354 alunos

Ensino Médio = 156 sendo que 15 alunos foram transferidos e 34 são desistentes em 2007.

Total 107 alunos.

Trabalham com 44 professores.



e) EEB NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Endereço: R JOÃO GRUMICHE

Número: 805

Bairro: ROÇADO

CEP: 88108100

Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48) 32478195

Telefone: (48)32478195

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.

Em 2007:

Possuía 1030 alunos e 58 servidores.

5ª a 8ª série = 504 alunos sendo que 122 foram transferidos e 1 desistente. Total 376 alunos

Ensino Médio = 294 sendo que 87 alunos foram transferidos e 25 são desistentes em 2007.

Total 181 alunos.

Trabalham com 50 professores.



f) EEB PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

Endereço: R JACOB SENS

Bairro: AREIAS

CEP: 88113290

Município: SAO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32588645

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;

Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.

Em 2007:

Possuía 1336 alunos e 73 servidores.

- 5ª a 8ª série = 671 alunos sendo que 102 foram transferidos e 38 desistente. Total 531 alunos

Ensino Médio = 542 sendo que 113 alunos foram transferidos e 107 são desistentes em 2007.

Total 322 alunos.

Trabalham com 63 professores.

g) EEB PROFº AMÉRICO VESPÚCIO PRATES

Endereço: R JOSE VICTOR DA ROSA

Número: 770

Bairro: BARREIROS

CEP: 88117400

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32466823

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie.

Em 2007:

Possuía 741 alunos e 32 servidores.

5ª a 8ª série = 496 alunos sendo que 91 foram transferidos. Total 405 alunos

Trabalham com 29 professores.



h) EEB PROFº JOAQUIM SANTIAGO

Endereço: R ENGELBERTO KOERICH

Número: 15269

Bairro: COLONIA SANTANA

CEP: 88103970

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32780366

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie, Ensino Médio.

i) EEB PROFº LAERCIO CALDEIRA DE ANDRADA

Endereço: AV BRIGADEIRO SILVAS PAES Número: 561

Bairro: Campinas

CEP: 88101250 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32410228

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos).

Em 2007:

Possuía 874 alunos e 54 servidores.

5ª a 8ª série = 315 alunos sendo que 65 foram transferidos e 1 desistente. Total 248 alunos

Ensino Médio = 442 sendo que 63 alunos foram transferidos e 22 são desistentes em 2007.

Total 354 alunos.

Trabalham com 45 professores.



j) EEB PROFª LAURITA DUTRA DE SOUZA

Endereço: R GRALHA AZUL

Complemento: JD PINHEIRO

Bairro: PICADAS DO SUL

CEP: 88106100 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32570226

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1ª a 4ª série; Fundamental de 5ª a 8ª série.

Em 2007:

Possuía 674 alunos e 32 servidores.

5ª a 8ª série = 363 alunos sendo que 89 foram transferidos. Total 274 alunos

Trabalham com 28 professores.

k) EEB PROFª. MARIA DO CARMO LOPES

Endereço: R CAXAMBU

Bairro: SERRARIA

CEP: 88115600 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32582210

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie.

Em 2007:

Possuía 689 alunos e 31 servidores.

5ª a 8ª série = 437 alunos sendo que 151 foram transferidos e 1 desistente. Total 285 alunos

Ensino Médio = 199 sendo que 61 alunos foram transferidos e 5 são desistentes em 2007. Total 133 alunos.

Trabalham com 27 professores.



l) EEB PROF^a. MARIA JOSÉ BARBOSA VIEIRA

Endereço: R JOAQUIM VAZ Nº 1413

Bairro: PRAIA COMPRIDA

CEP: 88102650 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48) 32573010

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Especial (Integração, com Sala de Recursos).

Em 2007:

Possuía 1241 alunos e 60 servidores.

Ensino Médio = 1468 sendo que 86 alunos foram transferidos e 141 são desistentes em 2007.

Total 1241 alunos.

Trabalham com 52 professores.



m) EEB PROF^o OSWALDO RODRIGUES CABRAL

Endereço: R SAO JOSÉ

Número: 173

Bairro: BELA VISTA I

CEP: 88110304 Município: SAO JOSE UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48) 32461042 Telefone: (48)32461042

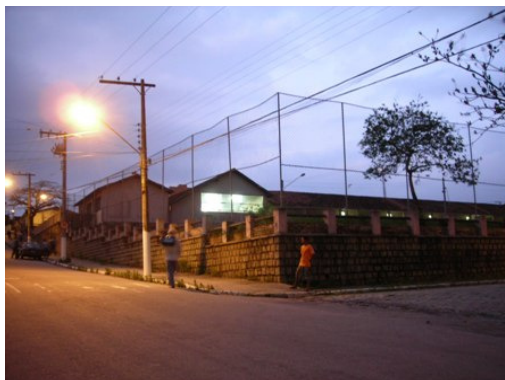
Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

Em 2007:

Possuía 630 alunos e 35 servidores.

5ª a 8ª série = 345 alunos sendo que 67 foram transferidos e 5 desistente. Total 273 alunos

Trabalhavam com 31 professores.



n) EEB WANDERLEY JUNIOR

Endereço: R OTTO JULIO MALINA

Número: 438

Bairro: IPIRANGA

CEP: 88111500

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32460658

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Curso Normal.



o) EEF CRISTO REI

Endereço: R ALCEU AMOROSO LIMA

Bairro: REAL PARQUE

CEP: 88113490 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48) 32461695

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos);

Em 2007:

Possuía 497 alunos e 20 servidores.

5ª a 8ª série = 234 alunos sendo que 6 foram transferidos. Total 234 alunos

Trabalhavam com 17 professores.



p) EEF DR HOMERO DE MIRANDA GOMES

Endereço: R OTTO JULIO MALINA

Bairro: IPIRANGA

CEP: 88111500 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Telefone: (48)32464390

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

Em 2007:

Possuía 365 alunos e 16 servidores.

5ª a 8ª série = 179 alunos

Trabalhavam com 13 professores.

q) EEF PROFª MARCILIA DE OLIVEIRA

Endereço: R SAO FRANCISCO DE ASSIS

Bairro: FORQUILHINHAS

CEP: 88106600

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48) 3574293

Telefone: (48)3574293

E-mail: ebmo@cade.com.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

Em 2007:

Possuía 721 alunos e 22 servidores.

5ª a 8ª série = 373 alunos

Trabalhavam com 17 professores.

r) EEF SÃO MIGUEL

Endereço: R MANOEL BANDEIRA

Bairro: LOT. DONA ADELIA

CEP: 88113820

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Estadual

Fax: (48) 2463109

Telefone: (48)2463109

E-mail:

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

6.1.3 Dependência administrativa: Municipal

Localização: Urbana

a) CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL JARDIM SOLEMAR

Endereço: R ALVELINA MARIA DA SILVA Número: 2551

Bairro: BARREIROS

CEP: 88111240 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48)32579389

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).

b) CENTRO EDUCAÇÃO MUNICIPAL MARIA FURTADO

Endereço: JARDIM RESIDENCIAL MARIA HONORATA

Complemento: VILA STO SARAIVA Bairro: SÃO LUIZ

CEP: 88100000 Município: SAO JOSE UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

c) CENTRO EDUCACIONAL GOVERNADOR VILSON KLEINUBING

Endereço: AV LISBOA

Bairro: FORQUILHAS CEP: 88107990

Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48)33573807

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

d) CENTRO EDUCACIONAL JARDIMZANELATO

Endereço: R NS DOS NAVEGANTES

Bairro: JARDIM ZANELATO

CEP: 88115400 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 32580964

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).

e) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL ARAUCÁRIA

Endereço: R ALAESIO ILDEFONSO DA ROSA

Bairro: JARDIM ARAUCÁRIA

CEP: 88115000 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 33439087

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

f) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL BARREIROS

Endereço: R OTTO MALINA

Bairro: BARREIROS

CEP: 88111500 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

g) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FORQUILHINHAS

Endereço: R OSVALDO CRUZ

Bairro: FORQUILHINHAS

CEP: 88100000 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 33576256

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).

h) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL INTERATIVO

Endereço: R PAULINO PEDRO HERMES Número: 2785

Bairro: NOSSA SRA DO ROSARIO

CEP: 88108500 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 33811652

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo); Educação Especial (Integração, com Sala de Recursos);

i) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL JOSÉ NITRO

Endereço: R GERAL JOSÉ NITRO

Bairro: JOSÉ NITRO

CEP: 88115600 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48)32584478

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

j) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL LUAR

Endereço: ADULCI ARBOEIS DO NASCIMENTO

Bairro: SERRARIA

CEP: 88115190 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina
Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal
Telefone: (48)32580631
Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

k) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL RENASCER

Endereço: R JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA
Complemento: Bairro: IPIRANGA
CEP: 88111170 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina
Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal
Telefone: (48) 33462857
Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo);

l) CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL VILA FORMOSA

Endereço: R AYRTON SENNA DA SILVA
Bairro: FORQUILHAS
CEP: 88106000 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina
Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal
Telefone: (48) 3357.4685
Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).

m) COLÉGIO MUNICIPAL MARIA LUIZA DE MELO

Endereço: R JAIR VIEIRA
Bairro: KOBRA SOL CEP: 88102080
Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina
Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal
Fax: (48) 3259.0654 Telefone: (48) 3259.3222

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).



n) EB DOCILICIO VIEIRA DA LUZ

Endereço: R DOCILICIO VIEIRA DA LUZ

Número: 663

Bairro: SÃO LUIZ

CEP: 88106800

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 3247.7927

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).

o) EB MUNICIPAL ALTINO CORSINO DA SILVA FLORES

Endereço: R GENUÍNO PEREIRA DA SILVA

Número: 514

Bairro: PROCASA

CEP: 88117060

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 3240.5546

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo);

p) EB VEREADORA ALBERTINA KRUMMEL MACIEL

Endereço: R ADÉLIO LONGO

Número: 675

Bairro: FAZENDA SANTO ANTONIO

CEP: 88104470 Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana Dep. Administrativa: Municipal

Telefone: (48) 3343.0901

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos).



6.1.4 Dependência administrativa: Particular

Localização: Urbana

a) CENTRO EDUCACIONAL BARREIROS

Endereço: R DA INDEPENDÊNCIA

Número: 471

Bairro: BARREIROS

CEP: 88113280

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 3246.0766

Telefone: (48) 3246.0766

E-mail: ceb-@ceb.ilhadamagia.com.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; pré-escola; Classe de Alfabetização; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.

b) CENTRO EDUCACIONAL CENECISTA SANTA CRUZ

Endereço: R FRANCISCO JACINTO DE MELO

Número: 1038

Complemento:

Bairro: BARREIROS

Caixa Postal:

CEP: 88113300

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48) 3246.6285

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; Pré-Escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

c) CENTRO EDUCACIONAL COMPANHIA DO SABER

Endereço: GERÔNIMO MEDEIROS

Número: 162

Bairro: FORQUILHINHAS

CEP: 88106010

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)2479495

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.



d) CENTRO EDUCACIONAL PRINCIPE ALI LTDA

Endereço: R LUIZ FAGUNDES

Número: 2225

Bairro: PICADAS DO SUL

CEP: 88106000

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32570162

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.



Obs: Esta escola mudou de nome para Colégio Martins e Souza.

e) CENTRO EDUCACIONAL REINO AZUL

Endereço: R OTTO JULIO MALINA

Número: 626

Bairro: IPIRANGA

CEP: 88111500

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48)32463421

Telefone: (48)32463421

E-mail: reinoaz@matrix.com.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; pré-escola; Classe de Alfabetização; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos);

f) COLEGIO ALPHA OBJETIVO

Endereço: R Walter Borges

Número: 434

Bairro: CAMPINAS

CEP: 88102030

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 32414343

Telefone: (48)32414343

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.



g) COLEGIO ALTERNATIVO TALISMÃ

Endereço: R CAPITÃO PEDRO LEITE

Número: 36

Bairro: BARREIROS

CEP: 88117620

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32460999

E-mail: calternativo@hotmail.com

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.



h) COLÉGIO CAMINHO FELIZ

Endereço: R ARI BARROSO

Número: 385

Bairro: BARREIROS

CEP: 88113820

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32465129

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Classe de Alfabetização; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

i) COLÉGIO CENTRO EDUCACIONAL VISÃO

Endereço: R CASSOL

Bairro: KOBRASOL

CEP: 88102340

Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 2590198

Telefone: (48)2590198

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio;



j) COLÉGIO DOM BOSCO

Endereço: AV LEOBERTO LEAL

Número: 689

Bairro: BARREIROS

CEP: 88117001

Município: SÃO JOSÉ UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 33469012

Telefone: (48)33469012 E-mail: dombosco@dombosco.com

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio;
Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).



Este colégio mudou o nome
para ENERGIA.

k) COLÉGIO DOM JAIME CÂMARA

Endereço: R KOESA

Número: 400

Bairro: KOBASOL

CEP: 88102310

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 32595699

Telefone: (48)32595699

E-mail: domjaime@brasilnet.net

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.



l) COLÉGIO FRANCISCO JOSÉ FERREIRA NETO

Endereço: R LUIZ FAGUNDES

Número: 1334

Bairro: PICADAS DO SUL

CEP: 88106000

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 32471628

Telefone: (48)32471628

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo).



m) COLÉGIO LIDERANÇA

Endereço: R FREI HILARIO

Número: 87

Bairro: CAMPINAS

CEP: 88101310

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32412686

contato@colegiolideranca.com.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie.

n) PADRE AGOSTINHO

Endereço: R HERIBERTO HULSE

Número: 3038

Bairro: JARDIM SANTIAGO

CEP: 88113000

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 32466544

Telefone: (48)32466544

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie;
Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio.



o) SOLAR DO CHAPEUZINHO VERMELHO

Endereço: R OTTO JULIO MALINA

Número: 582

Bairro: IPIRANGA

CEP: 88111500

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32461383

E-mail: ctmlal@brasilnet.net

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Jovem e Adultos (Avaliação no Processo); Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos); Educação Profissional.



Obs: Esta escola mudou de nome para Colégio Conexão.

p) BISPO DOM AFONSO NIEHUES

Endereço: R DO BOM FIM

Número: 2

Bairro: CENTRO

CEP: 88103080

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48)32472658

Telefone: (48)32479041

E-mail: coleginhosj.com.br

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie.

q) ESCOLA ELISA ANDREOLI

Endereço: R MADRE FLAVIA ANDRETTA

Número: 448

Bairro: BARREIROS

Caixa Postal: 12572

CEP: 88117620

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

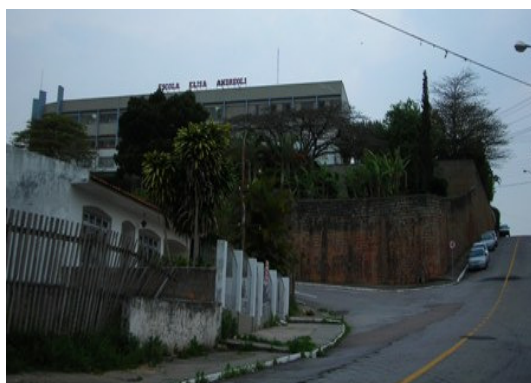
Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Fax: (48) 32465016

Telefone: (48)32460018

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: pré-escola; Classe de Alfabetização; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie; Ensino Médio; Educação Especial (Integração, sem Sala de Recursos).



r) GARDNER CURSOS E COLÉGIO

Endereço: R JOSE GONZAGA R DE LIMA

Número: 110

Bairro: KOBRASOL

CEP: 88102250

Município: SÃO JOSÉ

UF: SC - Santa Catarina

Localização: Urbana

Dep. Administrativa: Particular

Telefone: (48)32590167

Níveis/Modalidades de Ensino que a escola atua: Creche; pré-escola; Fundamental de 1 a 4 Serie; Fundamental de 5 a 8 Serie e Ensino Médio.



6.2 A ESCOLARIZAÇÃO DE SÃO JOSÉ EM NÚMEROS

Abaixo estão relacionadas algumas tabelas que demonstram a realidade da escolarização do município por meio dos indicadores nacionais:

QUADRO 5 - Matrículas iniciais em 2006 no Município de São José

Dependência	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Totais
Estadual	5.819	5.130	10.949
Federal	0	368	368
Municipal	7.484	379	7.863
Privada	2.352	1.725	4.077
Total	15.655	7.602	23.253

(Fonte: CENSO

ESCOLAR

2006 www.inep.gov.br)

QUADRO 6 - Matrículas iniciais em 2005 no Município de São José

Dependência	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Totais
Estadual	5.824	5.040	10.864
Federal	0	371	371
Municipal	7.956	404	8.360
2.578	2.578	1.825	4.403
Total	16.358	7.640	23.998

Fonte CENSO ESCOLAR 2005 www.inep.gov.br)

QUADRO 7 - Matrículas iniciais em 2004 no Município de São José

Dependência	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Totais
Estadual	5.955	6.051	12.006
Federal	0	350	350
Municipal	7.956	585	8.541
Privada	2.407	1.706	4.113
Total	16.318	8.692	25.010

(Fonte CENSO ESCOLAR 2004 www.inep.gov.br)

As tabelas anteriores demonstram que houve uma diminuição de matrículas no ensino fundamental II e no ensino médio no período de 2004 a 2006. Em 2004, 25.010 alunos estavam matriculados em classes regulares de aprendizagem; em 2006 contava-se com 23.253 alunos. Portanto, em dois anos, houve uma diminuição de 1.757 alunos matriculados no município, o que significa o decréscimo de 7,64% de alunos atendidos. No mesmo período novos cursos supletivos foram criados, porém, a escolarização na idade apropriada não deveria ter diminuído como demonstrado pelas tabelas. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, a população de São José naquele período era de 169.252 habitantes, tendendo a um incremento populacional de 18,76 % em 5 anos, aproximadamente 3,75% em cada ano, ou seja, a projeção para 2005 era de 201.000 habitantes. Teve-se, portanto, um aumento populacional e uma diminuição no número de matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio.

Acompanhando-se o ensino noturno em especial, percebe-se que uma grande parte dos jovens trabalha e participa ativamente da renda familiar, sendo em alguns casos a principal fonte de renda. Como os estudantes possuem acesso facilitado a estágio remunerado, os alunos acabam se envolvendo no mercado de trabalho e priorizando esta atividade. Chegam a sala de aula sem o material escolar, extremamente cansados, com sono, atrasados, em épocas festivas precisam trabalhar até tarde, não estudam em casa, não realizam tarefas. Essa é uma realidade do ensino público. Nas escolas públicas da rede estadual onde se consegue uma maior gama de informações por meio digital, se verifica que de 4.138 alunos matriculados em 2006, 445 desistem o que significa 10,8% de jovens fora da escola. Na escola EEB PRES JUSCELINO KUBITSCHKE no bairro Areias, dos 542 alunos matriculados, 107 são desistentes, aproximadamente, 19,8 % de jovens. Isso sem levar em consideração alunos que desistem, retornam e desistem novamente, fenômeno comum na rede pública noturna.

A maioria dos professores, principalmente no ensino noturno, convive com esse problema e facilita as avaliações se utilizando de trabalhos em classe, listas de exercícios, provas com consulta ou em duplas, o que de certa forma encobre se houve um aprendizado efetivo. Em muitas disciplinas os alunos não recebem livros didáticos, também não compram; o professor então se vê obrigado a passar o conteúdo no quadro, ou seja, o tempo e conteúdos para explicação diminuem. Perde-se tempo transcrevendo os assuntos, transcrevendo provas que muitas vezes não são fotocopiadas para os alunos por falta de recursos financeiros do aluno, do professor ou da instituição de ensino. Fica um questionamento muito sério: o quê estão efetivamente aprendendo é suficiente para dar continuidade a sua escolaridade ou se tornarem cidadãos bem preparados para governarem nossos municípios, estados, empresas....? Foi-se a

época que a escola pública tornava todos os alunos aptos a passarem em um concurso vestibular, tal como é na rede de ensino particular. Até a década de 1980 o Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis aprovava grande parte de seus alunos em vestibulares de universidades públicas; atualmente esse percentual é mínimo. Com a preocupação das universidades federais em priorizar um ensino de qualidade aos estudantes de famílias de baixa renda, propôs um sistema de cotas, 20% das vagas de todos os cursos para alunos provenientes do ensino público. Desta atitude se vê quase o dobro de percentual de alunos da rede pública sendo aprovados nesta universidade. Segundo os boletins da COPERVE(Comissão Permanente de Vestibular), colégios como EEB Cecília Rosa Lopes que aprovou para 2007, 4,44% de alunos, para 2008 foram 11,9%; EEB Prof^a Maria José Barbosa Vieira para 2007, 4,10% já para 2008, 8,78%. Os colégios EEB N S da Conceição, EEB Prof^o Juscelino Kubitschek e EEB Prof^o Joaquim Santiago que para 2007 não conseguiu aprovar nenhum dos seus alunos, para 2008 aprovou 7,41%, 22,22% e 11,11% respectivamente. Em 2007 participaram do vestibular 27 colégios com 1.702 estudantes e em 2008, 33 colégios, com 1.853 representantes, um aumento de 151 alunos. 490 candidatos foram provenientes da rede de ensino estadual – 26,5% em 2008, enquanto em 2007 foram 391 inscritos – 23%. A Escola Técnica Federal de São José, além de obter uma das maiores aprovações (19,42% - 2007 e 29,07% - 2008) aumentou sensivelmente a quantidade de alunos que prestaram o vestibular: de 139 em 2007 para 172 em 2008. Já o Colégio Municipal Maria Luiza de Mello, de 84 alunos inscritos em 2007, passou para 65 em 2008, diminuindo 19 alunos inscritos, obteve uma aprovação menor, apesar do novo sistema de vagas, 11,9% em 2007 para 4,62% em 2008. De uma análise global, o intuito da UFSC de favorecer a alunos da rede pública o ensino superior, teve um resultado positivo em relação ao município de São José, pois se teve um maior número de inscrições e de aprovações. É provável que esse número de aprovações desta nova proposta de cotas venha a dar um objetivo diferente a alunos da rede pública de ensino que viam no trabalho o único futuro, pois ser aprovado por meio do processo seletivo em universidades públicas era algo improvável e custear uma particular, impraticável. No entanto, parece que de alguma forma, se está resolvendo o efeito sem tratar a causa. Posto de outro modo, através dessa ação mais alunos chegam às universidades públicas, provavelmente menos preparados que os da rede particular pois foram favorecidos pelo sistema de cotas. O ensino médio e fundamental público, entretanto, permanece da mesma maneira. Várias propostas de melhoria foram criadas pela Secretaria de Educação, como se pode observar em capítulo anterior, mas, os números atuais demonstram um desempenho escolar inferior dos alunos da rede

pública quando comparados aos da rede privada. Para o curso de Medicina, o mais concorrido, tem-se os seguintes números²⁰:

QUADRO 8 - Notas no vestibular de medicina UFSC 2008

	Nota do primeiro aprovado	Nota do último aprovado
Colégio privado	91,68	81,04
Colégio público	80,87	70,35
Negros	63,90	44,33

Como se pode perceber, para um curso tão procurado, onde os alunos são desclassificados por centésimos, a diferença entre o desempenho dos alunos provenientes da rede privada e da rede pública já são notáveis, pois o primeiro colocado de uma rede de ensino não ultrapassou nem o último colocado da outra. Porém uma pontuação de 70,35 deve ser valorizada e homenageada.

6.3 A INDISCIPLINA E A VIOLÊNCIA ESCOLAR EM SÃO JOSÉ: INTERLOCUTORES

6.3.1 Conselho Tutelar de São José:

Segundo os conselheiros, as regiões com maior índice de ocorrências são Serraria (José Nito, Zanelato e Morar Bem), Bairro Ipiranga, Pedregal, Real Parque e Potecas.

6.3.2 Representante da Junta da Polícia Comunitária e integrante do “CONSEG” (Conselho de Segurança Comunitário) de Forquilha:

O CONSEG é uma sociedade civil sem fins lucrativos, composto pela comunidade e policiais, cujo objetivo está em operar de forma integrada na solução de problemas de segurança, reforçando os bairros contra o perigo de crimes e drogas. O entrevistado trabalhou por muitos

²⁰ Fonte: dados da COPERVE extraídos da home-page: www.vestibular2008.ufsc.br

anos na delegacia situada no Bairro de Forquilha, e era um dos policiais que atuava no desenvolvimento desse projeto. O entrevistado sugeriu que se entrasse em contato com a diretora da Escola Básica Estadual Cecília Rosa Lopes, pois naquele local ocorriam várias situações de violência, somado ao uso abusivo de drogas.

6.3.3 Entrevistada: M.A.V. - Diretora da E.E.B. Cecília Lopes Rosa - Forquilha – SJ – SC:

A diretora começou a trabalhar na escola no início de 2005. Para ela, apesar de conhecer a região e alguns alunos, era um desafio pois encontrou uma escola triste, sem rumo, ou seja sem direção. Começou a analisar o que poderia estar errado, quais os focos dos problemas. Priorizou o relacionamento com os alunos, uma relação amigável de afinidade. Juntamente com ela ingressaram duas funcionárias, uma da comunidade e outra proveniente de uma outra escola. Retirou a administração (secretaria e direção) do extremo do prédio escolar, centralizando, bem no meio dos alunos. Percebia completa desarmonia entre alunos, direção, funcionários, pais e equipe de professores; assim como muita deficiência no ensino e aprendizagem. Todos contra todos. Reuniu a equipe de professores, aplicou dinâmicas de humanização, utilizou técnicas usando o lúdico para conquistar a confiança e integração da equipe à seus propósitos de recuperação. Quando iniciou o processo ouviu várias vezes: *“mais uma que acha que vai mudar a escola”* (sic). Os professores, em repulsa, excluía alunos das salas e era aquele corredor cheio de jovens para serem atendidos.

A escola tinha vidros quebrados, janelas podres, desenhos obscenos nas paredes. Não possuíam funcionários que trabalhassem na orientação. A diretora resolveu ficar nos corredores e falar diretamente com os professores. Conseguiram, já era projeto, construir o ginásio de esportes, comprar uniforme novo e incrementar a fanfarra através de patrocínios externos e recursos do Estado. Conseguiu mais duas pessoas para participar da equipe. As instalações foram reformadas, paredes pintadas, janelas novas, pois *“ninguém consegue aprender onde parece que foi bombardeado”* (sic).

Droga, cigarro à vontade, brigas internas, enfim cenas de violências constantes. Os problemas se manifestavam em maior intensidade no Ensino Fundamental, adolescentes entre 12 e 13 anos de idade. Traficantes pulavam os muros, seguranças que não conseguiam conter a desordem e casos dessa natureza se tornavam normais. A equipe, então, começou a trabalhar com pais, com a polícia, quando necessário, e principalmente com a auto-estima de cada

adolescente. O ambiente começou a ficar mais harmônico, mais alegre, mais confiante. O entorno da escola que antes era um problema, pois usuários de drogas e traficantes se misturavam com os alunos, foi aos poucos se modificando através do trabalho da polícia civil e militar: *“eles limparam a área ao redor”* (sic).

Hoje a escola possui 1200 alunos nos três períodos letivos, sendo o matutino mais numeroso. Se tiverem dez problemas graves é muito, segundo a direção. Os alunos que não entraram no sistema adotado, saíram da escola. A comunidade participa do ambiente escolar. A Associação de Moradores e a Associação de Pais e Mestres, utilizam o espaço físico nos finais semana, projeto Escola Aberta, em que acontecem cursos de pintura e trabalhos manuais para mulheres, escola de dança com várias modalidades, Kung Fú, Judô, entre outros. Existe uma coordenadora da escola aberta e a própria comunidade protege o prédio. Já ganharam várias premiações, neste último período de férias o colégio não foi depredado, não aconteceram roubos como era de costume. Os alunos tiveram aulas de conscientização do Patrimônio Público, com a Secretaria de Desenvolvimento Regional. O regimento interno é seguido: não entram se estiverem atrasados, só com justificativa, assim como também não saem. Proibido o fumo nos ambientes escolares. As meninas não podem usar saias curtas e aconteceram várias assembléias gerais com os pais a fim de definirem o que poderia ou não ser permitido. O Conselho de classe é feito de forma participativa com direção, pais, professores e alunos. Possuem uma frequência de aproximadamente 50% da turma.

As metas atuais são: construção de uma piscina semi-olímpica, construção e manutenção de uma horta para uso diário, criar o curso de tênis e construir um anfiteatro.

A diretora concluiu falando *“não sou a dona do poder, a escola não é minha, apenas sei que a educação ainda vale a pena”* (sic).

6.3.4 Entrevistado: Policial Civil A.: Atua na Polícia Comunitária e na Delegacia Civil de Forquilhaínas – SJ/SC.

Apesar de morador da região de Forquilhaínas, começou a trabalhar na delegacia em Abril de 1999. De lá até 2001/2002, foi o período mais crítico em termos de ocorrências juvenis. Eram grupos pequenos de amigos, não uma gang, que praticavam crimes e homicídios. Não era uma gang, pois não usavam uma roupa característica, nem a influência de um elemento específico. Encontravam-se nas praças e clubes nos finais de semana. Provocavam muita desordem, apenas por um olhar ou por uma namorada, onde o sentimento era bem mais frequente

do que o uso puramente de drogas. Esses grupos passavam de carro atirando nas praças, nas ruas, em qualquer lugar. Quase na totalidade eram do sexo masculino. Quando tinha alguma moça, ela geralmente tinha menos de 14 anos, paupérrima, já prostituída, desgarrada da família e de baixa escolaridade. Elas entravam nos bailes e praças com as armas, pois não eram revistadas e lá forneciam aos rapazes. Eles tinham plena consciência do que estavam fazendo. Os policiais traziam esses adolescentes às delegacias, ouviam os depoimentos, separavam as frases, discutiam, comparavam com outros depoimentos e de regra geral, os jovens ocultavam e ocultam ainda as informações, pois elas levam a identificação de adultos que forneceram as armas ou a droga. Essa situação culminou com a morte do proprietário do Clube 1º de Maio juntamente com seu cunhado.

O ato infracional é praticado por crianças e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos. Antes dos 12 anos, a criança não fica detida em delegacia de polícia, é acolhida pelo Conselho Tutelar e é exigida a presença dos pais. Já os que possuem entre 12 e 18 anos, podem ser levados à delegacia, porém com tratos especiais. Se necessário podem ser inclusive algemados, caso estejam causando danos a segurança pessoal. Ficam em salas separadas, são vistoriados por profissionais do mesmo sexo e é identificado o endereço e nome dos pais. Imediatamente é acionado o Conselho Tutelar e os pais para participarem do depoimento. O Conselho Tutelar define o procedimento posterior ao ato infracionário. Todos esses procedimentos constam do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que segundo o entrevistado *“trouxe grandes evoluções para a nossa sociedade, deu atenção ao jovem infrator, fez com que ações mais rápidas fossem tomadas a benefício daquele indivíduo. O adulto de 21 anos, foge, fica em liberdade com facilidade, tem recursos, recursos e recursos. Já o jovem é visto com uma preocupação maior, que leva a uma futura mudança de caráter. Acho, porém que o sistema não apresenta formas de recuperação”* (sic).

Forquilha era bastante provinciana, até que começaram a construir a COHAB (Conjunto Habitacional). Para lá foram grupos provindos do atual bairro Chico Mendes, Pasto do Gado, Vila Malvina, residentes em barracos e com condição financeira extremamente precárias. Na COHAB, os grupos se dividiram em classes. Uma parte do condomínio é habitada apenas por negros e assim por diante. Os jovens começaram a se armar. Utilizavam muita maconha, cocaína e o furto era o ato infracional de maior ocorrência. Isso em 2001/2002. Atualmente nas bocas de fumo e no tráfico de drogas há uma predominância da classe média. Não são mais os paupérrimos.

Em 2004 começou a dar maior atenção a escola que se localizava na Cova da Onça – Bairro Santo Saraiva. A escola recebeu, naquela data, cinco alunos provindos do Morro do Avaí, pois não conseguiam continuar no bairro. Eram de classe popular, migrantes de Xanxerê e Chapecó, possuíam armas e participavam de constantes brigas entre grupos rivais. Frequentemente a polícia ia a escola por evidências de furtos, assaltos (roubos a mão armada). A Polícia Militar ficou insistentemente na área externa do colégio no fim do período noturno, pois chegavam a acontecer tiroteios. O objetivo era fazer uma linha de proteção ao redor da escola. Faziam revistas nos adolescentes, desmanchavam aglomerados e fizeram várias palestras no meio escolar. Dos cinco jovens, um desapareceu, dois mudaram completamente de vida, hoje são trabalhadores, dois continuaram em uma vida de crimes, com várias ocorrências e estão presos noutra município, respondendo a um processo federal por homicídio.

Surgiram nessa época os CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança, o qual ele fazia parte. Em São José eram dois, um em Forquilha, outro na Serraria, pois eram os maiores centros comerciais e mais numerosos em população. Atualmente são onze unidades espalhadas pelo município. É composto por integrantes da comunidade, policiais civis e militares. Houve uma parceria com as escolas e várias palestras foram realizadas como: prevenção ao crime, uso abusivo de drogas entre outras que ainda são ministradas a alunos, pais e professores. O CONSEG começou realizando reuniões comunitárias itinerantes em clubes, bares ou igrejas. Iam às Associações de bairro, nas lideranças locais e escolas para divulgar o que pretendiam. Discutiam sobre melhorias entre elas saneamento básico, iluminação e segurança.

Há uma fronteira muito pequena entre o jovem indisciplinado e o infrator. Esse último participa de brigas, faz ameaças, porta armas, ou/e usa entorpecente. Os adolescentes infratores geralmente são abandonados pela família, são vítimas de violência e não possuem vínculos afetivos. *“100% dos adolescentes de classe pobre, com sérios problemas de misturas sociais, onde o relacionamento sexual se dá livremente, são completamente abandonados pelos pais e os responsáveis sabem que os filhos são usuários de drogas, porém não se importam. 40% dos adolescentes infratores de classe média, provém de pais separados”*(sic). Segundo o entrevistado, o adolescente infrator não passa duas horas em casa. Pela manhã vai à escola, volta para o almoço, duas horas da tarde já está na rua, com seus grupos, só volta a meia noite e os pais nem imaginam onde estão. Não há uma educação sólida em casa para os perigos que ele encontra na rua.

Participou como colaborador de um projeto desenvolvido pela UNIVALI : Inclusão Digital, onde ele juntamente com outros participantes do CONSEG, selecionavam jovens carentes para terem aulas gratuitas de informática. Em um dos grupos, incluíram um jovem com passagens na delegacia. No início foi complicado, roubo, indisposição com funcionários do projeto, tiveram que ir algumas vezes à Universidade, mas com o tempo ele foi se adaptando ao processo e na conclusão de curso foi homenageado com o título de melhor aluno em desempenho escolar. Atualmente este adolescente trabalha na área de informática e não teve mais nenhuma ocorrência policial.

Para o policial não existe escola perigosa, mesmo porque os atos infracionais em sua maioria acontecem na rua de acesso e no horário de saída escolar. Existem sim escolas que se localizam em regiões com ambiente negativo e que em seu entorno estão bares e lanchonetes que vendem bebida alcoólica para jovens. A comunidade denuncia esses ambientes, os diretores de escola não: *“parece que eles tem medo de encarar o problema”* (sic). Há uma falta de interesse de integrantes das escolas em se envolver com a comunidade.

A atuação do CONSEG de Forquilhaínas foi referência por dois anos seguidos no Estado - 2005 e 2006. Em 2006 foram condecorados pela excelente atuação no Conselho Regional de Contabilidade.

O entrevistado encerrou comentando que o ECA foi sem dúvida um grande avanço, pena, porém, que é mal interpretado pela sociedade. Existe uma grande falta de informação. Aham que esse código, proporciona impunidade *“ninguém pode me bater”* (sic), porém ele é repleto de medidas sócio-educativas, tanto para jovens quanto para pais. É necessário um esclarecimento maior. Frisou também a importância da atenção da família aos jovens preparando-os adequadamente e amorosamente para serem cidadãos responsáveis e atuantes.

6.4 O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E O PROCESSO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

Em fevereiro de 2003, iniciou-se a revisão do Plano Diretor e Leis Complementares de São José – Santa Catarina, como parte integrante da Ação de Desenvolvimento Institucional, do Programa HBB_BID do Ministério das Cidades. Foi elaborado por duas frentes de trabalho, uma equipe formada por técnicos da Prefeitura Municipal de São José e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) desenvolvendo uma leitura técnica dos problemas do município e por outra com

a participação popular, eventos comunitários, uma leitura comunitária destacando problemas e possíveis soluções para o crescimento da cidade. O município foi dividido em 9 áreas, onde foram realizadas as reuniões. Após análise do material, se destacou as tendências do município para 2010, caso a taxa de crescimento continuasse a mesma e nenhuma ação fosse tomada, são elas: aumento da poluição ambiental, intensificação das invasões em áreas de preservação, aumento da densificação, sobrecarga do sistema viário, proliferação de loteamentos, deterioração das condições ambientais urbanas e intensificação dos problemas de segurança.

A leitura técnica dos problemas do município referentes a educação demonstra que a distribuição das escolas do ensino fundamental são adequadas à faixa mais desfavorecida da população exceto na área de Flor de Nápoles, Picadas do Sul, Bela Vista, Jardim Cidade de Florianópolis, Nossa Senhora do Rosário e Ipiranga.

Segundo a Secretária Estadual de Educação as escolas pertencentes ao município que atendem ao Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) e Ensino médio, mencionadas em item anterior, de acordo com os bairros, são as seguintes:

QUADRO 9 - Relação de escolas por bairros

Bairro	Nível	Dependência	Colégio
Areias	Fundamental e Médio	Estadual	EEB PRES JUSCELINO KUBITSCHKE
Barreiro	Fundamental	Estadual	EEB PROF. AMERICO VESPUCIO PRATES
Barreiros	Fundamental	Municipal	CENTRO DE ED. MUN. JARDIM SOLEMAR
Barreiros	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. BARREIROS
Barreiros	Fundamental e Médio	Particular	CENTRO EDUC. BARREIROS
Barreiros	Fundamental	Particular	CENTRO EDUC. CENECISTA SANTA CRUZ
Barreiros	Fundamental	Particular	COLEGIO ALTERNATIVO TALISMA
Barreiros	Fundamental	Particular	COLEGIO CAMINHO FELIZ
Barreiros	Fundamental e Médio	Particular	COLEGIO DOM BOSCO (ENERGIA)
Barreiros	Fundamental e Médio	Particular	ESCOLA ELISA ANDREOLI
Bela Vista	Fundamental	Estadual	EEB PROFº OSWALDO RODRIQUES CABRAL
Bela Vista	Fundamental e Médio	Estadual	EEB BELA VISTA
Campinas	Fundamental e Médio	Estadual	EEB PROF. LAERCIO CALDEIRA DE ANDRADA
Campinas	Fundamental	Particular	COLÉGIO LIDERANÇA

Centro	Fundamental e Médio	Estadual	EEB FRANCISCO TOLENTINO
Centro	Fundamental	Particular	BISPO DOM AFONSO NIEHUES
Coloninha	Fundamental e Médio	Estadual	EEB PROF. JOAQUIM SANTIAGO
Faz Sto. Antonio	Fundamental	Municipal	EB VER. ALBERTINA KRUMMEL MACIEL
Forquilhas	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. VILA FORMOSA
Forquilha	Fundamental e Médio	Estadual	EEB CECILIA ROSA LOPES
Forquilha	Fundamental	Estadual	EEB PROF. MARCILIO DE OLIVEIRA
Forquilha	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. GOV. VILSON KLEINUBING
Forquilha	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. FORQUILHINHAS
Forquilha	Fundamental	Particular	CENTRO EDUC. COMPANHIA DO SABER
Ipiranga	Fundamental e Médio	Estadual	EEB WANDERLEI JUNIOR
Ipiranga	Fundamental	Estadual	EEB DR HOMERO DE MIRANDA GOMES
Ipiranga	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. RENASCER
Ipiranga	Fundamental	Particular	CENTRO EDUC. REINO AZUL
Ipiranga	Fundamental e Médio	Particular	SOLAR DO CHAPEUZINHO VERMELHO
Jardim Araucária	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. ARAUCARIA
Jardim Santiago	Fundamental e Médio	Particular	PE AGOSTINHO
Jardim Zanellato	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. JARDIM ZANELATO
José Nitro	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. JOSÉ NITRO
Kobrasol	Fundamental e Médio	Municipal	COLEGIO MUN. MARIA LUIZA DE MELO
Kobrasol	Fundamental e Médio	Particular	COLEGIO ALPHA OBJETIVO
Kobrasol	Fundamental e Médio	Particular	COLEGIO CENTRO EDUC. VISÃO
Kobrasol	Fundamental e Médio	Particular	COLEGIO DOM JAIME CAMARA
Kobrasol	Fundamental e Médio	Particular	GARDNER CURSO E COLEGIO
Lot Dona Adélia	Fundamental	Estadual	EEF SÃO MIGUEL
Nossa Sra. Do Rosário	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. INTERATIVO
Ns do Rosário	Fundamental	Estadual	EEB ALDO CAMARA DA SILVA
Picadas do Sul	Fundamental	Estadual	EEB PROF. LAURITA DUTRA DE SOUZA
Picadas do sul	Fundamental	Particular	CENTRO EDUC. PRINCIPE

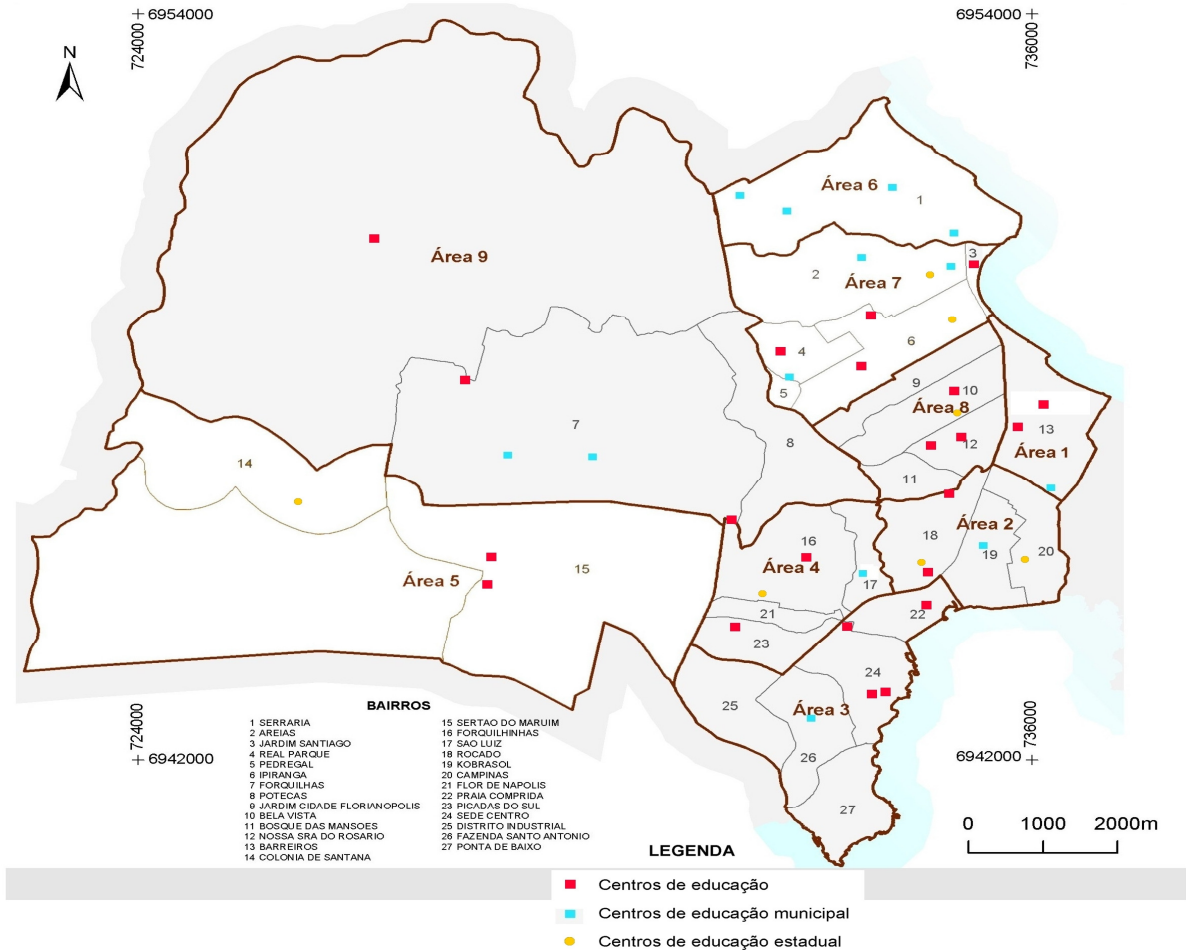
			ALI. LTDA
Picadas do Sul	Fundamental e Médio	Particular	COLEGIO FRANCISCO JOSE FERREIRA NETO
Praia Comprida	Médio	Estadual	EEB PROF. MARIA JOSE BARBOSA VIEIRA
Praia Comprida	Médio	Federal	ETFSC UNID DE ENS DESCENT DE SÃO JOSE
Real Parque	Fundamental	Estadual	EEF CRISTO REI
Roçado	Fundamental e Médio	Estadual	EEB NS DA CONCEIÇÃO
São Luiz	Fundamental	Municipal	CENTROEDUC. MUN. MARIA H P FURTADO
São Luiz	Fundamental	Municipal	EB DOCILICIO VIEIRA DA LUZ
Serraria	Fundamental	Estadual	EEB PROF. MARIA DO CARMO LOPES
Serraria	Fundamental	Municipal	CENTRO EDUC. MUN. LUAR

Fonte: Secretaria de Educação

Confrontando-se os mapas temáticos intitulados Distribuição dos Equipamentos de Ensino (2000) e Tema: Educação, Aspectos Socioeconômicos, Resultados dos Eventos Comunitários a seguir com os dados da tabela anterior, pode-se destacar algumas observações:

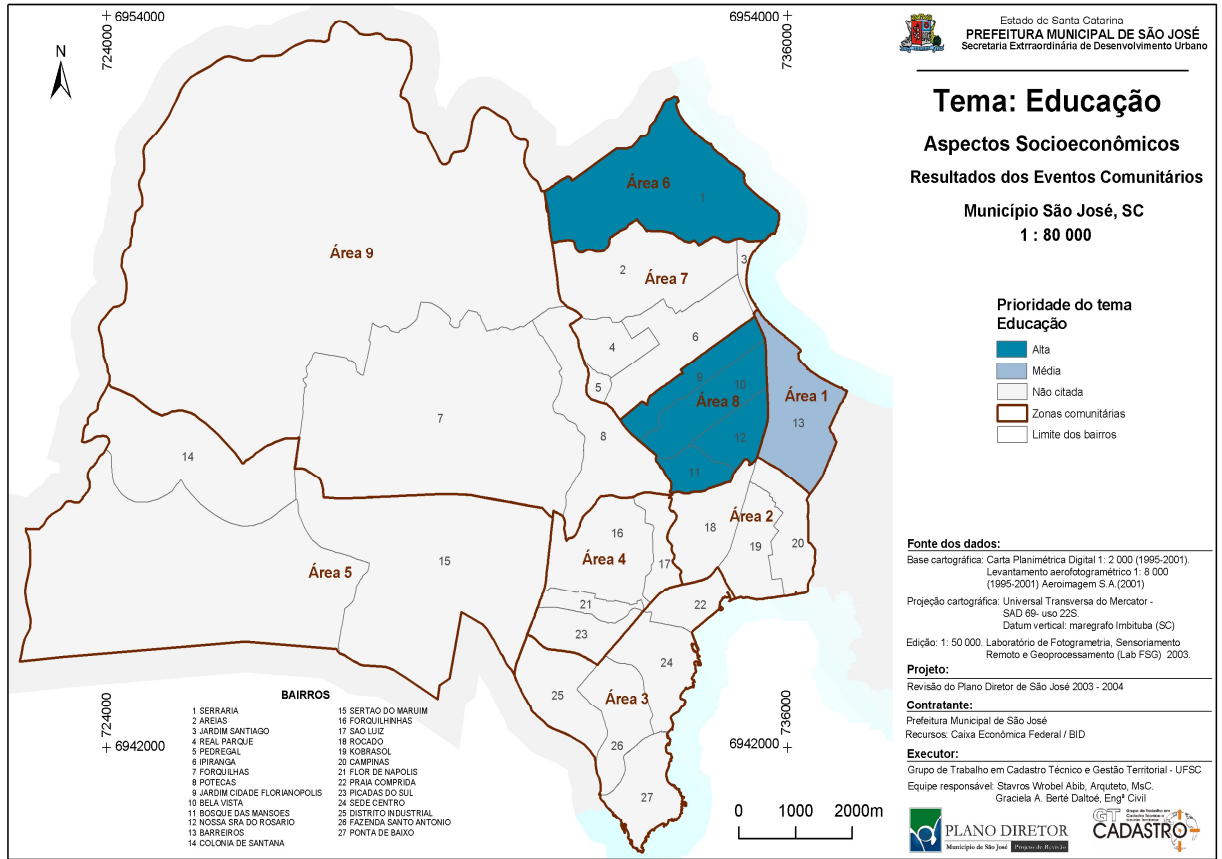
- a) Verifica-se que no bairro Serraria há ausência de escolas de ensino médio, constando apenas as de ensino fundamental. Essa já é uma prioridade enfatizada no evento comunitário;
- b) Jardim Cidade de Florianópolis, não possui escolas de ensino fundamental e médio, situação também mencionada no evento comunitário;
- c) Em Picadas do Sul, Fazenda Santo Antônio, São Luiz, Forquilhas e Nossa Senhora do Rosário percebe-se a ausência de escola pública de nível médio.
- d) Barreiros, Kobrasol, Campinas e Roçado estão bem equipadas com instituições escolares de ensino fundamental e médio;
- e) Flor de Nápoles, Ponta de Baixo, Potecas e Sertão do Maruim, são bairros que não possuem escolas de ensino fundamental e médio.

FIGURA 12 - Centros de Educação de São José



Fonte: Novo Plano Diretor de São José – 2003/2004 adaptado

FIGURA 13 - Prioridades do tema educação – resultado de eventos comunitários

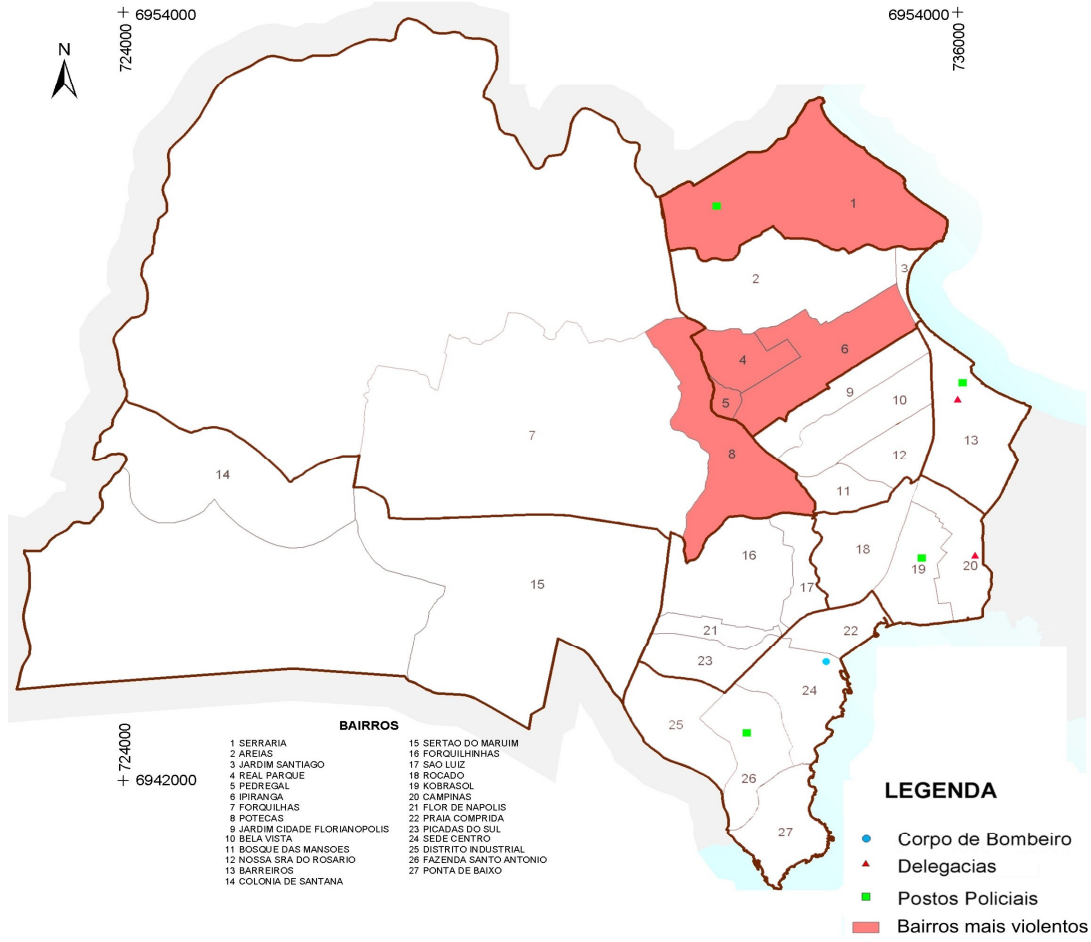


Fonte: Novo Plano Diretor de São José

Segundo a pesquisa técnica, confirmada com a participação popular e apresentada por mapas temáticos, produzidos durante o projeto do Plano Diretor, percebe-se que um grande problema do município é a segurança (assaltos, furtos, tráfico de drogas, etc.). Essa preocupação também é relatada através das entrevistas descritas no item anterior.

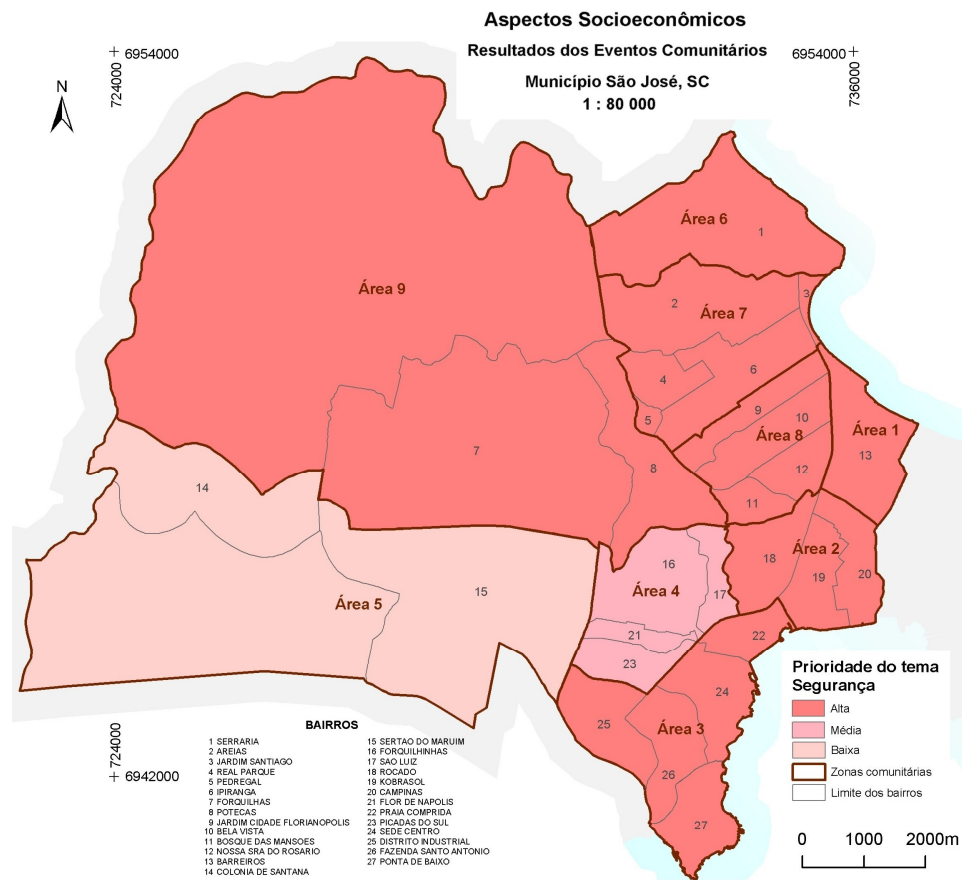
Segundo o Conselho Tutelar a maior incidência de casos de violência são nos bairros :

FIGURA 14 - Segurança pública em São José



Fonte: Novo Plano Diretor de São José adaptado

FIGURA 15 - Prioridades do tema segurança – resultado de eventos comunitários
Tema: Segurança



Fonte: Novo Plano Diretor de São José

A participação da população na gestão das cidades, seja na área educacional ou qualquer outra, é de fundamental importância, pois tendo-se o apoio desde as lideranças até o morador mais simples, acontece naturalmente a compreensão para coibir solicitações políticas de mudanças que levariam a cidade ou o bairro a situações de risco no futuro. Para se conseguir a efetiva participação da comunidade é interessante que se utilize de informações espaciais representadas através de mapas, mostrando a realidade físico-espacial. (Loch, 2007) O CTM se torna, portanto, o caminho viável e sustentável para a gestão das cidades.

6.4.1 Fotos de bairros do município

FIGURA 16 - Bairros Kobrasol, Campinas e Roçado



FIGURA 17 - Bairros Real Parque e Ipiranga



FIGURA 18 - Bairro Ipiranga

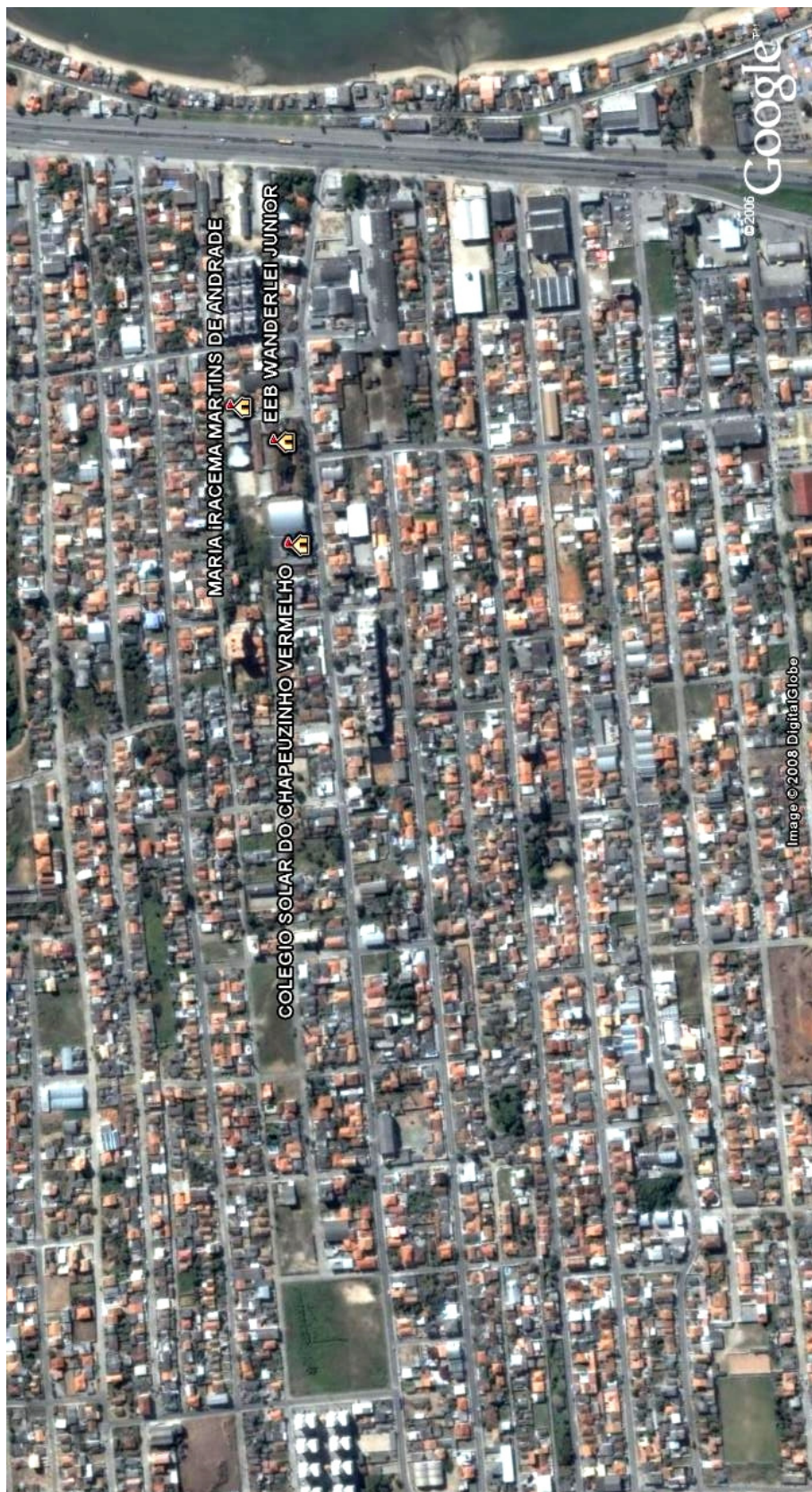


FIGURA 19 - Bairros Bela Vista e Barreiros

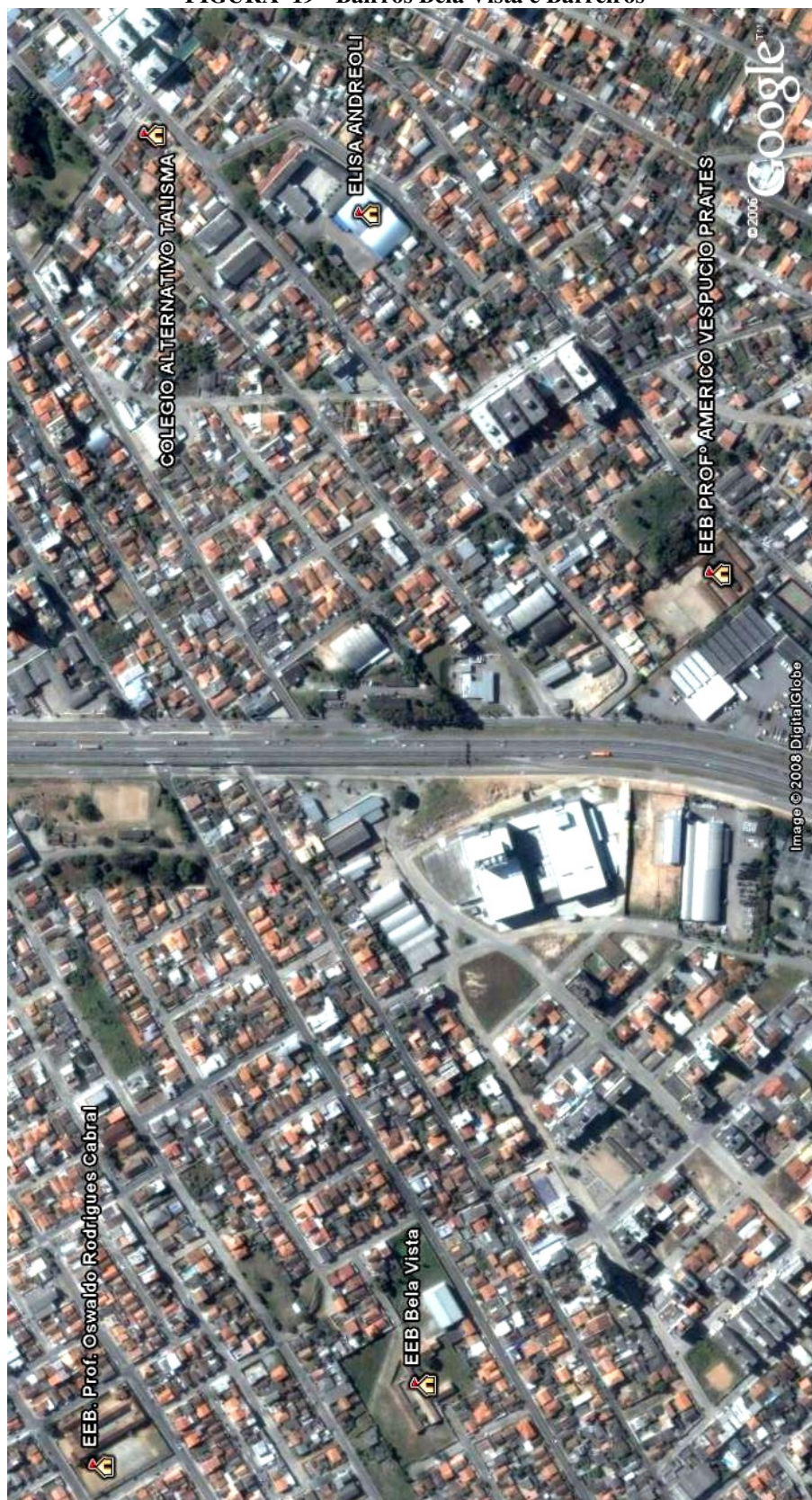


FIGURA 20 - Bairros Forquilha e Picadas do Sul



FIGURA 21 - Bairros Campinas e Kobrasol

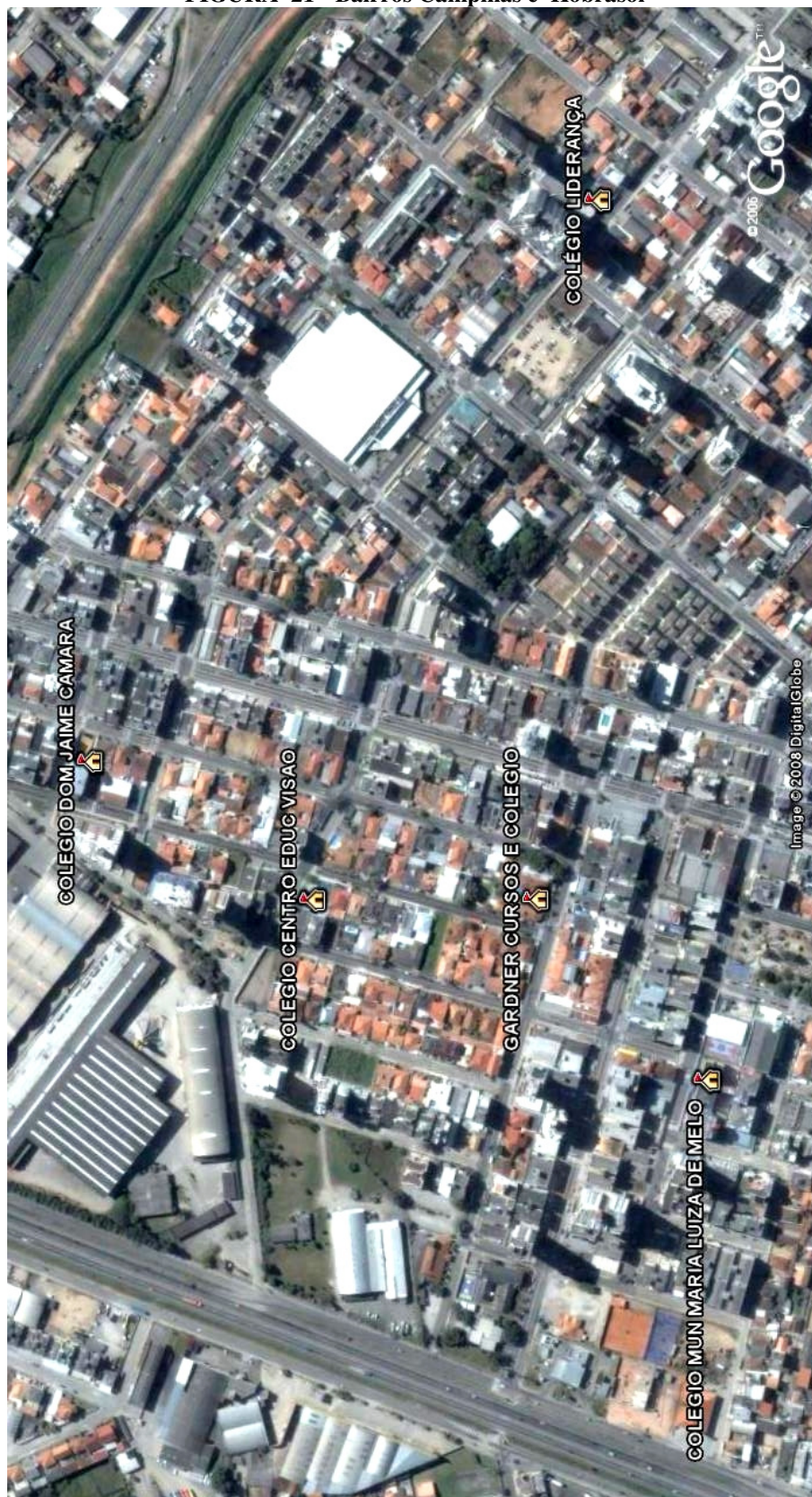


FIGURA 22 - Bairros Campinas e Kobrasol

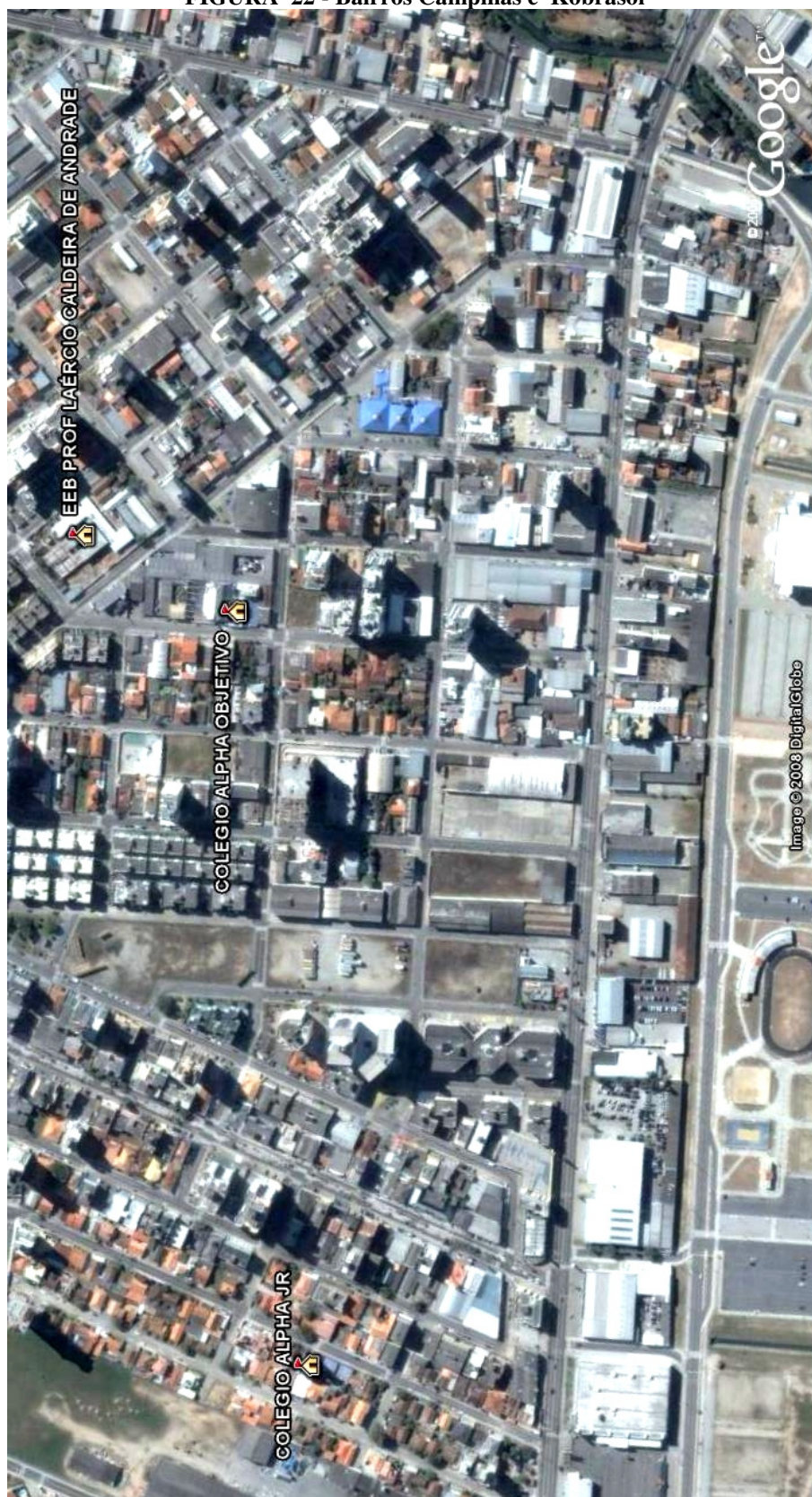
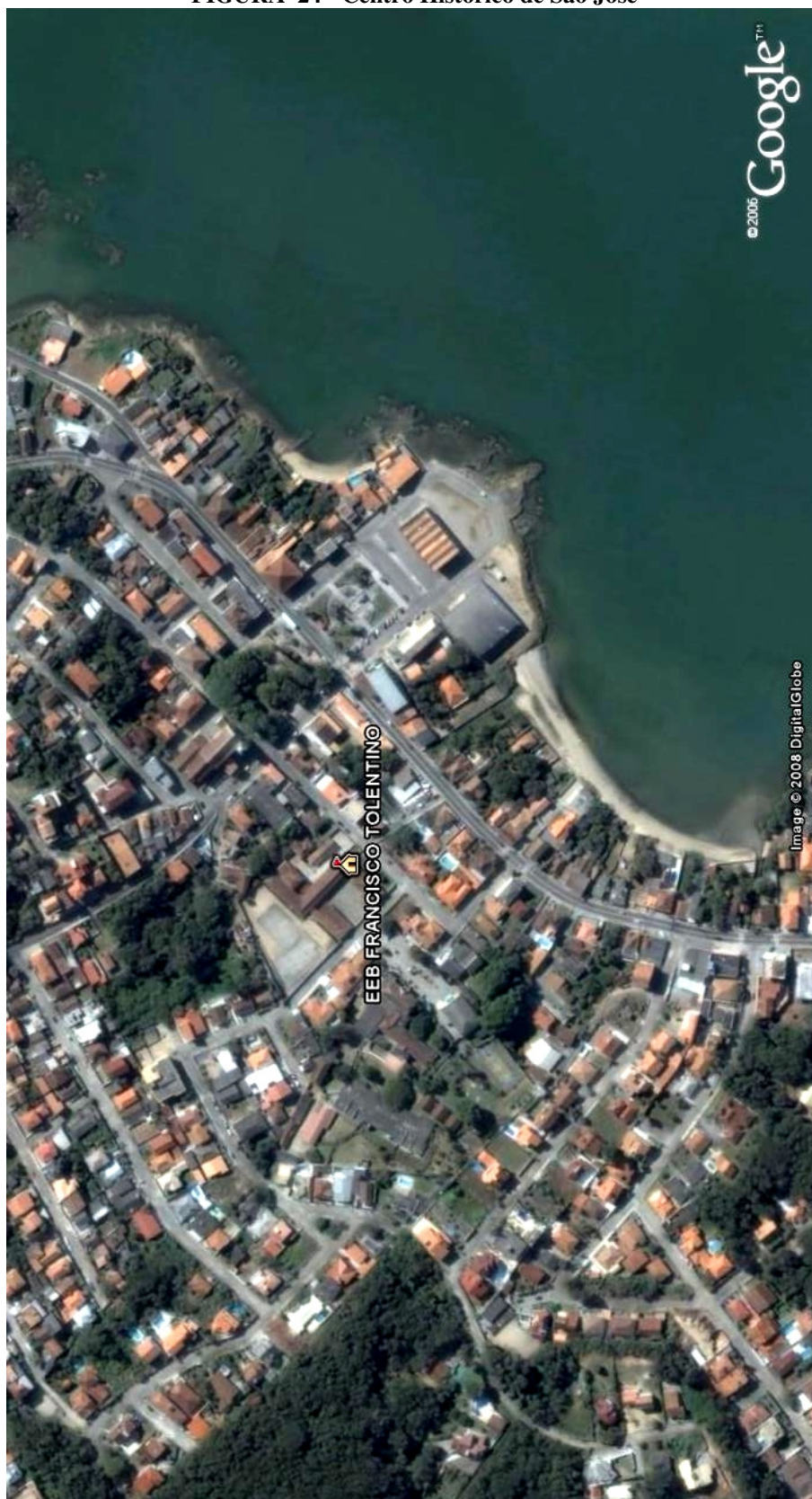


FIGURA 23 - Bairros Forquilha, Picadas do Sul, Roçado e Praia Comprida



FIGURA 24 - Centro Histórico de São José



©2006 Google™

Image © 2008 DigitalGlobe

FIGURA 16 – No bairro Roçado encontra-se a Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Conceição. Este colégio se situa em uma curva acentuada da Rua João Grumiche dificultando a visualização de todo o seu muro externo. Foi invadido várias vezes por traficantes, arruaceiros e saqueadores, o que se percebe em função das ocorrências policiais. Com a mudança de postura da direção juntamente com a intervenção da polícia civil, atualmente neste colégio não ocorrem mais cenas de vandalismo. Um outro aspecto significativo foi à aplicação do Projeto Escola Aberta (descrito em capítulo anterior), que favoreceu a comunidade vizinha se envolver com o colégio e participar da sua segurança. Alguns aspectos que contribuíram para os problemas que o colégio enfrentou foi o fato de ser próximo de uma praça que estava completamente abandonada, com muito mato de grande porte servindo de refugio para atos ilícitos e por ter na frente do colégio um bar que vendia bebidas alcoólicas e era freqüentado por cidadãos com várias índoles.

Os bairros Kobrasol e Campinas, que aparecem nesta foto, contam com uma grande parte das escolas particulares do município, ou seja, 5 colégios. É uma região que tem prosperado muito na última década. É de fácil acesso, abastecida com várias linhas de ônibus e com o comércio intenso. Uma facilidade destes colégios é não terem seus portões de entrada em ruas que possuem grande movimento de carros. Percebe-se um trânsito intenso no começo e fim do período escolar, pois os pais da grande maioria dos estudantes costumam conduzir os filhos até o local. Nestes bairros também se encontram os colégios públicos Professor Laércio Caldeira de Andrade e Nossa Senhora do Rosário (cadastrado segundo a Secretaria sob o nome EEB Aldo Câmara da Silva). O primeiro deles teve seu prédio reformado recentemente.

FIGURA 17: Corresponde aos bairros Real Parque e Ipiranga. Em toda foto se encontra apenas uma escola pública e que trabalha até o final do ensino fundamental. Os adolescentes devem procurar outras regiões para prosseguir nos estudos. Acontecem várias ocorrências policiais e atuações do Conselho Tutelar, que são frutos, também da falta de infra-estrutura urbana da região, pois se popularizou através das freqüentes invasões de terras. Esta área não possui praças ou quadras de jogos.

FIGURA 18: Colégios do bairro Ipiranga. O colégio municipal Maria Iracema Martins de Andrade não consta na relação da Secretaria de Educação. Os colégios Chapeuzinho Vermelho e

EEB Wanderlei Junior tem seus portões de entrada na Rua Otto Júlio Malina que possui um trânsito intenso por estar diretamente ligada a BR 101.

FIGURA 19: Os colégios estaduais Professor Oswaldo Rodrigues Cabral e Bela Vista pertencem ao bairro Bela Vista que ficam de um lado da rodovia BR 101, já os Colégios particulares Alternativo Talismã e Elisa Andreoli e a Escola Estadual de Educação Básica Américo Vespúcio Prates ficam no bairro Barreiros. Um problema desta região é o fato da Br 101 estar passando bem no centro e sendo o Colégio Bela Vista o único público com Ensino Médio, muitos alunos se vêm obrigados a atravessar a rodovia, o que se torna perigoso pelo número de veículos e a velocidade que trafegam. Existem túneis cortando a rodovia para o tráfego de carros e pedestres, porém mesmo assim os adolescentes precisam atravessar as marginais da BR que também possuem trânsito intenso.

FIGURA 20: Bairros Forquilha e Picadas do Sul. O primeiro com problemas de segurança pública contornados, pois possui uma delegacia da Polícia Civil e outra Militar. Neste bairro está a Escola de Educação Básica Cecília Lopes Rosa que também aparece na Figura 12. Os outros dois colégios são pertencentes a Picadas do Sul.

FIGURA 21: O colégio Liderança fica no bairro Campinas, os demais no bairro Kobrasol. Somente o colégio Maria Luiza de Melo é público, e com isso muito concorrido na época das matrículas. Este colégio fica em uma região de fácil acesso por transporte rodoviário, porém fica muito próximo da BR 101 o que dificulta o acesso de jovens de classes populares e que geralmente moram do outro lado da BR. Existe próximo do colégio um túnel com passagem para pedestres, mas mesmo assim, o aluno teria que atravessar as duas marginais de acesso a BR que também são bem movimentadas, principalmente no horário escolar.

FIGURA 22: Colégios dos bairros Campinas e Kobrasol. Nesta região encontra-se uma Delegacia de Polícia Civil, porém há registro de vários furtos próximos ao colégio Professor Laércio Caldeira de Andrade. Geralmente são adolescentes de bicicleta que assaltam alunos da rede particular, roubando celulares, aparelhos sonoros, óculos de sol ou tênis.

FIGURA 23: Colégio C.E. Companhia do Saber no bairro Forquilha, Colégio Francisco José Ferreira Neto em Picadas do Sul e Escola Pública Nossa Senhora da Conceição no Roçado

São bem próximas a BR 101, dificultando o acesso de alunos que residem do outro lado da rodovia. Nesta figura ainda se encontra a Escola de Educação Básica Maria José Barbosa Vieira conhecida como CEMAJOBA na Praia Comprida. Esta última escola fica com seu portão de entrada na via de acesso de Campinas e Kobrasol (centro comercial do município) para o centro histórico, na Rua Contâncio Krummel. Nos horários de saída e entrada do período escolar existe um trânsito intenso principalmente nos dias de chuva. Para um pai buscar o filho na escola através de um veículo é complicado, pois não tem como estacionar. Até para os professores se torna difícil sair do pátio da escola porque além do trânsito, fica uma fila de ônibus parando para pegar os alunos e retardando o movimento nesta via. É uma rua de mão única, sendo que os alunos que trabalham longe da escola devem parar na Avenida Beira Mar, atravessá-la, o que é inviável por ter um trânsito rápido e fazer o trajeto contrário ao da rua que passa na frente da escola CEMAJOBA. Atualmente foi colocado uma sinaleira e faixa de segurança o que minimizou o problema temporariamente.

FIGURA 24: A Escola Estadual Francisco Tolentino está localizada no centro histórico de São José. Possui um fácil acesso tanto para pedestres como para quem for para o colégio de ônibus ou carro.

CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou evidenciar a necessidade da utilização do CTM na análise e planejamento de ações que visem solucionar alguns dos problemas inerentes ao sistema educacional brasileiro da atualidade. O problema da educação brasileira vai para além das limitações do currículo, da formação do professor, da escassez de recursos financeiros. O problema da educação brasileira está também e notadamente na falta de conhecimento da realidade vivida por seu povo, tanto no que se refere às questões de ordem social quanto territorial. Parece haver um esquecimento do passado, um desrespeito àquilo que a história nos outorgou de conhecimentos e assim, pouco se consegue planejar o futuro. Julga-se pela aparência dos fatos, não se consegue perceber a multiplicidade de condicionantes que podem conduzir a determinada situação, e aí não se conseguem as soluções adequadas a combater as causas primeiras dos problemas. O que é conseguido, por vezes, é apenas maquiagem das dificuldades, tratar dos sintomas sem curar a doença. A cada dia são mais adolescentes nas ruas, novas ocupações clandestinas que, sem planejamento prévio, afetam o meio ambiente e trazem riscos a saúde e segurança da população. Patrimônios históricos são depredados por força da violência urbana, alocações são feitas em áreas de risco, se polui o solo e o ar. A criminalidade cresce, tanto nos meios populares quanto nas camadas médias e elites econômicas, e, não bastasse, a educação pública está crescentemente inferior ao desejado e necessário para a continuação acadêmica.

É preocupante ouvir o depoimento de um agente policial que quando ele sobe nos pontos de alta declividade do município, lembra, até onde sua vista é capaz de alcançar, de ações criminosas, que variam de assaltos, homicídios a tráfico de drogas. É também inquietante saber que ele se sente impotente frente a esse estado de coisas. Isso revela que não bastam o postopolicial, a delegacia, ou o reformatório. Tem-se que atacar o cerne dos problemas, manter-se uma visão ampliada dos fatos, mais realista, enfim, para se planejar as ações. De acordo com Vaz²¹

Assim, para atacar o problema da violência nas escolas, o primeiro passo é situá-lo dentro de sua esfera de complexidade. A violência na escola é diferente da violência nas ruas: insere-se no meio escolar, alimenta-se da sua dinâmica e de seus vícios. Soluções policiais não resolvem. É claro que, se for necessário, deve-se colocar vigias, gradear janelas, etc. Mas estas medidas terão pouca eficácia se não forem

²¹ Fonte: VAZ, José Carlos . **A violência na Escola na escola: Como Enfrenta-la**. Disponível em : <http://federativo.bndes.gov.br>. Acessado em 06/08/2007

acompanhadas de outras, que resolvam o problema em seus aspectos sociais e pedagógicos. Para isto, é necessário trabalhar com os profissionais de educação (tanto professores como servidores operacionais), com os alunos, com a comunidade e com a polícia, procurando estabelecer uma compreensão mais ampla da violência, como fenômeno social que possui uma face visível e muitas outras invisíveis. Para consolidar esta nova compreensão da violência é preciso um esforço de repensar a escola tanto interna quanto externamente, em suas relações com o ambiente em que se encontra.

Segundo Oliveira et al²² (2006) “... os atos criminosos estão diretamente relacionados às oportunidades ou vulnerabilidades que o indivíduo propenso ao crime encontra ou proporciona a si próprio (...)”. Os autores sugerem algumas medidas para o ambiente construído, entre elas a atenção à necessidade, mas adequada a visibilidade da construção e alterações no lay out que favoreçam a supervisão e interação visual com a vizinhança. O depoimento de uma diretora de uma unidade de ensino, comprova essa orientação. Foram várias as ações dirigidas a conter a violência instaurada na escola, e dentre as ações, foram feitas alterações nas disposições do espaço físico. A sala da direção, mais aproximada dos alunos, permitiu não a vigilância apenas, mas o estabelecimento de uma nova relação com os alunos.

Importa ainda dizer que também é desanimador verificar que há pouca confiabilidade nos dados da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina. É relativamente fácil perceber na análise do material divulgado para consulta na rede internet, escolas que não existem mais, ruas que não se encontram, dados de 2006 incompletos, dados divulgados em 2007 que não se sabe se são atuais ou não, escolas que permanecem na listagem das instituições de ensino que ofertam o Ensino Fundamental, mas que há dois anos só trabalham com o Ensino Médio, escolas que, segundo a Secretaria de Educação, trabalham exclusivamente com o Ensino Fundamental que despontam nos relatórios de alunos aprovados no processo vestibular de 2008 da UFSC. De forma semelhante, o censo do município de São José, divulgado no site da Secretaria de Educação, permanece demonstrando dados de matrículas de 2006 como se os alunos ainda estivessem cursando, sem o fechamento na mudança de ano letivo.

Com essas descrições é desnecessário, ao que parece, permanecer justificando a importância do CTM e a urgência de sua aplicação nos serviços prestados à sociedade, seja na rede educacional ou na segurança pública. É emergente a aplicação de um cadastro que cruze os dados das instituições escolares à localização cartográfica, ao sistema viário e ao de transporte. Com essas informações, amalgamadas ao cadastro setorial dos alunos e funcionários, através do

²² Fonte: OLIVEIRA, Roberto; Silveira, Miguel Ângelo; Oliveira, Éder J. de Souza. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006

endereço e nome dos responsáveis se podem verificar currículos eficazes e projetos educacionais dinâmicos e adequados ao local. De forma semelhante, a aplicação do CTM na segurança pública traz, indubitavelmente, benefícios. O cadastro da região, de modo especial daquelas moradias de ocupação irregular, dos bares, das praças e outras áreas de lazer, das lojas e serviços oferecidos, o registro dos moradores, das crianças que estão estudando ou fora da escola, as relações entre os moradores, enfim, o cadastramento da região em seus múltiplos aspectos, permitem o planejamento e a adoção de medidas conjuntas pelos diversos órgãos de proteção e prestação de serviços, que certamente fornecerão melhor qualidade de vida aos cidadãos.

À guisa de conclusão é possível afirmar que apesar da perversa realidade que se vive, algumas ações, verificadas neste estudo, despontam para uma luz no fim do túnel. O projeto *Escola Aberta* da Secretaria Estadual de Educação, é uma das ações dirigidas a estabelecer uma outra forma de relacionamento da escola com os alunos e sobretudo, com a comunidade. Este projeto ilustra a possibilidade da participação, e mais ainda, a gerencia da comunidade na educação pública. A aplicação do CTM para planejamento dessas ações, que além de curativas são preventivas, pode auxiliar na compreensão das reais necessidades da comunidade que a escola se empenha em trazer para dentro dos seus muros. O Estatuto da Cidade, criado em 2001, é outra das ações que traz luz ao caos que se assiste na vida pública. Ele impõe a necessidade de se rever o desenvolvimento urbano das cidades. Estipula uma nova concepção de Plano Diretor e procura superar alguns dos problemas e limitações tradicionalmente presentes na maioria dos municípios brasileiros, como a falta de priorização das ações, o caráter excessivamente normativo e regulador e a pouca integração entre planejamento e gestão. O Novo Plano Diretor traz como princípios a função social da propriedade, o desenvolvimento sustentável, as funções sociais da cidade e a igualdade e a justiça social, atrelados a participação popular com vistas a uma gestão democrática. Com isto se almeja a melhoria da qualidade de vida para os cidadãos e para as futuras gerações. Como demonstrado neste estudo, as ferramentas do CTM são úteis e de fato até mesmo imprescindíveis, para a elaboração de um plano diretor eficaz. O CTM, constituído por elementos que revelam desde a cartografia do local à avaliação socioeconômica da população habitante, isso de forma relacional, cadastral, analítica em relação a adequação das leis vigentes à realidade regional, e propondo uma melhor ocupação do solo, pode contribuir de forma significativa para a solução dos problemas emergenciais do município e de forma prescritiva, auxiliar no planejamento de políticas que possam atender as necessidades da população que vão surgindo no decorrer do tempo.

As inovações do CTM também são fabulosas dentro das salas de aula. Os adolescentes não conhecem claramente os problemas do município que residem. Não sabem que existe um plano diretor do qual poderão, como cidadãos, ser ouvidos e participarem ativamente de sua elaboração. A utilização de dados georeferenciados, mapas temáticos nos currículos escolares são capazes de evidenciar os aspectos geográficos como populacionais, degradações ambientais, vegetação, clima da sua localidade, aspectos biológicos para o exame de possíveis epidemias, contaminações, localização de postos de saúde, de postos policiais, focos de violência entre outros. Confrontar conhecimentos históricos com fotos aéreas e dados de diferentes anos. Trabalhar com a matemática e a física através de medições reais, percentuais adequados e concretos. A aprendizagem começaria a ter sentido e finalidade. Partiria do concreto para o abstrato. Prepararia o aluno a ser um verdadeiro cidadão, agente de transformações, pois estaria estudando, analisando, discutindo sobre a sua realidade. Não seria apenas um texto com várias palavras e números, mas uma imagem que ficaria da auto-estruturação do seu conhecimento, o aluno como agente e responsável pelo seu processo de aprendizagem.

Ao final deste estudo, verificando o muito que ainda se tem a fazer, percebe-se que o Cadastro Técnico Multifinalitário serve de base para a modelagem não só das gestões territoriais e sociais, entre elas as educacionais, mas também como ferramenta a todo processo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELUCCI, Carla Biancha, Kalmus, Jaqueline, Paparelli, Renata et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol.30, no.1, p. 51-72, abr. 2004.

BRANDÃO, J.R. **Adolescentes infratores em São Paulo: retrato da exclusão social?** 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BRITO, Jorge L. N., et al. **Projeto E-Foto: disponibilidade de uma ferramenta educacional livre para a Fotogrametria Digital**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

CAMPESTRINI, Bernadette Beber. **Aprender e ensinar nos espaços prisionais: uma alternativa para a educação a distância, incluir jovens e adultos no processo de escolarização**. Florianópolis, UFSC, 2002, 114 pp.

CAMPOS, L. M. L. **A Rotulação de alunos como portadores de “Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem? Uma questão a ser refletiva”**. In: **Série Idéias 28. Os Desafios Enfrentados no Cotidiano Escolar**. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1997, p. 125–140.

CANÁRIO, Rui. **Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica**. Florianópolis, Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação, jan-./jun. 2004, p 47-78.

CASARIN, Vanessa; Oliveira, Maria Aline Alencar; Loch, Carlos. **A Importância do Cadastro Técnico Multifinalitário frente ao Estatuto da Cidade e Plano Diretor na busca pela Justiça Social**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006

COLLARES, Cecília L. e MOYSÉS, M. Aparecida. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez. Unicamp, 1996.

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança, Kobrasol / Campinas / Praia Comprida. CONSEG Setor 7 – Vamos abraçar esta idéia. Polícia Comunitária. Prefeitura de São José, Polícia Santa Catarina, Polícia Civil e Guarda Municipal de São José, s.d. 24p.

COSTA, Alexandre Marino; Loch, Carlos; Schenini, Pedro Carlos. **Contribuições do cadastro técnico multifinalitário como ferramenta integrada em sistemas de gestão ambiental**. XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 7 a 9 Novembro 2005
Disponível em http://www.feb.unesp.br/dep/simpep/Anais_XIISIMPEP

COSTA, Alexandre Marino; Loch, Carlos; Schenini, Pedro Carlos; Souza, Daniel Augusto de. **O Setor Público como agente de desenvolvimento: perspectivas de modernização da administração pública municipal**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

COSTA, Diógenes C.; Scarassatti, Daniella F. **A importância do Cadastro como instrumento para a elaboração do Plano Diretor**- Experiência no Município de Campinas. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

DE LUCA, Maria Olívia Coimbra. **O papel da discriminação como inibidor do processo ensino-aprendizagem**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pesquisa e Pós –Graduação das Faculdades Integradas da Associação Educativa Evangélica. Anápolis, GO. 1999.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Violência nas Escolas: Sugestões para o Enfrentamento do Problema**. Disponível em <http://federativo.bndes.gov.br>. Acessado em: Ago. 2007.

ERBA, Diogo Alfonso (et al). **Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro, 2005, 144 p.
Disponível em <http://www.agrimensores.org.ar/licamul.htm>. ISBN: 859051711X

Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069/90. Florianópolis-SC, 1999. 120p.

Estatuto das Cidades – guia para implementação pelos municípios e cidadãos – Câmara dos Deputados, Brasília, 2001.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José: 250 anos: natureza, história e cultura: para o ensino fundamental**. São José, ed. do autor, 1999, 312 pp.

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José: 256 anos: em busca das raízes: para a Educação Básica e Turismo**. 2ª edição atualizada. São José, ed. do autor, 2006, 480 pp.

FERNANDES, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FERNANDES, E. (org.) **Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil**. Del Rey. Belo Horizonte, 2001

FERRARO, Alceu Ravello; Machado, Nádia Christina Ferreira. **Da Universalização do acesso à escola no Brasil**. Educ. Soc., vol. 23, no. 79, ago. 2002, p. 213-214.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **A Indisciplina e o ato Infracional**. Disponível em www.mp.sc.gov.br. Acessado em: ago. 2007.

Fundação de apoio a pesquisa científica e tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC home-page: www.funcitec.rct-sc.br. Acessado em: abr. 2005.

HARPER, Babette et alli, **Cuidado, escola! Desigualdades, domesticação e algumas saídas**. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

Hely Lopes Meireles, 1965, **Revista dos Tribunais**, p. 108.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Disponível em www.inep.gov.br
Acessado em: dez. 2007.

LEI nº 9394/96. Disponível em portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf

LEI nº 10172.

Disponível em portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf

LOCH, Carlos. **Cadastro Técnico Multifinalitário**. Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. 58 pp.

LOCH, Carlos. **A realidade do Cadastro Técnico Multifinalitário no Brasil**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Florianópolis. Abril 2007. INPE p. 1281-1288. Disponível em <http://marte.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr>. Acessado em: jan. 2008.

LOCH, Carlos; Erba, Diego Alfonso. **Cadastro Técnico Multifinalitário: rural e urbano**. Cambridge MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

MENEZES, Naércio Filho. **Os determinantes das matrículas no Ensino Fundamental e Médio**. Seminário PNAD-CGEE. Março 2007.

Disponível em www.cgee.org.br/arquivos/pnad_m1_03.ppt

Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Home-page : www.mec.gov.br . Abril de 2005 e dezembro de 2007)

MONTEIRO, Ricardo R. e Oliveira, Roberto de. **Ambiente Construído: Classificação e Conceituação dos Elementos que Conferem a Qualidade**. COBRAC 2004, Florianópolis, SC.

MURTA, Ana Maria Sant'Anna. **Por um plano diretor participativo**. Gestão de cidades, UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Roberto; Silveira, Miguel Ângelo; Oliveira, Éder J. de Souza. **Gestão estratégica territorial urbana para a Segurança pública**. COBRAC 2006, UFSC, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, Vera Barros de e Bossa, Nádia Aparecida (organizadoras). **Avaliação psicopedagógica do adolescente**. Petrópolis, RJ, editora Vozes, 1998, 285 pp.

PINHEIRO, Marcelo e LINHARES, Rafaela. **São José : imagens e palavras**. São José, ed. do autor, 2006.

Prefeitura Municipal de São José.

Home-page: www.pmsj.com.br. Acessado em: mar. 2005.

Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência PROERD

home page: www.proerd.rn.gov.br . Acessado em: Jan. 2008.

Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José-SC. Leitura da Cidade; Análise e Diagnóstico. Vol 3.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão: Problematizando o conceito**. Educ. Pesqui., jan./jun., vol.25, no.1, 1999, p. 35-49.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade – Instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza**, 2001.

Disponível em www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=76.

Senado Federal. Home-page: www.senado.gov.br. Acessado em: abr. 2005.

SILVA, Aínda Maria Monteiro. **Educação e Violência: qual o papel da escola?** Disponível em www.dhnet.org.br/educar/redeedh. Acessado em: ago. 2007.

Síntese do índice de desenvolvimento da educação básica – IDEBSC 1998/2004 . Disponível em www.sedrct-sc.br

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: novos paradigmas na educação-** 18ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Integrare Editora, 2006.183 pp.

UNICEF. Home page: <http://www.unicef.org.br/ional>

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente em sala de aula e na escola**, 11ª ed. São Paulo: Liberdade, 2000.

VAZ, José Carlos. **A violência na Escola na escola: Como Enfrentá-la**. Disponível em <http://federativo.bndes.gov.br>. Acessado em: ago. 2007

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: As contradições da obrigatoriedade escolar. In: Nogueira, Maria Alice; Romanelli, Geraldo, Zago, Nadir (orgs). **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 19-43.

www.folhadaregio.com.br/hotsites/edu2007/noticia. Acessado em: jan. 2008.

www.cepam.sp.br . Acessado em: set. 2005.

www.ibam.org.br. Acessado em: set. 2005.

www.mpsc.gov.br. Acessado em: ago. 2007.